



DIREITO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

**Paracatu – MG
2023**

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| PARTE I - CONTEXTO SOCIOECONÔMICO | 7 |
| 1 MUNICÍPIO DE PARACATU – MINAS GERAIS | 7 |
| PARTE II - CONTEXTO INSTITUCIONAL | 12 |
| 2 CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO | 12 |
| 2.1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO | 12 |
| 2.2 HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DO MANTENEDOR | 12 |
| 2.3 MISSÃO INSTITUCIONAL | 17 |
| 2.4 VISÃO | 17 |
| 2.5 VALORES | 17 |
| PARTE III– ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA | 18 |
| 3 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA | 18 |
| 3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO | 18 |
| PARTE IV – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA | 33 |
| 4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO | 34 |
| 4.2 OBJETIVO DO CURSO | 40 |
| 4.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO | 43 |
| 4.4 ESTRUTURA CURRICULAR | 46 |
| 4.4.1 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO | 52 |
| 4.4.2 NUCLEOS FORMATIVOS OPTATIVOS | 55 |
| 4.4.3 REGIME ESCOLAR DO CURSO | 55 |
| 4.5 EMENTAS, BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR | 56 |
| 4.5.1 CONTEÚDOS CURRICULARES | 56 |
| 4.6 METODOLOGIA | 92 |
| 4.6.1 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS | 94 |
| 4.6.2 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA | 105 |
| 4.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO | 106 |
| 4.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 108 |
| 4.9 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC | 110 |
| 4.10 APOIO AO DISCENTE | 111 |
| 4.11 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA | 118 |

| | |
|--|-----|
| 4.12 ATIVIDADE DE TUTORIA | 129 |
| 4.13 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA | 130 |
| 4.14 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM | 132 |
| 4.15 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) | 135 |
| 4.16 MATERIAL DIDÁTICO | 136 |
| 4.17 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÕES DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM | 139 |
| 4.17.1 DA ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES ESCRITAS | 142 |
| 4.17.2 DA VISTA DE PROVAS | 143 |
| 4.17.3 APROVAÇÃO DO DISCENTE POR NÚCLEO FORMATIVO | 143 |
| PARTE V – CORPO DOCENTE | 144 |
| 5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) | 144 |
| 5.1.1 COMPOSIÇÃO DO NDE | 144 |
| 5.1.2 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DO NDE | 146 |
| 5.1.3 REGIME DE TRABALHO DO NDE | 147 |
| 5.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR | 147 |
| 5.3 COORDENAÇÃO DO CURSO | 148 |
| 5.3.1 COORDENADOR DO CURSO DE DIREITO | 148 |
| 5.3.2 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO | 148 |
| 5.3.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO | 148 |
| 5.3.4 EXPERIÊNCIAS DO COORDENADOR DO CURSO | 151 |
| 5.3.5 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO | 151 |
| 5.4 CORPO DOCENTE DO CURSO DE DIREITO | 152 |
| 5.4.1 TITULAÇÃO E ATUAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO | 152 |
| 5.4.2 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO | 154 |
| 5.4.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE | 155 |
| 5.4.4 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR | 156 |
| 5.4.5 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | 157 |
| 5.5 TUTORES | 159 |
| 5.5.1 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | 159 |
| 5.5.2 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO | 159 |
| 5.5.3 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | 160 |
| 5.6 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE | 160 |

| | |
|--|------------|
| 5.7 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES (PRESENCIAIS – QUANDO FOR O CASO – E A DISTÂNCIA), DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA | 162 |
| 5.8 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA DO CORPO DOCENTE | 163 |
| | |
| PARTE VI – INFRAESTRUTURA | 164 |
| 6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL | 164 |
| 6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR | 165 |
| 6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES | 166 |
| 6.4 SALAS DE AULA | 166 |
| 6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA | 167 |
| 6.5.1 LABORATÓRIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | 167 |
| 6.5.2 AUDITÓRIO | 169 |
| 6.6 BIBLIOTECA | 170 |
| 6.6.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC) | 172 |
| 6.6.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC) | 173 |
| 6.7 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS | 174 |
| 6.8 PROCESSO DE CONTROLE E PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA) | 175 |
| 6.9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA | 176 |
| | |
| PARTE VII – COMITÊ DE ÉTICA | 179 |
| 7.1 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) | 179 |

INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento que tem por finalidade apresentar o curso para a comunidade acadêmica. Neste sentido, contém toda a organização didático-pedagógica do curso, o corpo docente e a infraestrutura disponibilizada para sua oferta.

Assim, o PPC é o alicerce de todas as ações e decisões de um curso e, por isso mesmo, é a ferramenta que deve orientar e conduzir o seu gerenciamento, por parte da Coordenação de Curso, Colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE), tanto no presente quanto no futuro, visando uma educação transformadora, norteadas por uma formação integral, humanística e técnico-profissional.

Mas, para que tudo isso seja possível, é indispensável que sejam desenvolvidas estratégias, que segundo Mintzberg, é uma "... forma de pensar no futuro, integrada no processo decisório, com base em um procedimento formalizado e articulador de resultados". Desta maneira, o planejamento se torna de fundamental importância, já que dimensiona de onde se deve partir e aonde se quer chegar. É neste sentido que foram criados planos para o futuro desta IES, com o fim de atingir as suas metas e objetivos.

Nesse viés, um dos objetivos do UniAtenas é ofertar ensino superior em todos os segmentos e modalidades, formas e níveis, nas diversas áreas do conhecimento, conforme previsto na legislação educacional. Para tanto, a oferta desse curso de graduação colabora para a realização da missão Institucional que é contribuir para a construção de uma sociedade mais próspera, justa e solidária, promovendo uma educação transformadora, norteadas por uma formação integral, humanística e técnico-profissional, alinhada aos valores éticos e ao exercício da autonomia.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito do UniAtenas apresenta um diagnóstico da realidade da IES, expondo claramente os seus objetivos e aquilo que ela pretende de seus egressos. Inclusive, uma das políticas fundamentais da IES é demonstrar aquilo que ela é, não mascarando as falhas, mas sempre buscando o que se acredita, ou seja, o melhor para os discentes, docentes e o corpo técnico-administrativo.

Assim, busca-se alcançar às metas traçadas pelos idealizadores da Instituição: a de transformar o Curso de Direito em uma referência para Paracatu -MG e, quiçá, para todo o Brasil.

PARTE I - CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

1 MUNICÍPIO DE PARACATU - MG

O antigo Arraial do Paracatu pertencia à Comarca do Rio das Velhas, com sede em Sabará e foi elevado à Vila por Alvará Régio de D. Maria, Rainha de Portugal, em 20 de outubro de 1789, passando a ser denominada Vila do Paracatu do Príncipe. No mesmo alvará foi criado na vila o Juiz de Fora, Civil, Crime e Órfãos.

Por Carta régia, de 4 de março de 1799, foi nomeado José Gregório de Moraes Navarro para Juiz de Fora da Vila, que tomou posse em 14 de dezembro de 1799. A primeira Câmara Municipal foi empossada em 18 de dezembro de 1799 fazendo parte os seguintes vereadores: sargento-mor Manuel José de Oliveira Guimarães, Francisco Dias Duarte, o capitão José da Silva Paranhos e o procurador da Câmara Luís José de Carvalho. No ano de 1800, a vila possuía, ao todo, 17.450 habitantes, sendo 1.935 brancos, 6.335 mulatos livres, 3.637 negros livres, 327 mulatos cativos e 5.216 negros cativos.

Em 1840 Paracatu é elevada à condição de cidade e se torna a cabeça da Comarca de Paracatu (capital), que incluía em seu território cidades tais hoje como Uberlândia, no Triângulo Mineiro e cidades ao Norte de Minas.

Na década de 50, ao final do século XX, o município de Paracatu assistiu ao fantástico crescimento econômico e social, devido à construção de Brasília. A estrada de rodagem, ligando Belo Horizonte a Brasília passou por Paracatu, impulsionando o progresso da cidade que está distante da Capital Federal Brasília 235 km e a 482 km de Belo Horizonte.

Em 2010 Paracatu foi intitulada como patrimônio histórico nacional e cultural e reconhecida como berço do ouro, por ser sede da maior Mineradora da América Latina a céu aberto, constituindo a nova corrida do ouro.

Geograficamente, o município de Paracatu se localiza na região Noroeste de Minas Gerais e conta com uma população de 94.539 (noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e nove) habitantes, segundo o IBGE Cidades (acesso em 05 abril 2022). Por sua vasta área territorial (3º maior município do Estado), possui limites com uma série de outros municípios. Ademais é polo atrativo educacional e de trabalho devido à presença de várias instituições de ensino e de empresas.

Com relação à economia, a cidade possui um distrito industrial, com área aproximada de 1.020.000m², que está situado às margens da MG-188 e abriga várias empresas. O número total de empresas atuantes em 2019, conforme dados do IBGE, era 2.432 (duas mil, quatrocentos e trinta e duas) gerando 23.174 (vinte e três mil, cento e setenta e quatro) empregos diretos 2019. No município de Paracatu ainda estão instaladas 05 (cinco) instituições financeiras.

Destaca-se na cidade a produção agropecuária (principalmente de produtos como milho, soja e feijão e a criação extensiva de gado nelore) e a extração de minérios, principalmente o ouro, que é explorado pela *Kinross Gold Corporation*, empresa global com sede no Canadá, e uma das maiores mineradoras de ouro do mundo. Esta unidade em Paracatu gera o correspondente a 22% (vinte e dois por cento) da produção nacional, produzindo, em média, 17 (dezessete) toneladas de ouro por ano. Importante destacar, ainda, a existência de usinas de álcool e açúcar, de cooperativas agropecuárias e do Projeto Entre Ribeiros, que mediante à construção de canais de irrigação contribui para o aumento da produtividade de grãos.

Predomina em Paracatu a vegetação típica do cerrado, com matas de galeria à beira de rios. Inclusive, o principal Rio do município, o Paracatu, que é importante afluente do Rio São Francisco, deu origem ao nome da cidade. Conta ainda com grutas, cavernas e uma série de lindas cachoeiras. Pela abundância e riqueza da flora e fauna, o ecoturismo vem se mostrando como um grande potencial econômico no local.

O turismo também é uma relevante atividade econômica tendo em vista que seu Centro Histórico, recheado de casarões e igrejas do período colonial, está praticamente intacto. Essa realidade, aliada a impecável gastronomia, e aos demais eventos realizados no local, coloca Paracatu no patamar de um dos municípios mineiros mais ricos cultural e patrimonialmente.

No que se refere aos transportes, o município possui as seguintes rodovias: BR-040, MG-188, GO-020 e 6.700 km (seis mil e setecentos) de estradas vicinais. A cidade conta com aeroporto, hospitais e uma variedade de serviços.

Quanto ao perfil educacional do município de Paracatu, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, em 2010, era de 97,1%, ocupando a posição de 554º lugar dentro do estado e 15º lugar na região geográfica imediata. Ademais, o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental, em 2019, foi 6,0 e dos anos finais, 4,4. A cidade contava, em 2020, com 41 (quarenta e uma) escolas de ensino fundamental e 12 (doze) de ensino médio, segundo dados do IBGE Cidades (acesso em 05 abril 2022). Atualmente, Paracatu possui 01 (um) Instituto Federal de Educação e 03 (três) escolas técnicas privadas. Além disso, tem se tornado um polo na formação de educação superior, tendo instalados 01 (um) Instituto Federal de Educação, 01 (uma) Universidade Estadual, 01 (um) Centro Universitário e 02 (duas) faculdades com cursos presenciais, sendo o Centro Universitário e as 02 (duas) faculdades da rede privada, a Universidade da rede estadual, o Instituto da rede federal e outras 09 (nove) instituições na modalidade a distância, todas da rede privada.

O município ainda tem, em torno de seu território, cinco comunidades quilombolas, os quais ainda preservam sua cultura, sendo estas consideradas uma das mais ricas do estado de Minas Gerais.

Por tudo isso, bem como por sua extensão territorial, posicionamento geográfico estratégico (malha urbana constituída por Belo Horizonte, Brasília, Montes Claros, Unaí, Patos de Minas, Uberlândia e Uberaba), economia e serviços disponibilizados, o município de Paracatu permite que o UniAtenas possa expandir sua área de abrangência de cursos para algumas microrregiões de influência, como demonstram as tabelas a seguir.

TABELA 1 - Microrregião de Patos de Minas

| Municípios | População |
|--------------------|------------------|
| Arapuá | 2.836 |
| Carmo do Paranaíba | 30.339 |
| Lagoa Formosa | 18.168 |
| Patos de Minas | 154.641 |
| Rio Paranaíba | 12.356 |
| Tiros | 6.369 |
| Total | 224.709 |

Fonte: IBGE Cidades, 2023.

TABELA 2 - Microrregião de Patrocínio

| Municípios | População |
|-----------------------|------------------|
| Abadia dos Dourados | 7.022 |
| Coromandel | 27.958 |
| Cruzeiro da Fortaleza | 3.651 |
| Douradoquara | 1.915 |
| Grupiara | 1.386 |
| Monte Carmelo | 48.049 |
| Patrocínio | 92.116 |
| Total | 182.097 |

Fonte: IBGE Cidades, 2023.

TABELA 3 - Microrregião de Paracatu

| Municípios | População |
|-----------------------|------------------|
| Brasilândia de Minas | 16.950 |
| Guarda-Mor | 6.558 |
| João Pinheiro | 47.990 |
| Lagamar | 7.588 |
| Lagoa Grande | 9.681 |
| Paracatu | 94.539 |
| Presidente Olegário | 19.680 |
| São Gonçalo do Abaeté | 8.527 |
| Varjão de Minas | 7.235 |
| Vazante | 20.692 |
| Total | 239.440 |

Fonte: IBGE Cidades, 2023.

TABELA 4 - Microrregião de Unaí

| Municípios | População |
|-----------------------|------------------|
| Arinos | 17.850 |
| Bonfinópolis de Minas | 5.397 |
| Buritiz | 25.179 |
| Cabeceira Grande | 7.025 |
| Dom Bosco | 3.635 |
| Formoso | 9.810 |
| Natalândia | 3.306 |
| Unaí | 85.461 |
| Uruana de Minas | 3.256 |
| Total | 160.919 |

Fonte: IBGE Cidades, 2023.

TABELA 5 – Outras Cidades

| Cidade | População |
|------------------|------------------|
| Três Marias – MG | 33.062 |
| Cristalina-GO | 61.385 |
| Luziânia-GO | 214.645 |
| Catalão-GO | 113.091 |
| Total | 422.183 |

Fonte: IBGE Cidades, 2023.

TABELA 6 - Síntese

| Região | População |
|--------------------------------|------------------|
| Microrregião de Patos de Minas | 224.709 |
| Microrregião de Patrocínio | 182.097 |
| Microrregião de Paracatu | 239.440 |
| Microrregião de Unaí | 160.919 |
| Outras cidades | 422.183 |
| Total | 1.229.348 |

Fonte: IBGE Cidades, 2023.

Observando as tabelas acima, pode-se inferir que a população beneficiada pelos cursos oferecidos pelo UniAtenas gira em torno de 1.229.348 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e oito) habitantes, sem contar com a população dos municípios dos polos de Ensino a Distância (EaD) existentes e aqueles a serem criados.

Assim, é neste cenário que o UniAtenas está inserido para, de acordo com os seus objetivos, contribuir na promoção do desenvolvimento da cidade e região, de modo a atender as necessidades locais, buscando o diálogo com o entorno social, considerando a realidade sociopolítica, econômica e cultural do momento histórico regional.

Conceber o Curso de Direito nesta perspectiva levou o UniAtenas a estruturar um projeto pedagógico voltado para a formação de profissionais enquanto agentes de transformação social, frente à realidade de Minas Gerais que possui extremos de pobreza e de concentração de renda, com todas as suas implicações coletivas e individuais. Desta

maneira, a matriz curricular proposta visa a uma formação de excelência, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, baseando-se em processos científicos para a atuação do acadêmico e para o exercício pleno de sua cidadania.

PARTE II - CONTEXTO INSTITUCIONAL

2 CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

2.1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

TABELA 7 – Dados da Mantenedora

| | |
|--------------------------|--|
| Nome | Centro Educacional HYARTE-ML Ltda |
| CNPJ | 01.428.030/0001-66 |
| E-mail | faculdade@atenas.edu.br |
| Endereço da sede | Rua Euridamas Avelino de Barros |
| Número | 1.400 |
| Bairro | Prado |
| Cidade | Paracatu |
| UF | MG |
| CEP | 38602-002 |
| Telefone | (38) 3672-3737 |
| Fax | (38) 3672-3737 |
| Nome do dirigente | Hiran Costa Rabelo |
| CPF | 773.766.506-44 |

TABELA 8 - Dados da Mantida

| | |
|--------------------------|--|
| Nome | Centro Universitário Atenas (UniAtenas) |
| E-mail | faculdade@atenas.edu.br |
| Endereço da sede | Rua Euridamas Avelino de Barros |
| Número | 1.400 |
| Bairro | Prado |
| Cidade | Paracatu |
| UF | MG |
| CEP | 38602-002 |
| Nome do dirigente | Hiran Costa Rabelo |
| CPF | 773.766.506-44 |

2.2 HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DO MANTENEDOR

O Centro Educacional HYARTE ML Ltda. é uma sociedade empresária limitada com sede e foro na Rua Euridamas Avelino de Barros, nº 1.400, Bairro Prado, na cidade de Paracatu-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 01.428.030/0001-66 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3120501170-1, desde 02 de setembro de 1996.

A empresa tem como atividades econômicas o ensino básico, técnico, superior, atividades de radiodifusão, serviços de engenharia, atividades ambulatoriais, hospitalares e exames complementares.

A primeira mantida criada pelo Centro Educacional HYARTE ML Ltda foi o Colégio Atenas, sediado no município de Paracatu-MG, que iniciou suas atividades no dia 17 de fevereiro de 1997, oferecendo cursos nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Preparatório para Concursos e Pré-vestibular.

Em 2000, ainda em Paracatu-MG, iniciou-se o projeto da mantida Faculdade Atenas. Assim, após atender todas as exigências previstas pela legislação correlata, a IES recebeu, em setembro de 2001, a comissão avaliadora do MEC que verificou todas as condições necessárias para o pleito em questão. Dessa maneira, a Portaria do MEC nº 1.608, de 31/05/2002, credenciou a Faculdade Atenas (Paracatu) e autorizou o funcionamento do curso de Direito, a ser ministrado na Rua Olympio Gonzaga, nº 114, Bairro Santa Lúcia, na cidade de Paracatu-MG.

Em dezembro de 2002, deu-se sequência à expansão da Faculdade Atenas de Paracatu, iniciada pela compra do terreno e posterior construção das dependências do novo campus.

No dia 20 de dezembro de 2005, o curso de Medicina foi autorizado pelo Ministério da Educação, sendo as atividades da graduação iniciadas em 06 de fevereiro de 2006. Neste momento, inauguravam-se, também, as modernas instalações do novo campus da Faculdade Atenas, com infraestrutura necessária ao pleno desenvolvimento didático-pedagógico, permitindo a implantação de novos cursos de extensão, graduação e pós-graduação. Assim, o endereço da IES foi transferido para a Rua Euridamas Avelino de Barros, nº 1.400, Bairro Prado.

No dia 27 de setembro de 2006 foram autorizados três novos cursos: Nutrição, Administração e Sistemas de Informação, tendo o início de suas aulas em fevereiro de 2007.

Já no dia 02 de agosto de 2007 foi autorizado o curso de Educação Física, nas modalidades Licenciatura e Bacharelado, iniciando suas atividades no mesmo mês.

Aos 13 de abril de 2010, o Hospital Universitário Atenas (HUNA) foi inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e desde, então, vem prestando relevantes serviços acadêmicos e de saúde para Paracatu e toda a região.

No segundo semestre de 2011, o Centro Educacional HYARTE ML Ltda. recebeu a autorização da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) para ofertar 5 (cinco) Programas de Residências Médicas: Cirúrgica Geral, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina de Família e Comunidade e Pediatria, os quais iniciaram suas atividades a partir de fevereiro de 2012.

Nesse mesmo ano, 2012, deu-se a criação do Setor de Ensino a Distância (EaD) e do Núcleo de Apoio ao Ensino a Distância (NAED) da Faculdade Atenas. Houve, assim, o início do processo de institucionalização da EaD, se constituindo pelo desenvolvimento de práticas que viabilizassem a disseminação dessa modalidade de Ensino.

Em 08 de maio de 2013, foram autorizados mais dois cursos: Pedagogia e Farmácia, tendo suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2013.

Em 07 de novembro, também de 2013, foi autorizado o curso de Enfermagem, iniciando suas atividades no primeiro semestre de 2014.

Já no dia 29 de maio de 2014, foi autorizado o Curso de Engenharia Civil, iniciando suas aulas no segundo semestre do referido ano.

Em 27 de novembro de 2015, foi autorizado o funcionamento do Curso de Psicologia, que teve o início de suas atividades no primeiro semestre de 2016.

Na área técnica, em parceria com o Governo Federal, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a IES ofereceu, no período compreendido entre o 2º semestre de 2013 e o 1º semestre de 2016, os seguintes cursos técnicos sequenciais: Informática para internet, Informática, Programação de Jogos Digitais, Nutrição e Dietética, Multimeios Didáticos, Logística e Alimentação Escolar.

Em 2016, o Centro Educacional HYARTE ML Ltda foi selecionado e classificado para a oferta do curso de Medicina nos municípios de Passos e Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais, no âmbito do Edital nº 6/2014/SERES/MEC, primeiro edital de chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino, para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de Medicina em municípios selecionados no âmbito do edital nº 03/2013/SERES/MEC. Assim, a Portaria nº 1.600 do MEC, publicada em 28/12/2017 credenciou a mantida Faculdade Atenas Sete Lagoas e a Portaria nº 1 da SERES, de 02 de janeiro de 2018, autorizou o funcionamento do curso de Medicina naquela localidade. Já a mantida Faculdade Atenas Passos foi credenciada através da Portaria nº 311 do MEC, de 04 de abril de 2018 e o curso autorizado através da Portaria nº 253 da SERES, do dia 10 do mesmo mês e ano.

No dia 12 de abril de 2017 foi publicada a Portaria nº 171/SEI do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações outorgando permissão ao Centro Educacional HYARTE ML Ltda. para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins, exclusivamente, educativos, na localidade de João Pinheiro-MG.

Nesse mesmo ano (2017), a mantida Faculdade Atenas Paracatu foi credenciada para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância (Portaria MEC nº 400, de 24/03/2017), recebendo autorização para oferta do curso em EaD de Administração e Gestão de Recursos Humanos (Portarias SERES nº 205 e 206, respectivamente, de 29/03/2017).

Em 2018, a mantida Faculdade Atenas Paracatu transformou-se no Centro Universitário Atenas (UniAtenas), conforme Portaria do MEC nº 523, de 06 de junho de 2018, começando, assim, uma nova história para a Instituição, para o município de Paracatu e toda a região. Nesse mesmo ano, o UniAtenas passou a ofertar os cursos de

graduação na modalidade a distância de bacharelado em Ciências Contábeis e Engenharia de Produção, licenciatura em Educação Física e Pedagogia e Superior de Tecnologia em Logística e Processos Gerenciais, conforme Portaria Normativa do UniAtenas nº 08 de 03/09/2018). Foram criados ainda, os cursos de graduação, na modalidade presencial, de bacharelado em Agronomia e Medicina Veterinária (Portarias Normativas do UniAtenas nº 10 e 11, respectivamente, de 24/12/2018).

Ainda em 2018, o mantenedor foi novamente selecionado para credenciamento de mais três mantidas e classificado para a oferta do curso de Medicina nos municípios de Valença e Porto Seguro, no estado da Bahia, e no município de Sorriso, no Mato Grosso, no âmbito do edital nº 1/2018/SERES/MEC, conforme Portaria da SERES nº 924 de 27/12/2018.

Também no 2º semestre de 2018, através de profícua parceria entre o Centro Educacional HYARTE ML Ltda e os municípios de João Pinheiro, Vazante e Passos, a CNRM autorizou a abertura dos Programas de Residência Médica (PRM) em Clínica Médica e Medicina de Família e Comunidade (MFC) para os Fundos Municipais de Saúde de João Pinheiro e Vazante e de MFC para o Fundo Municipal de Saúde de Passos.

A Faculdade Atenas Passos, obteve, nesta mesma época, autorização da CNRM para também oferecer três vagas do PRM em MFC.

No ano de 2019, o UniAtenas criou novos cursos superiores de tecnologia para serem ofertadas na modalidade EaD: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Estética e Cosmética e Marketing, conforme Portaria Normativa nº 11/2019, de 31/05/2019.

Ainda em 2019, e continuando sua ampla expansão, o mantenedor requereu o credenciamento de mais três mantidas: Faculdade Atenas Centro de Minas, em Sete Lagoas-MG; Faculdade Atenas Sul de Minas, em Passos-MG e Faculdade Atenas do Sul Baiano, em Valença-BA, bem como a autorização para oferta do curso de Direito nessas três localidades.

Em janeiro de 2020, a Faculdade Atenas Sete Lagoas obteve autorização da CNRM para oferecer 20 (vinte) vagas do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade.

Já o UniAtenas, obteve deferimento, no ano de 2020, para oferta dos cursos técnicos, em Nível Médio, na modalidade presencial, em Administração, Análises Clínicas, Edificações, Marketing, Multimeios Didáticos, Panificação e Segurança no Trabalho.

Em 05 de junho do mesmo ano, o UniAtenas obteve, também, autorização para oferecer o Curso de Odontologia.

No dia 08 de julho de 2020 foi a vez de ser publicada a Portaria de autorização do Curso de Odontologia da Faculdade Atenas Passos.

O credenciamento da Faculdade Atenas Centro de Minas ocorreu em 12/08/2020, através da Portaria da SERES nº 653. Para esta mesma mantida, em 22 de setembro do mesmo ano, foi autorizado o curso de Direito.

Ainda no 2º semestre de 2020, a Faculdade Atenas Sete Lagoas obteve autorização para oferecer os cursos de Enfermagem e Odontologia.

E o mantenedor requereu o credenciamento da Faculdade Atenas Centro de Mato Grosso, em Sorriso-MT e a autorização para ofertar o curso de Direito.

Em 26 de março de 2021, a Faculdade Atenas Valença foi credenciada através da Portaria do MEC nº 173. E a Portaria nº 309 da SERES, de 29 do mesmo mês e ano, autorizou o funcionamento do curso de Medicina daquela localidade.

Já o credenciamento da Faculdade Atenas Sul de Minas ocorreu em 07 de julho de 2021, através da Portaria do MEC nº 483. E o curso de Direito dessa mantida foi autorizado no dia 15 também do mesmo mês e ano.

No 2º semestre de 2021, a Faculdade Atenas Passos obteve autorização para oferecer os cursos de Enfermagem e Farmácia. E, a Faculdade Atenas Sete Lagoas, autorização para oferta do curso de Farmácia

Em 02 de fevereiro de 2022 foi autorizado o funcionamento do curso de Psicologia da Faculdade Atenas Centro de Minas, através da Portarias da SERES nº 411.

Poucos dias depois (em 09 de fevereiro), foi credenciada a Faculdade Atenas Sorriso, através da Portaria do MEC nº 76. E no dia 11 de fevereiro, publicada a autorização do curso de Medicina, através da Portaria da SERES nº 489.

No dia 14 de julho foi a vez do Credenciamento da Faculdade Atenas Porto Seguro (Portaria do MEC nº 489). O curso de Medicina desta mesma IES foi autorizado em 22 de julho mediante a Portaria da SERES nº 782.

Em 08 de novembro foi credenciada a Faculdade Atenas Centro de Mato Grosso, através da Portaria do MEC nº 849. E, em 18 de novembro, publicada a autorização do curso de Direito (Portaria da SERES nº 980).

Por fim, em 16 de dezembro de 2022 houve o credenciamento da Faculdade Atenas do Sul Baiano, através da Portaria do MEC nº 1.017. E, no dia 27 de dezembro do mesmo ano, a publicação da Portaria da SERES nº 1.112, autorizando o curso de Direito.

Como se percebe, o compromisso do UniAtenas é com a coletividade na qual está inserida, e, tudo é feito, com a bênção de Deus, para que a instituição continue sempre focada nos anseios e necessidades da sociedade.

Acredita-se que o Centro Educacional HYARTE-ML Ltda. ainda há de escrever muitas páginas de sucesso na história de Minas Gerais, da Bahia, do Mato Grosso e em todo o Brasil, porque a cada ano, a Instituição se consolida como grande propulsora da educação e de outros serviços de qualidade.

2.3 MISSÃO INSTITUCIONAL

O UniAtenas tem por missão contribuir para a construção de uma sociedade mais próspera, justa e solidária, promovendo uma educação transformadora, norteadas por uma formação integral, humanística e técnico-profissional, alinhada à valores éticos e ao exercício da autonomia.

A missão do UniAtenas não se restringe somente em formar um bom profissional com responsabilidade social, mas desenvolver o espírito crítico no aluno, tendo em vista que se entende por espírito crítico o trabalho de reflexão, que é uma espécie de voltar a si mesmo, analisando ou pondo em pauta os conhecimentos que possui, assim como levá-lo a refletir sobre o saber científico, interrogando o referido saber, em uma reflexão nutrida por informações precisas sobre este ou aquele domínio do real. Ao pensar em reflexão, insere-se a necessidade de procurar entender os mecanismos responsáveis pela própria reflexão.

2.4 VISÃO

O UniAtenas tem por visão ser referência em educação de qualidade, inovadora nas propostas, nas práticas pedagógicas, no uso da tecnologia e líder de mercado na região em que atua.

2.5 VALORES

O UniAtenas tem por valores:

- a) amor pela educação e pelo trabalho: amamos o que fazemos, trabalhamos com prazer e sabemos da capacidade transformadora que a educação promove na sociedade;
- b) respeito às diferenças e à justiça: respeitamos a diversidade, os direitos e a justiça, reconhecemos o valor de cada membro da comunidade acadêmica;
- c) espírito de equipe: sabemos que a união de pessoas trabalhando com cooperação, ética, responsabilidade, respeito e flexibilidade, focadas nos mesmos objetivos, fortalece o trabalho para superação das metas com melhores resultados;
- d) sustentabilidade: trabalhamos para consolidar e manter a instituição com excelente saúde econômica e financeira, assumindo o compromisso com a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente;
- e) atitude de dono: pensamos, falamos e agimos com comprometimento, como parte integrante da instituição.

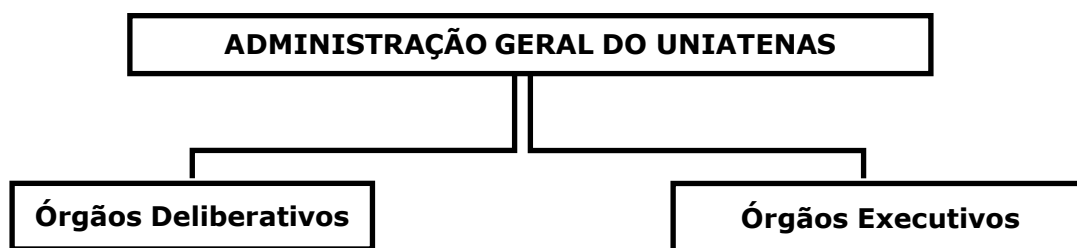
PARTE III- ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

3 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

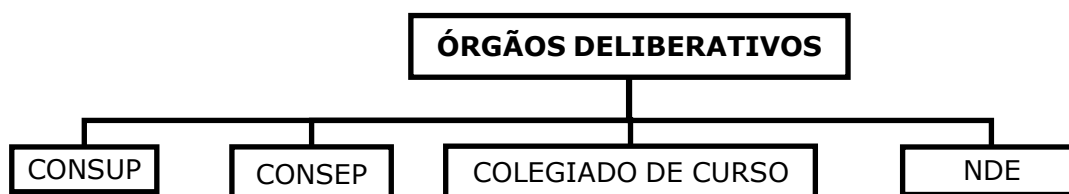
3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A administração geral do UniAtenas é assegurada por órgãos deliberativos e executivos.

ORGANOGRAMA 1



ORGANOGRAMA 2



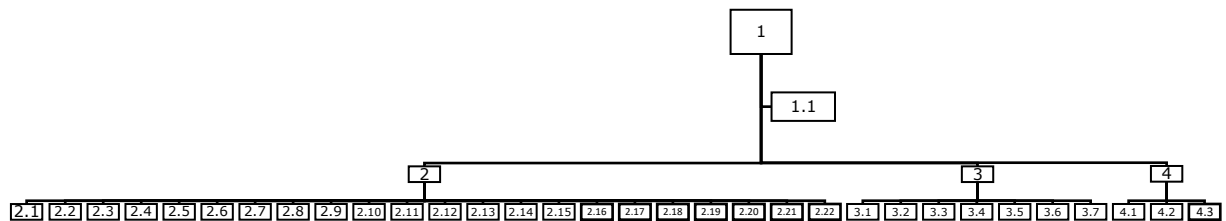
Legenda

CONSUP: Conselho Superior

CONSEP: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

NDE: Núcleo Docente Estruturante

ORGANOGRAMA 3



LEGENDA

1 Reitoria

1.1 Núcleo de Inteligência Gerencial

2 Pró-Reitoria Acadêmica

- 2.1 Assessorias
- 2.2 Coordenações de Cursos
- 2.3 Coordenação de Ensino a Distância (EaD)
- 2.4 Setor de Inteligência Estratégica
- 2.5 Setor de Pós-Graduação e Extensão
- 2.6 Setor de Pesquisa e Iniciação Científica
- 2.7 Setor de Publicação e Divulgação Acadêmica
- 2.8 Setor de Provas, Revisão Linguística e Semântica
- 2.9 Setor de Estágios e Convênios
- 2.10 Setor de Secretaria Acadêmica
- 2.11 Setor da Biblioteca
- 2.12 Setor de Tecnologia
- 2.13 Setor de Comunicação (Publicidade, Propaganda, Marketing, Jornalismo e Eventos)
- 2.14 Setor Comercial (Comissão Permanente de Vestibular - COPEVE, transferências e aproveitamento de alunos com diploma de nível superior)
- 2.15 Setor de Laboratórios de Ensino e Habilidades
- 2.16 Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Profissional e Acessibilidade (NAPP)
- 2.17 Núcleos de Prática Jurídica Real e Simulada (NPJ)
- 2.18 Núcleo de Práticas Administrativas (NPA)
- 2.19 Núcleo de Práticas de Análise de Sistemas (NPAS) – Fábrica de Software
- 2.20 Núcleo de Apoio ao Ensino a Distância (NAED)
- 2.21 Instituto Superior de Educação
- 2.22 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/ATENAS)

3 Pró-Reitoria Administrativa e Financeira

- 3.1 Setor da Tesouraria
- 3.2 Setor da Contabilidade
- 3.3 Setor de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho
- 3.4 Setor de Suprimentos, Patrimônio e Almoxarifado
- 3.5 Setor de Logística (Lanchonete, Restaurante e Reprografia)
- 3.6 Setor de Recepção e Telefonia
- 3.7 Setor de Segurança Patrimonial

4 Pró-Reitoria de Infraestrutura e Estratégia

- 4.1 Hospital Universitário Atenas (HUNA)
- 4.2 Setor de Conservação (Manutenção, Limpeza, Jardinagem e Paisagismo)
- 4.3 Setor de Obras e Edificações

A estrutura organizacional do UniAtenas é composta por órgãos que possuem competência decisória relativa à sua natureza e finalidades.

São órgãos deliberativos e normativos do UniAtenas:

- a) o Conselho Superior;
- b) o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) o Colegiado de Curso; e
- d) o Núcleo Docente Estruturante.

Conselho Superior (CONSUP): órgão máximo de natureza consultiva, deliberativa, normativa e recursal do UniAtenas, constituído pelos seguintes membros:

- a) Reitor, que o preside;
- b) Pró-Reitor Acadêmico;
- c) Pró-Reitor Administrativo e Financeiro;
- d) Pró-Reitor de Infraestrutura e Estratégia;
- e) Até 3 (três) representantes da Entidade Mantenedora, indicados por ela, com mandato de 2 (dois) anos, renovável;
- f) 2 (dois) representantes do corpo docente, escolhidos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição;
- g) 1 (um) representante dos tutores, escolhido por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução por igual período;
- h) 1 (um) representante dos servidores técnicos e administrativos, eleito pelos seus pares, dentre os portadores de graduação superior, com mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição;
- i) 1 (um) representante do corpo discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil. O representante do corpo discente deve estar regularmente matriculado, não estar em dependência, ter frequência e desempenho acima de 80% nas disciplinas cursadas.

Na criação de novas pró-reitorias no âmbito da administração do UniAtenas os respectivos pró-reitores poderão fazer parte no CONSUP.

O CONSUP reúne-se ordinariamente, uma vez por semestre, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Compete ao Conselho Superior (CONSUP):

- a) exercer, como órgão consultivo, deliberativo e normativo, a jurisdição superior do UniAtenas;
- b) aprovar o Estatuto, suas alterações e emendas;
- c) aprovar o Plano Anual de Trabalho;

d) deliberar, atendida a legislação em vigor, sobre a criação, incorporação, suspensão e extinção de cursos ou habilitações de graduação, a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, pós-graduação e cursos sequenciais;

e) deliberar sobre a criação, desmembramento, incorporação ou extinção de Unidades Acadêmicas ou Administrativas, ouvida a Entidade Mantenedora;

f) deliberar sobre a política de recursos humanos da Instituição, planos de carreira e salários, no âmbito de sua competência, submetendo-a a Entidade Mantenedora;

g) decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;

h) decidir sobre a concessão de títulos acadêmicos e honoríficos e sobre a instituição de símbolos, bandeiras e outros dísticos para uso do UniAtenas e da sua comunidade acadêmica e administrativa; e

i) referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Reitor, praticados na forma *ad referendum*.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP): órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva, em matéria de natureza acadêmica, constituído pelos seguintes membros:

a) Reitor, que o preside;

b) Pró-Reitor Acadêmico;

c) Coordenação de Ensino a Distância (EaD);

d) Os Coordenadores de Curso;

e) 2 (dois) representantes do corpo docente, escolhidos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução por igual período; e

f) 1 (um) representante dos tutores, escolhido por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução por igual período;

g) 1 (um) representante do corpo discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, que deve estar regularmente matriculado, não estar em dependência, ter frequência e desempenho acima de 80% nas disciplinas cursadas.

O CONSEP reúne-se ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP):

a) fixar as diretrizes e políticas de ensino, pesquisa e extensão do UniAtenas;

b) apreciar e emitir parecer sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão;

c) deliberar sobre representações relativas ao ensino, pesquisa, extensão, em primeira instância e em grau de recurso;

d) aprovar o Calendário Escolar;

- e) fixar normas complementares às do Estatuto sobre processo seletivo, diretrizes curriculares e programas, matrículas, transferências, adaptações, aproveitamento de estudos, avaliações e regime especial;
 - f) aprovar projetos de pesquisa e programas de extensão;
 - g) apreciar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, pós-graduação e sequenciais;
 - h) aprovar normas específicas para os estágios supervisionados, elaboração, apresentação e avaliação de monografias e/ou trabalho de conclusão de curso;
 - i) propor a concessão de prêmios destinados ao estímulo e à recompensa das atividades acadêmicas;
 - j) autorizar acordos e convênios propostos pela Entidade Mantenedora, com entidades nacionais e estrangeiras, que envolvam o interesse do UniAtenas; e
 - k) referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Reitor.
- Das decisões do CONSEP cabe recurso ao CONSUP.

Colegiado de Curso: órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso, constituído dos seguintes membros:

- a) coordenador de Curso, que o preside;
- b) professores que ministram disciplinas no Curso;
- c) tutores que fazem tutorias no Curso; e
- d) 1 (um) representante do corpo discente do curso, escolhido pelos alunos do curso, que deve estar regularmente matriculado, não estar em dependência, ter frequência e desempenho acima de 80% nas disciplinas cursadas.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

A ata de cada reunião, após a sua aprovação, deve ser encaminhada à alta gestão do UniAtenas para que possa tomar conhecimento, bem como providências cabíveis para auxiliar, no que for necessário, o cumprimento das determinações emanadas deste Colegiado.

Compete ao Colegiado de Curso:

- a) pronunciar-se sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos do UniAtenas e com as normas estatutárias;
- b) pronunciar-se quanto à organização pedagógico-didática dos Planos de Ensino de Disciplinas, elaboração e/ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino, avaliação e bibliografia;

c) apreciar a programação acadêmica que estimule a concepção e prática intradisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;

d) analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático, acadêmico e administrativo;

e) inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional, padrões de qualidade para avaliação de cursos, avaliação de cursos e avaliação de desempenho e rendimento acadêmico dos alunos no curso, com vistas aos procedimentos acadêmicos;

f) analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e/ou de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP;

g) acompanhar e executar, em cada reunião, os processos demandados, além de realizar avaliações periódicas sobre seu desempenho, promovendo ajustes para integração e melhorias contínuas.

Núcleo Docente Estruturante (NDE): órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso.

Os NDE's dos cursos do UniAtenas serão concebidos em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de acompanhar, analisar e atuar em todo o processo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A composição inicial será de, no mínimo, cinco docentes, sendo um deles o coordenador do curso. O NDE tem como atribuições:

a) elaborar, atualizar e pronunciar-se sobre o PPC definindo sua concepção e fundamentos, realizando estudos e atualização periódica;

b) verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisar a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho;

c) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

d) pronunciar-se sobre a programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação científica e extensão, articulados com os objetivos da instituição, necessidades do curso, exigências do mercado de trabalho e afinados às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e normas internas ou externas;

e) zelar pelo cumprimento da legislação vigente para cada curso;

f) pronunciar-se quanto à organização didático-pedagógica dos Planos de Ensino de Disciplinas (PED), elaboração e/ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;

g) apreciar a programação acadêmica que estimule a concepção e prática intradisciplinar e atividades de distintos cursos;

h) analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas aos pronunciamentos pedagógico-didático, acadêmico e administrativo;

i) inteirar-se da concepção de processos e resultados de avaliação institucional, padrões de qualidade para avaliação de cursos, avaliação de cursos e de desempenho e rendimento acadêmico dos alunos no curso, observando-se os procedimentos acadêmicos, analisando e propondo normas para as diversas atividades acadêmicas a serem encaminhadas ao CONSEP;

j) analisar a compatibilidade entre a quantidade de livros da bibliografia básica e complementar com o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

A cada 4 (quatro) anos o NDE passará por uma renovação parcial na composição dos seus membros.

Este órgão se reúne, ordinariamente, uma vez por semestre e extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem. Suas reuniões devem ser registradas através de atas.

São órgãos executivos do UniAtenas:

- a) Reitoria;
- b) Pró-Reitoria Acadêmica;
- c) Pró-Reitoria Administrativa e Financeira;
- d) Pró-Reitoria de Infraestrutura e Estratégia;
- e) Assessorias;
- f) Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- g) Instituto Superior de Educação;
- h) Coordenadoria de Ensino a Distância;
- i) Coordenadoria de Curso;
- j) Secretaria Acadêmica;
- k) Núcleo de Inteligência Gerencial;
- l) Núcleo de Apoio ao Ensino a Distância (NAED).

Na realização de seus trabalhos, a Administração conta com núcleos e setores de apoio acadêmicos e administrativos.

Reitoria: é o órgão executivo máximo da administração geral do UniAthenas e é exercida pela Reitoria, que é designada pela Entidade Mantenedora, para mandato de 02 (dois) anos, renovável.

O Reitor é auxiliado nas suas funções pelos Pró-Reitores.

Em suas ausências e impedimentos eventuais e legais, o Reitor designará seu substituto dentre os Pró-Reitores.

Compete ao Reitor:

- a) representar o UniAthenas interna e externamente ou promover-lhe a representação, no âmbito de suas atribuições;
- b) promover, em conjunto com o Pró-Reitor Acadêmico, Pró-Reitor Administrativo e Financeiro e Pró-Reitor de Infraestrutura e Estratégia, a integração no planejamento e harmonização na execução das atividades;
- c) conferir graus, expedir diplomas e títulos honoríficos, presidir a solenidade de formatura e demais atos acadêmicos em que estiver presente;
- d) convocar e presidir o CONSUP e CONSEP;
- e) promover a elaboração do Plano Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação do CONSUP;
- f) promover a elaboração do calendário escolar encaminhando-o ao CONSEP;
- g) designar os Pró-Reitores, os Coordenadores e seus substitutos, bem como dar-lhes posse;
- h) autorizar, previamente, pronunciamento público e as publicações que envolvam a responsabilidade do UniAthenas;
- i) encaminhar ao CONSUP e à Entidade Mantenedora o relatório anual das atividades;
- j) constituir comissões e grupos de trabalhos, designar assessorias permanentes e temporárias, com finalidades específicas de implementação das políticas educacionais da Instituição;
- k) firmar acordos, convênios, planos de cooperação técnico-científica em cumprimento aos objetivos do UniAthenas; e
- l) decidir sobre matéria de natureza urgente ou omissa, "*ad referendum*" do colegiado competente.

Integra a Reitoria o Núcleo de Inteligência Gerencial.

A Reitoria poderá promover fusões, extinções ou criar outras Pró-Reitorias, coordenadorias, setores e núcleos, visando a melhor adequação da gestão acadêmica e administrativa do UniAthenas.

Pró-Reitoria Acadêmica: órgão executivo para assuntos de natureza acadêmica, que é exercido pelo Pró-Reitor Acadêmico.

A Pró-Reitoria Acadêmica supervisiona as atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, iniciação científica, graduação, pós-graduação, extensão, estágios e convênios, publicação e divulgação acadêmica, núcleo de apoio psicopedagógico e profissional e a outras que vierem a ser criadas nos seus respectivos âmbitos acadêmicos.

O Pró-Reitor Acadêmico, em seu impedimento e em sua ausência legal, é substituído por um Assessor, designado pelo Reitor.

Compete ao Pró-Reitor Acadêmico:

- a) assessorar o Reitor no exercício das atividades acadêmicas do UniAtenas;
- b) gerenciar as ações de programação acadêmica, execução e avaliação dos currículos plenos dos cursos, objetivando articulação das diversas áreas do conhecimento e integração da coordenação de cursos de graduação, pós-graduação e sequenciais às diretrizes, políticas e objetivos educacionais do UniAtenas e dos cursos;
- c) coordenar e implementar as atividades de informatização do UniAtenas e do desenvolvimento e aprimoramento de seus sistemas de informação e comunicação;
- d) supervisionar a gestão da qualidade do ensino oferecido;
- e) propor medidas para incentivar o rendimento dos professores;
- f) supervisionar e integrar as atividades das Coordenações de áreas dos cursos;
- g) exercer o poder disciplinar em sua área de competência;
- h) estimular a participação docente, de tutores e discente na programação cultural, técnico-científica, didático-pedagógica e desportiva; e
- i) cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações dos órgãos colegiados.

Integram a Pró-Reitoria Acadêmica: Assessoria(s), Coordenações de Cursos, Setor de Inteligência Estratégica, Setor de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão, Setor de Publicação e Divulgação Acadêmica, Setor de Provas, Revisão Linguística e Semântica, Setor de Estágios e Convênios, Setor de Secretaria Acadêmica, Setor da Biblioteca, Setor de Tecnologia, Setor de Comunicação (Publicidade, Propaganda, Marketing, Jornalismo e Eventos), Setor Comercial (Comissão Permanente de Vestibular, transferências e aproveitamento de alunos com diploma de nível superior), Setor de Laboratórios de Ensino e Habilidades, Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Profissional e Acessibilidade (NAPP) e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/ATENAS).

Pró-Reitoria Administrativa e Financeira: órgão executivo para assuntos de natureza administrativa e financeira, exercida pelo Pró-Reitor Administrativo e Financeiro.

A Pró-Reitoria Administrativa e Financeira supervisiona as atividades relacionadas a recursos humanos, recursos contábeis, orçamentários e financeiros, recursos patrimoniais e materiais e serviços de administração geral.

O Pró-Reitor Administrativo e Financeiro, em suas ausências e impedimentos legais, é substituído por servidor designado pelo Reitor.

Compete ao Pró-Reitor Administrativo e Financeiro:

- a) auxiliar o Reitor na formulação e execução da política administrativo-financeira do UniAtenas;
- b) suprir as necessidades de material e de serviços indispensáveis ao funcionamento do UniAtenas;
- c) coordenar as ações de planejamento, execução e avaliação da Administração Geral em seus aspectos de recursos humanos, contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e serviços gerais; e
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações dos órgãos colegiados.

Integram a Pró-Reitoria Administrativa e Financeira: o Setor de Tesouraria, Setor de Contabilidade, Setor de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho, Setor de Suprimentos, Patrimônio e Almoxarifado, Setor de Logística (Lanchonete, Restaurante e Reprografia), Setor de Recepção e Telefonia e Setor de Segurança Patrimonial.

Pró-Reitoria de Infraestrutura e Estratégia: órgão executivo para assuntos de natureza de infraestrutura e estratégia. É exercida pelo Pró-Reitor de Infraestrutura e Estratégia.

A Pró-Reitoria de Infraestrutura e Estratégia supervisiona as atividades relacionadas à manutenção e limpeza, obras e edificações, jardinagem e paisagismo e serviços de estratégia em geral.

O Pró-Reitor de Infraestrutura e Estratégia, em suas ausências e impedimentos legais, é substituído por servidor designado pelo Reitor.

Compete à Pró-Reitoria de Infraestrutura e Estratégia:

- a) auxiliar o Reitor na formulação e execução da política de Infraestrutura e Estratégia do UniAtenas;
- b) coordenar e implementar as atividades de expansão física do UniAtenas;
- c) coordenar as ações de planejamento, execução e avaliação em seus aspectos de manutenção, limpeza, obras, edificações, jardinagem, paisagismo e estratégia; e
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações dos órgãos colegiados.

Integram a Pró-Reitoria de Infraestrutura e Estratégia o Setor de Conservação (manutenção, limpeza, jardinagem e paisagismo) e Setor de Obras e Edificações.

Assessorias: órgãos especializados nas mais diversas áreas do conhecimento, diretamente vinculados às Pró-Reitorias. São exercidas por Assessores, designados pelo Reitor.

Compete ao Assessor, principalmente, prestar aconselhamento e assistência as Pró-Reitorias sobre a sua área de experiência, visando a formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais do UniAthenas, tanto na esfera acadêmica quanto administrativa.

Comissão Própria de Avaliação (CPA): órgão de atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior, que tem o objetivo de conduzir o processo de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, no âmbito do SINAES. De acordo com a legislação brasileira, será constituída pelos seguintes membros:

- a) 01 (um) Presidente;
- b) 01 (um) representante do Corpo Docente;
- c) 01 (um) representante do Corpo de Tutores;
- d) 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo;
- e) 01 (um) representante do Corpo Discente;
- f) 01 (um) representante da Sociedade Civil Organizada.

O presidente da CPA será indicado pela Reitoria do UniAthenas. Os representantes do corpo docente, de tutores, técnico-administrativo e do corpo discente serão escolhidos por seus pares. E o representante da sociedade civil organizada será indicado por órgãos ou serviços relevantes do município. Todos os membros serão nomeados por ato do Reitor para um mandato de 3 (três) anos, admitida uma recondução por igual período.

Compete a CPA:

- a) elaborar o seu regulamento e submetê-lo à apreciação do CONSUP;
- b) formular a proposta de Autoavaliação Institucional, com base nas diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES;
- c) operacionalizar o desenvolvimento das atividades de coleta de dados e prestação de informações;
- d) gerenciar o processo de sistematização, tratamento e análise dos dados;
- e) promover reuniões, debates e seminários na área de sua competência para favorecer a participação dos segmentos da comunidade acadêmica;
- f) criar mecanismos e instrumentos para divulgação das atividades da CPA e publicação dos resultados e experiências;
- g) definir a estrutura de apoio para o desenvolvimento do trabalho da Comissão;
- h) propor ações que promovam a melhoria contínua do processo avaliativo da IES.

Instituto Superior de Educação: o Instituto Superior de Educação organiza-se como uma coordenadoria única de todos os cursos oferecidos na modalidade licenciatura, responsável pela articulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores. O coordenador é designado pelo Reitor.

O Instituto Superior de Educação tem regulamento próprio, aprovado pelo CONSUP. Na realização de seus trabalhos, a coordenação conta com os setores e núcleos de apoio às atividades acadêmicas e administrativas, identificados no Estatuto desta IES.

Coordenadoria de Ensino à Distância: Órgão de assessoramento, planejamento e execução de políticas da Educação a Distância (EaD). É conduzido pelo coordenador de ensino a distância, designado pelo Reitor.

O Coordenador de Ensino a Distância deve ter experiência profissional no Ensino a Distância e pertencer ao quadro técnico-administrativo da IES. Está diretamente vinculada à Pró-Reitoria Acadêmica.

Compete ao Coordenador de Ensino a Distância:

- a) assessorar a Pró-Reitoria Acadêmica na formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais dos cursos de Ensino a Distância do UniAtenas;
- b) supervisionar as atividades competentes aos Coordenadores de Curso do Ensino a Distância;
- c) supervisionar as atividades competentes ao Núcleo de Apoio ao Ensino a Distância (NAED);
- d) adotar “*ad referendum*” em caso de urgência e no âmbito de sua competência, providências indispensáveis ao funcionamento do EaD;
- e) cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações dos órgãos colegiados.

Coordenadoria de Curso: órgão de assessoramento e execução de políticas e objetivos educacionais do UniAtenas, diretamente vinculada à Pró-Reitoria Acadêmica, que é exercida por Coordenadores de Cursos, designados pelo Reitor.

O Coordenador do Curso deve ter qualificação profissional na área do curso que coordena e pertencer ao quadro docente da Instituição. Em seus impedimentos e ausências legais, é substituído por um professor, designado pelo Reitor.

Compete ao Coordenador de Curso:

- a) assessorar a Pró-Reitoria Acadêmica na formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais do UniAtenas e do Curso;

b) gerenciar o desenvolvimento do PPC e propor sua revisão diante das necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento do curso, no âmbito interno da instituição e no âmbito externo;

c) supervisionar a elaboração e a implantação de programas e planos de ensino buscando assegurar articulação, consistência e atualização do ementário e da programação didático-pedagógica, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e cronograma de trabalho;

d) gerenciar a execução da programação acadêmica do curso, zelando pelo cumprimento das atividades propostas e dos programas e planos de ensino e respectiva duração e carga horária das disciplinas;

e) acompanhar o desempenho docente, de tutores e discentes mediante análise de registros acadêmicos, da frequência, do aproveitamento dos alunos e de resultados das avaliações e de outros aspectos relacionados à vida acadêmica;

f) promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos e das práticas de atividades de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem;

g) elaborar e gerenciar a implantação de horários e a distribuição de disciplinas aos professores e tutores, obedecidas à qualificação e as diretrizes gerais do UniAtenas;

h) coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;

i) fazer cumprir as exigências necessárias para a integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a verificação de Histórico Escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;

j) convocar e dirigir reuniões do respectivo colegiado responsável pela coordenação didática do curso;

k) coordenar o processo de seleção de professores e tutores para o curso;

l) planejar a administração do corpo docente e de tutores do curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua do mesmo;

m) emitir parecer conclusivo sobre os pedidos de aproveitamento de estudos realizados em Instituições Superiores de Ensino, legalmente constituídas;

n) articular-se com ações da CPA, com o setor acadêmico da Mantenedora e com os outros coordenadores de curso, visando a melhoria contínua do curso sob gestão;

o) adotar, "*ad referendum*", em caso de urgência e no âmbito de sua competência, providências indispensáveis ao funcionamento do curso;

p) exercer o poder disciplinar, no âmbito do curso;

q) cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações dos órgãos colegiados.

Secretaria Acadêmica: é o órgão responsável pela matrícula e movimentação discente, pela documentação, pelos registros e controles acadêmicos. A Secretaria Acadêmica é coordenada pelo Secretário Acadêmico, designado pelo Reitor.

Compete ao Secretário Acadêmico:

- a) responsabilizar-se pela guarda e conservação de documentos, diários de classe e outros meios de registro e arquivo de dados;
- b) orientar e acompanhar a execução do atendimento, do protocolo e dos registros acadêmicos;
- c) autorizar e controlar o fornecimento de cópias de documentos aos interessados;
- d) expedir, por autorização do Reitor, certidões e declarações relativas à vida acadêmica dos alunos;
- e) emitir e registrar, por autorização do Reitor, diplomas dos cursos oferecidos pelo UniAtenas.

A Secretaria Acadêmica mantém sob sua guarda todos os registros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais documentos direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento regular do UniAtenas. E, para auxiliar na prestação dos seus serviços conta com os seguintes setores:

- a) Atendimento e Protocolo: setor responsável pela realização do atendimento ao público, interno e externo, e controle e registro de entrada e saída de documentos;
- b) Matrícula e Transferência: setor responsável pela matrícula, renovação de matrícula, cancelamento, trancamento, registro de abandono, transferência interna de curso e transferência externa;
- c) Controle dos Discentes, Tutores e Docentes: setor responsável pelo controle da pasta dos alunos, frequência de alunos, tutores e professores, notas por ciclo avaliativo, provas, provas optativas, ausências justificáveis e dependências;
- d) Certificados, Diplomas e Histórico Escolar: setor responsável pela emissão do histórico escolar, certificado e diplomas dos diversos cursos de graduação, pós-graduação e outros ministrados pelo UniAtenas, além do registro do diploma;
- e) Arquivo: setor responsável por classificar e guardar documentos que comprovem os fatos relativos à vida do estabelecimento de ensino, de modo a possibilitar a fácil localização e a reconstituição do passado, bem como a organização dos arquivos.
- f) Dados Estatísticos: setor responsável pelo controle estatístico de todos os dados do UniAtenas: dos vestibulares, matrículas, aprovações, dependências, reprovações, abandonos e outros dados, conforme planejamento e solicitação dos setores responsáveis.

Núcleo de Inteligência Gerencial: órgão de assessoramento da Reitoria para atividades Administrativas, Financeiras, Econômicas, Jurídicas, Contábeis, Articulação Geral, Avaliação, Estatística, Planejamento e outras.

Compete ao Núcleo de Inteligência Gerencial:

- a) assessorar o Reitor na formulação da política institucional;
- b) coordenar a elaboração e implantação do Plano Anual de Trabalho e avaliação institucional;
- c) promover articulação com organismos regionais, nacionais e internacionais com vistas a programas de intercâmbio e cooperação institucional;
- d) elaborar o Relatório Anual de Atividades a ser encaminhado à Reitoria; e
- e) desempenhar atribuições que lhe forem delegadas pelo Reitor.

Núcleo de Apoio ao Ensino à Distância (NAED): órgão de assessoramento e execução de políticas e objetivos educacionais do Ensino a Distância, diretamente vinculada à Coordenação do EaD.

Compete ao Núcleo de Apoio ao Ensino a Distância a promoção da gestão acadêmico-operacional da modalidade de educação a distância, em parceria com as demais unidades e setores da instituição. Integram este Núcleo as equipes multidisciplinares e profissionais do UniAtenas.

PARTE IV – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica do curso de Direito do UniAtenas consiste em um plano de ação que propicia de maneira adequada o seu desenvolvimento. Neste planejamento, a IES indica disciplinas ou módulos e demais atividades de pesquisa e extensão, que compõem o currículo pleno, e como ocorre o seu desenvolvimento ao longo do curso.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) também indica como o aluno alcança o perfil proposto e como são desenvolvidas, nos discentes, as competências e habilidades que lhes serão exigidas para a atuação na sua área. Isso significa dizer que através de métodos e metodologias adequadas, o aluno é situado ao seu contexto de atuação profissional, desenvolvendo as técnicas aprendidas em consonância com seu comprometimento para que possa ser capaz de reconhecer as necessidades dos cidadãos, formular, analisar e apresentar as mais diversas formas de resolução de litígios e assim, sendo agente de transformação social, contribuir para a construção de uma sociedade mais próspera, justa e solidária.

Neste sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito do UniAtenas apresenta um currículo definido nas Diretrizes Curriculares Nacional, com as respectivas ementas, a listagem das demais atividades obrigatórias e suas regulamentações. Este currículo acompanha o contexto social e as transformações tecnológicas, proporcionando ao estudante uma formação continuada, sendo um agente transformador.

O projeto também define a concepção, os objetivos gerais e específicos, o perfil e o acompanhamento dos egressos, bem como outros componentes imprescindíveis a organização didático-pedagógica do curso de Direito do UniAtenas.

Ademais, o desenvolvimento do curso é promovido e acompanhado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), Coordenação e Colegiado de Curso, Supervisão Pedagógica, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Assessoria e pela Pró-Reitoria Acadêmica, visando garantir as condições para o seu desempenho com os melhores resultados e o mais alto padrão de qualidade. Para tanto, o planejamento de investimento e ampliação é revisado periodicamente, de forma que os estudantes tenham todo o suporte necessário ao longo do curso.

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O Centro Universitário Atenas (UniAtenas) destaca-se ao estabelecer como premissa a qualidade da gestão acadêmica e administrativa, empreendendo as políticas institucionais contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para tanto, implementa suas políticas de ensino, pesquisa e extensão fundamentadas nos princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais para nortear suas práticas acadêmicas, visando a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso.

Neste sentido, o currículo pleno do curso de Direito foi desenvolvido de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), inclusive aqueles referentes aos Direitos Humanos, História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e Educação Ambiental, sendo integrado por um conjunto de Eixos e Núcleos Formativos que exige do coordenador uma preocupação constante com a busca da integração e interdisciplinaridade entre elas.

O professor, por sua vez, criteriosamente selecionado e constantemente qualificado pela IES, é corresponsável pelo programa do Núcleo Formativo ministrado, devendo conduzir o processo didático pedagógico a fim de desenvolver, em seus alunos, conhecimentos e habilidades, articulando teoria e prática, oferecendo-lhes formação técnica e princípios que formem o cidadão. Para tanto, as aulas devem obedecer a uma metodologia diversificada no que diz respeito aos tipos, sondagem; planejamento; discussão; debate; prática; exercícios; som e imagem; avaliação e orientação.

Por outro lado, para que o aluno obtenha a formação desejada, o UniAtenas disponibiliza vários programas: orientação psicológica, pedagógica e profissional, acessibilidade atitudinal, comunicacional, digital, física, instrumental e metodológica, tutorias, nivelamento, programas de descontos e de bolsas, dentre outros. Ademais, no Estatuto e Manual Específico estão definidos os seus direitos e deveres, bem como as condições de participação nas atividades acadêmicas da Instituição, inclusive como membro de colegiado de curso, assim como no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEP), no Conselho Superior (CONSUP), no Colegiado de Curso e Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A política de Pesquisa do UniAtenas valoriza a produção do conhecimento a partir de problemas da realidade local e regional. Assim, sua operacionalização adota diferentes formas, tais como Iniciação Científica, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), dentre outros. Ressalta-se que o conhecimento produzido nestas atividades é difundido através das revistas da Instituição.

Ademais, essa política ainda é operacionalizada como recurso metodológico, afinal, no decorrer das aulas, o professor, provoca a investigação sistemática de um determinado domínio da realidade, através de fundamentação teórica e levantamento

rigoroso de dados empíricos, de modo a permitir uma teorização que resulte, por meio da comprovação, na ampliação dos conhecimentos sobre a realidade investigada.

Nesta premissa, a instituição esclarece que a prioridade da iniciação à pesquisa está vinculada aos eixos temáticos que estruturam o curso e as linhas de pesquisa refletem a relação entre as demandas sociais e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Deste modo, os projetos são analisados tendo presente o conteúdo e a relevância do tema e a adequação entre os trabalhos a serem desenvolvidos e os recursos disponíveis

Quanto às atividades de Extensão, são o canal de comunicação do UniAtenas com a comunidade, por meio da aplicação dos resultados que são obtidos no ensino e na pesquisa à realidade circulante, através de diferentes métodos e técnicas. Para tanto, há a identificação das situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, o estudante do Curso de Direito presta serviço à sociedade local e regional, pois desenvolve projetos de pesquisa e extensão que são pautados nas necessidades da comunidade onde são desenvolvidas ações que melhoram as condições de vida dos indivíduos que lá residem. Ademais, a extensão é realizada também sob a forma de:

- a) atendimento diretamente à comunidade ou às instituições públicas e particulares, principalmente através da Prática Jurídica;
- b) participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- c) estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local e/ou regional;
- d) promoção de atividades artísticas e culturais;
- e) publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- f) divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- g) estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica;
- h) assessorias e consultorias;
- i) cursos diversos nas áreas afins;
- j) jornada temática;
- k) Projetos sociais.

Importante destacar que o UniAtenas, através da mensuração de avaliações constantes a serem realizadas com a assessoria e reuniões entre professores, alunos, coordenadores de setores, dentre outros, analisam e revisam, sempre que necessário, as políticas de ensino, extensão e pesquisas, incluindo em suas práticas mudanças que visem, cada vez mais, oferecer uma educação transformadora.

Nesse viés, a instituição acredita que ações, como as descritas a seguir, são decisivas para alcance desse objetivo:

a) participação do corpo docente, técnico-administrativo e demais funcionários em cursos de graduação, pós-graduação e/ou cursos de extensão na própria Instituição e também em outras IES;

b) constante manutenção, revisão e atualização do acervo da biblioteca;

c) realização de jornadas temáticas organizadas com a participação ativa dos acadêmicos;

d) desenvolvimento de atividades voltadas a despertar o interesse acadêmico pela atividade de pesquisa através da Iniciação Científica que contribui para a definição de área do seu interesse, promovendo a atualização e o aprimoramento dos estudos, além de realizar programas de incentivo para docentes e discentes, como também, por meio das Revistas existentes, disseminar a cultura científica na IES;

e) formação e apoio para criação de Grupos de Pesquisa implantados, tais como o NEPAGE, Núcleo de Pesquisa em Marketing e Estratégia e GEOGEP;

f) incentivo à criação de novas Ligas Acadêmicas;

g) manutenção do Conselho das Ligas Acadêmicas do UniAtenas, que é o órgão máximo ao qual todas as Ligas Acadêmicas dos cursos oferecidos pela IES estão vinculadas;

h) atividades interdisciplinares e de natureza sociocultural e científica, envolvendo toda a comunidade;

i) participação em atividades de natureza cultural, artística e educativa, dentre outras;

j) aprofundamento dos aspectos cognitivos por meio de pesquisas com rigor analítico, promovendo a investigação, desenvolvendo hábitos intelectuais e criativos, priorizando as atividades interdisciplinares;

k) ensino-aprendizagem e extensão voltados para a modernidade, por meio de pesquisas, discussões, estudos, análises e debates;

l) aplicação e investimentos em atividades que promovam a cidadania, ressaltando os aspectos da democracia, da ciência, da cultura, da tecnologia e suas ideias básicas.

Além de todas essas ações e práticas voltadas para o ensino, a iniciação científica e a extensão, destacam-se como inovadoras as seguintes:

a) a adoção de uma matriz por competências que objetiva atingir às grandes áreas de competências necessárias à prática profissional, de modo a propiciar aos alunos um embasamento prático dos conceitos teóricos adquiridos dentro das expectativas do mercado de trabalho e suas relações;

b) a capacitação disponibilizada aos coordenadores, professores, corpo técnico-administrativo para que possam oferecer um atendimento adequado às necessidades de seu público;

c) a presença de um pedagogo por curso para orientar o grupo de professores, capacitar, desafiar, instigar, questionar, motivar, despertando neles o desejo, o prazer, o envolvimento com o trabalho a ser desenvolvido e os resultados a serem obtidos;

d) a adoção e utilização da metodologia ativa como método didático-pedagógico que propõe ao aluno ter iniciativa, agindo de forma cooperativa, baseando-se na aprendizagem colaborativa;

e) a utilização desse método como recurso metodológico, uma vez que no decorrer das aulas, o professor, provoca a investigação sistemática de um determinado domínio da realidade, através de fundamentação teórica e levantamento rigoroso de dados empíricos, de modo a permitir uma teorização que resulte, por meio da comprovação, na ampliação dos conhecimentos sobre a realidade investigada;

f) a existência do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Profissional e Acessibilidade (NAPP) que tem como missão contribuir para o engrandecimento e desenvolvimento integral do ser humano, das suas potencialidades individuais e sociais, na prevenção de transtornos psicoemocionais, psicossociais e profissionais, assim como fornece subsídios para acessibilidade e permanência com adequação e qualidade, na IES, dos docentes, discentes e toda a comunidade acadêmica;

g) a presença do auxiliar de educação que é o profissional que auxilia na organização do campus, interação e integração com os acadêmicos e suporte ao docente tutor e discente, quando necessário. Nesse sentido, esse profissional perpassa por toda a IES, verificando diariamente, e em horários definidos, os cenários utilizados pela comunidade acadêmica, tanto as condições físicas, como limpeza do ambiente, se os materiais estão adequados e em bons estados às atividades que acontecerão, quanto ao estado psicológico, como se há barulhos perturbadores, algazarras, dentre outros, interagindo com os alunos nos diversos espaços (áreas de convivência, corredores, lanchonete, banheiro e etc.). Por meio dessa interação, o auxiliar de educação também traz informações importantes sobre a convivência entre os alunos que podem ser objeto de análise para que o NAPP, coordenador de curso e a equipe docente, planejem e executem intervenções. Ademais, o auxiliar de educação fica próximo à sala de aula para auxiliar o professor diante de alguma demanda necessária;

i) as diversas tecnologias disponibilizadas à comunidade acadêmica (ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais; fóruns eletrônicos; blogs; chats; portais educacionais; tecnologias de telefonia; videoconferências; TV; programas específicos de computadores e dispositivos móveis (*softwares*); objetos de aprendizagem; conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos);

j) ações de apoio ao discente, tais como monitorias, nivelamento, atendimento extraclasse, programas de crédito financeiro, programas de acolhimento, permanência e intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios;

k) programa de Iniciação Científica que desenvolve o pensamento científico nos estudantes de graduação;

l) um excelente clima organizacional;

m) dentre outras.

Vale ressaltar também a prática inovadora adotada pela IES no que tange a gestão institucional compartilhada com toda a comunidade acadêmica, que participa de forma intensa das ações e do crescimento da Instituição. Para tanto, são adotadas as seguintes ações nas quais são buscadas ideias, sugestões ou queixas vinculadas as áreas de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, infraestrutura física e tecnológica, dentre outros:

a) reuniões mensais dos representantes de turma com o coordenador de curso;

b) reuniões semestrais dos representantes de turma com a Assessoria;

c) reuniões semanais, bimestrais e semestrais do corpo docente com o coordenador de curso e supervisão pedagógica;

d) reuniões com os orientadores e supervisores de estágio;

e) reuniões semestrais, ou sempre que necessário, dos órgãos colegiados (CONSUP, CONSEP, NDE e Colegiado de Curso);

Ademais, visando a um diagnóstico preciso, que revele a situação da instituição e do curso, como um todo, são utilizadas, ainda, as seguintes ferramentas de aferição:

a) resultados da Avaliação Interna realizada pela CPA;

b) resultados das Avaliações Institucionais (credenciamento e credenciamento) e de Curso (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos) realizadas pelas Comissões designadas pelo Ministério da Educação (MEC);

c) resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação;

d) Relatórios de Não Conformidade;

e) ouvidorias;

f) Fale conosco;

g) avaliações das aulas assistidas pela supervisão pedagógica;

h) atendimentos individuais a alunos, professores e técnico-administrativos;

i) visitas realizadas pela coordenação de cursos a biblioteca, ambientes virtuais, laboratórios e cenários de estágios;

j) dentre outros.

De posse dessa enorme gama de dados, a coordenação de curso, juntamente com o Colegiado, NDE e Administração da IES, montam a matriz FOFA, identificando as fragilidades e potencialidades. O que estiver bom pode ser melhorado e o que estiver ruim precisa de melhoria, sendo que o método para analisar, resolver problemas e atingir metas de qualidade é o PDCA. Essa ferramenta recebeu esse nome por juntar as primeiras letras

dos nomes em inglês das palavras que a compõe, sendo que o P, significa PLAN, de Planejar; o D, significa Do, de Executar; o C, significa *CHECK*, de Checar e o A, significa *Action*, de Agir.

Resumidamente, o trabalho no PDCA, consiste na passagem pelas seguintes etapas:

a) PLAN, significa planejar, identificar o problema que se deseja resolver, propondo um plano de ação para a solução do problema. A ferramenta utilizada é o 5W2H:

- What – O que será feito (etapas);
- Why – Por que será feito (justificativa);
- Where – Onde será feito (local);
- When – Quando será feito (tempo);
- Who – Por quem será feito (responsabilidade);
- How – Como será feito (método), e
- How much – Quanto custará fazer (custo);

b) DO, significa fazer e consiste na execução do plano de ação;

c) CHECK, significa avaliar através de itens de controle. Assim, o gestor verifica se o plano de ação foi eficaz na solução do problema. Caso não haja resolvido, volta-se a primeira etapa, PLAN, para um novo planejamento e o estabelecimento de um novo plano de ação;

d) ACTION, significa atuar. Desta maneira, caso o plano de ação tenha resolvido o problema, é possível padronizar a tarefa, construir um Procedimento Operacional Padrão (POP) e implantar itens de controle ou aferição para a garantia da qualidade.

Assim, entende que este processo avaliativo permite o levantamento e sistematização de dados e informações que certamente contribuem para o processo de planejamento e gestão da instituição e dos cursos, objetivando o alcance da excelência acadêmica.

Desse modo, a autoavaliação periódica do curso de Direito tem pontos de articulação com a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas que resulta, sem dúvida, no fortalecimento de uma cultura da avaliação e como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento e gestão do curso.

Ademais, com certeza, a autoavaliação favorece o alcance dos objetivos institucionais, uma vez que os resultados contribuem para a melhoria nos processos de seleção de pessoal, prestação de serviços à comunidade acadêmica, etc., além de subsidiar a tomada de decisões e contribuir para a melhoria da organização curricular e seu funcionamento, da estrutura física e material, do quadro de pessoal, do sistema normativo e do processo de mudança organizacional na busca da excelência dos serviços, sejam acadêmicos ou administrativos, visando à construção de uma instituição justa e igualitária, socialmente comprometida e democrática.

A autoavaliação do curso é uma atividade permanente, tendo como perspectiva a progressiva análise da qualidade do curso como um todo e uma institucionalização do processo. A eficiência do curso é medida, com base num roteiro, com diversos aspectos considerados fundamentais à avaliação. O produto final esperado desse processo é uma avaliação sobre a eficiência da Instituição e dos cursos, a qualidade da formação dos egressos e sua aceitação pelo mercado de trabalho.

Portanto, é notório que as políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa constantes no PDI do UniAthenas estão implantadas no âmbito do curso de Direito, claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem, alinhadas ao perfil do egresso que a Instituição almeja. Ademais, essas políticas, pelas práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras de gestão adotadas pela IES, são constantemente revisadas, possibilitando, assim, a evolução institucional e dos cursos, que preza pela qualidade dos serviços ofertados.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

O UniAthenas tem como um de seus principais objetivos, preparar profissionais éticos e competentes, capazes de contribuir para o desenvolvimento da região, o bem-estar e qualidade de vida de seus cidadãos. Para tanto, ciente de sua responsabilidade social, busca compreender as reais necessidades e caminhos para que esse desenvolvimento ocorra, primando pela inclusão social de seus alunos e egressos e desenvolvendo atividades educacionais de nível superior, condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permita responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação.

Nesse viés, o curso de Direito do UniAthenas tem por objetivo geral nos moldes do artigo art. 3º da Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018: assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Através de uma formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a (art. 4º da Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018):

a) interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

b) demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

c) demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

d) dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

e) adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

f) desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

g) compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

h) atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

i) utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

j) aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

k) compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

l) possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

m) desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

n) apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Com vistas ao alcance do objetivo geral, estruturou-se os seguintes objetivos específicos:

a) preparar o acadêmico para ser um profissional apto ao exercício técnico-jurídico nas diversas áreas do Direito, com sólida formação generalista, humanista e ética no trato da realidade do Brasil e do mundo no século XXI;

b) formar o profissional-cidadão, comprometido com os princípios do Estado Democrático de Direito, com sólidos conhecimentos sociopolíticos, dotado de padrão ético-social e profissional;

c) formar profissionais para o desenvolvimento de atividades jurídicas que considerem as peculiaridades inerentes ao contexto regional específico, ou seja, uma região com atividades agropecuárias e de mineração com a identificação de importantes sistemas cooperativistas, além de uma clara demanda pelo acesso às carreiras públicas;

d) desenvolver atividades jurídicas de forma contenciosa, preparando bacharéis para o foro, em geral, quer para o exercício da advocacia privada, quer para o exercício de cargos públicos vinculados a áreas jurídicas;

e) desenvolver atividades jurídicas inerentes às demais áreas do relacionamento humano, individual e coletivo, preparando os acadêmicos para o exercício profissional nos diversos ramos do Direito;

f) desenvolver o senso crítico, interativo e operacional do Direito na resolução dos problemas sociais e econômicos que demandem a sua atuação;

g) preparar os bacharéis para o campo profissional da consultoria jurídica e para atuar na esfera de novas formas de acesso à justiça como arbitragem, conciliação e mediação;

h) ensinar o Direito em sua dimensão libertadora, a serviço do homem e de suas demandas, capaz de instrumentalizar seu saber para o progresso da sociedade;

i) promover o real e efetivo exercício dos direitos e deveres inerentes à cidadania;

j) proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas variadas manifestações e aplicações;

k) desenvolver no aluno, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;

l) incentivar o estudo dos fenômenos de massa, a evolução da sociedade brasileira e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de maneira efetiva e adequada à realidade social;

m) incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a questão social regional;

n) permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, em especial aquelas de ordem ambiental e de desenvolvimento sustentável, qualificando o aluno para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;

o) incentivar a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação social, de construção da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

Portanto, os objetivos do curso de Direito estão implementados no PPC e tomam por base o perfil profissional do egresso almejado, a estrutura curricular, o contexto

educacional, as características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionados ao curso, visando sua constante atualização.

4.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Atualmente, a sociedade brasileira tem a expectativa de contar com um bacharel em Direito bem formado tecnicamente, que estabeleça uma prestação de serviço pautada pela ética, diversidade, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e comunicação eficaz, que se atualize permanentemente para cada vez mais ser capaz de reconhecer as necessidades dos cidadãos, formular, analisar e apresentar de forma justa e criativa, as mais diversas formas de resolução de litígios relacionados ao Direito, bem como, trabalhar, sempre que possível, visando a conciliação entre os litigantes, considerando aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais dentre outras.

Esse anseio vai justamente ao encontro da missão do UniAtenas que visa contribuir para a construção de uma sociedade mais próspera, justa e solidária, promovendo uma educação transformadora, norteada por uma formação integral, humanística e técnico-profissional, alinhada à valores éticos e ao exercício da autonomia. Para tanto, o UniAtenas disponibiliza aos seus educandos, em todos os cenários de ensino-aprendizagem, por meio da utilização das Metodologias Ativas, oportunidades de aquisição de competências e habilidades condizentes com as necessidades da sociedade contemporânea: a formação de um cidadão crítico, reflexivo, ético, responsável, intelectualmente autônomo, com domínio profissional, habilidade para relações interpessoais positivas e sensibilidade para as questões da vida e da sociedade.

Nesse viés, o Curso de Direito do UniAtenas busca formar um profissional com perfil pautado em “sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania”, como previsto no artigo 3º das DCN’s do Curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018).

Ademais, como os alunos podem ser avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o curso de Direito do UniAtenas ainda proporciona o desenvolvimento das seguintes competências gerais e específicas em seu processo de formação:

- a) fazer escolhas éticas e responsabilizar-se por suas consequências;

- b) promover diálogo e práticas de convivência, compartilhando saberes e conhecimentos;
- c) trabalhar em equipe, de forma flexível e colaborativa;
- d) buscar soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema;
- e) organizar, interpretar e sintetizar informações para tomada de decisões;
- f) planejar e elaborar projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades, de forma coerente, em contextos diversos;
- g) compreender as linguagens e suas respectivas variações como expressão das diferentes manifestações étnico culturais;
- h) identificar representações verbais, gráficas e numéricas de um mesmo significado;
- i) formular e articular argumentos e contra-argumentos consistentes em situações sócio comunicativas;
- j) ler, interpretar e produzir textos com clareza e coerência;
- k) identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos;
- l) ler, compreender e elaborar textos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das técnicas e dos métodos pertinentes;
- m) analisar e compreender situações jurídicas mediante o uso de legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito;
- n) desenvolver argumentação e raciocínio jurídicos adequados e coerentes;
- o) compreender, de forma interdisciplinar, os fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito;
- p) inter-relacionar fundamentos filosóficos, sociológicos, axiológicos e teóricos do Direito com sua implicação prática;
- q) exercer atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias (administrativas, privadas ou judiciais), com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- r) atuar em solução de controvérsias e na tomada de decisões;
- s) compreender o impacto das tecnologias no Direito; e
- t) realizar atividades de pesquisa e extensão jurídicas, com aplicação de fundamentos, métodos e técnicas científicas.

Diante disso, o curso de Direito do UniAthenas proporciona um perfil que qualifique o discente para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania, oportunizando-lhe plena capacidade para a aprendizagem autônoma, dinâmica e para a atuação, tanto individual como em equipe, no campo das soluções individuais e coletivas, preventivas e solucionadoras de conflitos.

O UniAthenas pretende que a formação do aluno, sensível e preparado para lidar com os problemas de seu tempo e espaço, evolua de simples aplicador do conhecimento

a intérprete e profundo conhecedor da sociedade na qual está inserido, com capacidade de valoração, argumentação e de persuasão, condição humanística, interdisciplinar e ética e, fundamentalmente, consciente de seu papel protagônico no desenvolvimento socioeconômico de seu município e região, no contexto do processo de transformação e modernização da sociedade.

Assim sendo, o profissional formado pelo UniAtenas deve ser capaz de estabelecer relações em um determinado contexto social, respeitando as diferenças e necessidades e propondo soluções para os problemas, todavia, pensando preventivamente por meio do levantamento de dados e formulação de cenários, promovendo o crescimento intelectual do homem.

Para que esses objetivos sejam alcançados, o curso conta com a seguinte equipe:

a) o NDE que atua no acompanhamento, consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho;

b) com o Colegiado de Curso que deve pronunciar-se sobre o PPC, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da Instituição e com as normas estatutárias;

c) com a Coordenação de Curso que gerencia o desenvolvimento do Projeto Pedagógico, devendo propor sua revisão diante das necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento do curso no âmbito interno da instituição e no âmbito externo;

d) com a equipe da Supervisão Pedagógica que orienta o grupo de professores, capacitando-os, desafiando-os, instigando-os, questionando-os, motivando-os, despertando neles o desejo, o prazer, o envolvimento com o trabalho a ser desenvolvido e os resultados a serem obtidos;

e) com o Coordenador de Estágios que tem, dentre outras atribuições, a de coordenar e supervisionar as atividades de estágio curricular e extracurricular, na forma do Regulamento e demais legislações vigentes, participando do processo de avaliação global do estagiário;

f) dentre outros.

Esses grandes pilares do curso de Direito do UniAtenas têm, juntamente com as suas atribuições, a tarefa de buscar, diariamente, uma maior integração do curso com o mundo do trabalho para que as competências e as habilidades previstas no perfil do egresso, bem como aquelas decorrentes de novas e futuras demandas sejam alcançadas. Assim, devem em suas reuniões periódicas, apresentarem ideias e propostas que possam gerar insumos para alimentar e atualizar constantemente o PPC, diante das novas

demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. Ressalta-se que esses insumos compõem a matriz FOFA, utilizando-se, para tanto, do método PDCA, já citado anteriormente.

Pelo exposto, percebe-se que o perfil profissional do egresso do curso de Direito do UniAtenas, está de acordo com as DCN e outras relevantes a sua formação já que as atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas permitem o desenvolvimento das competências exigidas para o exercício profissional no contexto local, regional e nacional, tornando-o apto, ainda, para as constantes mudanças que o mercado de trabalho exige.

4.4 ESTRUTURA CURRICULAR

Objetivando assegurar uma organização curricular condizente com os conceitos previstos no perfil do egresso e com a concretização das competências nele previstas, o currículo proposto pelo UniAtenas transcende os campos do ensino e da aprendizagem, sendo parte integrante de uma proposta pedagógica ousada e inovadora, embasada na Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018, que instituiu as DCN do curso de graduação em Direito, e na Resoluções nº2, de 19 de abril de 2021 que traz alterações à DCN, as quais foram consideradas como princípios norteadores desta organização curricular.

As organizações didático-pedagógicas dos Cursos do UniAtenas propõem um modelo que objetiva atingir às grandes áreas de competências necessárias à prática profissional de modo a propiciar aos alunos um embasamento prático dos conceitos teóricos adquiridos dentro das expectativas do mercado de trabalho e suas relações.

Os currículos são estruturados em **eixos profissionais**, compreendidos como conjuntos de áreas de atuação profissional que visam a aquisição de competências no mundo do trabalho e no aprimoramento das relações sociais, e subdivididos em **núcleos formativos**, constituídos de unidades didáticas, ou seja, conjuntos de estudos teóricos e práticos, previstos num plano de ensino e desenvolvidos dentro de um período letivo. Sendo que, cada núcleo formativo é dividido em semanas, com duração variável, de acordo com sua carga horaria estabelecida.

Os núcleos formativos são ordenados, obedecendo a uma sequência lógica e sistematizada de conhecimentos, habilidades e atitudes a serem adquiridos pelo aluno. Para fins de que sejam atingidas as competências, existem princípios e conceitos importantes a serem estudados durante a graduação de forma que o aluno entenda as particularidades da formação profissional e possa gradativamente crescer no seu aprendizado. Nesse viés, pode-se pontuar princípios e conceitos distintos de acordo com o núcleo formativo e com o seu eixo profissional, todavia, nestes são contidos os conteúdos que revelam inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade na esfera jurídica através da

utilização de tecnologias inovadoras e que atendam campos interligados de formação, conforme descrito e apregoeado nas DCNs do curso de Direitos quais são:

a) Formação Geral: objetiva oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

b) Formação Técnico-Jurídica: abrangerá, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o Projeto Pedagógico, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e

c) Formação Prático-Profissional: que integra a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas à prática jurídica, o Trabalho de Conclusão de Curso e estudos referentes ao letramento digital e práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

Isso implica que para cada núcleo formativo que compõe o eixo profissional da matriz curricular tem-se um Plano de Ensino Profissional (PEP) que contempla os objetivos e as competências ensejadas diante da etapa em que o aluno se encontra.

As competências inseridas a serem trabalhadas em cada eixo profissional se baseiam no que é recomendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito além daquilo que é exigido pelo mercado de trabalho.

O **ensino por competências** implica desenvolver no estudante a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para lidar com situações, problemas e dilemas da vida real, e sua inserção no currículo como um todo, por meio de articulação de tarefas, de metodologias ativas e de um processo avaliativo abrangente, capaz de priorizar a formação de bacharel em Direito com melhor compreensão das necessidades da sua região e mais capacitados para o desempenho de suas atividades profissionais.

Segundo Roldão (2005) a capacidade de mobilização e de convocação dos recursos necessários para atuar em face de uma situação, articulando-os de forma pertinente e oportuna, seria a própria essência da competência.

Dessa forma, a aprendizagem sob a ótica da educação é orientada para a ação e a avaliação da competência é baseada nos resultados observáveis, chamados desempenhos. Os desempenhos são compreendidos como a articulação de tarefas e atributos de maneira ampliada.

Segundo Lima (2005), verifica-se na literatura três abordagens principais sobre competência: uma considera competência como coleção de atributos pessoais, outra como função dos resultados obtidos e, por último, propõe a noção de competência dialógica, originada na combinação de atributos pessoais aplicados em contextos específicos para atingir determinados resultados.

Assim as ações/tarefas previstas no curso de Direito por currículo por competências do UniAtenas, são organizadas em núcleos de conhecimentos específicos, tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, assim como as demandas existentes no mercado de trabalho.

Nessa direção, para o desenvolvimento dos atributos, são estabelecidas tarefas que acompanham o desenvolvimento da formação, com grau crescente de autonomia do estudante, que deixa de ter um papel passivo para assumir o ativo, de sujeito interativo no processo de ensino-aprendizagem.

Por meio de uma estrutura curricular organizada em atividades e experiências, tem-se como essencial ao discente aprender a buscar, a selecionar e avaliar a informação a ser transformada em conhecimento, ferramenta que orienta o pensar e o agir em situações práticas e novas, articulando os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos conteúdos essenciais que devem estar relacionados ao exercício da advocacia.

Por consequência, tem-se um currículo que se compromete a desenvolver nos futuros profissionais autonomia de trabalho, capacidade crítica e ação reflexiva, capacitando o aluno a aprender continuamente, em uma abordagem interdisciplinar e gradativa, de modo que desde o primeiro eixo este tenha contato com a realidade social, aprendendo a mobilizar conhecimentos para enfrentar situações novas com segurança e resolver problemas reais.

Nesse sentido, é previsto o desenvolvimento de habilidades e a criação de competências para cada eixo profissional **Carreira Jurídica Criminal e Formação Processual Penal e Estágio Obrigatório** por exemplo, busca-se trabalhar com o discente as competências necessárias para que ele possa atuar como profissional da área do Direito Penal/Criminal, com foco, na aplicabilidade do direito material no controle social exercido pelo Estado. Ficando o discente apto a acompanhar todo o procedimento penal desde o inquerito policial ao cumprimento da pena. Nestes eixos são discutidos dimensões éticas, morais e sociais. No eixo **Carreira Jurídica Cível I e II**, o foco é atuação na área do Direito Civil, sendo o discente inserido no campo de atuação do Direito civil, assimilando com a cultura e a sociedade influenciam no existir e nas decisões tomadas em cada etapa

da vida do indivíduo, bem como este se torna pessoa de direito perante o Estado Democrático de Direito brasileiro. Nestes eixos são abordados as regras, os direitos e os deveres dos particulares. No eixo **Carreiras Jurídicas Constitucionais**, o discente passa a interagir com o ordenamento jurídico pátrio e internacional com foco nos Direitos Humanos, compreendendo as bases do Direito Brasileiro. Este eixo é permeado por dimensões, políticas, históricas, filosóficas, antropológicas, sociológicas e culturais. Na Carreira Jurídica Civil I, os discentes terão a possibilidade de vivenciar e compreender a dinâmica do nascer, de ser tornar uma pessoa perante o Estado Democrático de Direito brasileiro compreendendo suas responsabilidades, limites e sua atuação nas obrigações e nos contratos firmados. No eixo Carreira Jurídica Empresarial, contempla-se áreas de atuação do profissional do Direito junto a empresa e ao mercado econômico e financeiro. Neste eixo também serão oferecidos os núcleos formativos optativos que forem escolhidos por serem questões relevantes no cenário do ensino, pesquisa e exercício atual da profissão e com ênfase na flexibilidade do currículo. Nos eixos **Resolução de Demandas Judicial e Extrajudicial e Estágio Obrigatório e Formação Processual Civil e Estágio Obrigatório** o foco será nos estudos específicos de aprofundamento e diversificação nas áreas de atuação do profissional, criando-se assim oportunidades para atenderem as demandas sociais em áreas do direito civil. No eixo **Formação Material e Processual Trabalhista e Previdenciária e Estágio Obrigatório** o discente é incentivado a vivenciar o regramento estabelecido pelo Estado para reger as relações de trabalho perpassando pela história, lutas e conquistas dos trabalhadores, integrando os conhecimentos adquiridos no direito material ao direito processual. No eixo Carreira Jurídica Ambiental, busca-se trabalhar com o discente as competências e habilidade necessária para atual e aplicar das leis ambientais em casos concretos, com foco na regionalidade (Noroeste de Minas).

Em todos os eixos têm-se também o foco voltado para a observação, estudos, pesquisas, planejamento, desenvolvimento dos processos jurídicos e práticas como componente curricular. Por fim, no que se refere ao **Projeto Final de Curso, Atividades Complementares e Atividades de Extensão**, todos esses estão contemplados no currículo e possuem Portarias Normativas e manuais, regulamentados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP).

Ademais, ainda atendendo as DCN, têm-se que os temas **Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena** estão contemplados no núcleo formativo Extensão Acadêmica III, enquanto que o tema da **Educação em Direitos Humanos** está contemplado no núcleo formativo Direitos e Garantias Fundamentais na Ordem Constitucional Interna e Internacional. Já o tema **Educação Ambiental** está contemplado no núcleo formativo Princípios do Direito Ambiental e suas Condicionantes.

Em respeito a Resolução nº 2, de 18 junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, o currículo do curso de Direito do UniAtenas contém uma carga horária de 3.700 (três mil e setecentas) horas-relógio, o que corresponde a 4.440 (quatro mil e quatrocentos e quarenta) horas-aula de 50 (cinquenta) minutos. A fim de respeitar todas as normativas vigentes, a integralização desse curso deve ocorrer, no mínimo em 5 (cinco) anos e, no máximo, em 10 (dez) anos.

O curso oferece, ainda, 10% do total de sua carga horária para atividades de extensão, conforme preconiza a Resolução CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes da Extensão na Educação Superior.

Outro ponto importante dessa estrutura curricular é a sua flexibilidade já que possibilita ao estudante dar ênfase a sua formação através das disciplinas Atualizações Jurídicas e Optativas. Ademais, a flexibilidade do curso pode ser demonstrada também através das atividades complementares, participação em programas e projetos de extensão, pesquisas e realização de estágios

Há que se destacar, ainda, a oferta do núcleo formativo **Libras**, conforme exigência do Decreto nº 5.626/2005, onde o aluno tem a opção de cursá-la a qualquer momento do curso, sendo contabilizada, nestes casos, como carga horária extra.

Já a interdisciplinaridade é corriqueira no decorrer do curso pelo próprio formato da sua estrutura curricular, já que os núcleos formativos são formados por unidades de aprendizagem advindas de diferentes áreas do conhecimento que se conversam a todo momento, além de os professores promoverem atividades que exigem dos alunos a habilidade de dialogar com as diversas ciências, fazendo entender o saber como um todo, e não como partes ou fragmentações, tal qual é exigido na vida prática profissional.

Neste contexto e, visando a constante **integração entre teoria e prática**, o UniAtenas adota Metodologias Ativas nos diversos cenários do processo de ensino-aprendizagem que baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, para que o egresso consiga resolver, com sucesso, os desafios advindos da vida profissional.

Ademais, os alunos ainda realizam atividades extraclasse fundamentadas em situações com maior prevalência na comunidade local, dentre as quais pode-se citar:

- a) prestação de serviço à comunidade através de atendimentos jurídicos;
- b) visitas técnicas em instituições ou espaços que possibilitem experiências da prática profissional;
- c) jornadas temáticas com o intuito de aperfeiçoamento dos conteúdos diversos e complementares;
- d) cursos de extensão para a difusão de conhecimentos, visando sanar demandas que possam surgir no âmbito acadêmico ou profissional da cidade e/ou região.

Ressalta-se que a estrutura curricular relatada neste item é materializada através do processo de ensino, pesquisa e extensão, que conta com a assistência do Núcleo Psicopedagógico, Profissional e de Acessibilidade (NAPP), que tem como missão contribuir para o engrandecimento e desenvolvimento integral do ser humano, das suas potencialidades individuais e sociais, na prevenção de transtornos psicoemocionais, psicossociais e profissionais. A assistência ao estudante abrange as áreas de orientação psicológica, pedagógica, profissional e acessibilidade.

Quanto aos elementos inovadores da estrutura curricular, destacam-se as seguintes circunstâncias que fazem desse curso único e singular:

- a) ser um currículo por competências profissionais e socioemocionais;
- b) eixos voltados para as grandes áreas do Direito Civil, Penal, Trabalhista, Constitucional, Empresarial, Processual, Ambiental e abordando o desenvolvimento de competências e habilidades capazes de formar um profissional crítico, ético, reflexivo, generalista e humanista;
- c) a oferta dos seguintes núcleos formativos: Extensões Acadêmicas, Estágios Supervisionados Obrigatórios e Princípios do Direito Ambiental e suas Condicionantes
- d) corpo docente, experiente e capacitado para desenvolver as habilidades e competências almejadas;
- e) disponibilização de uma pedagoga para o curso;
- f) disponibilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) responsivo, acessível, moderno e inovador;
- g) a adoção e utilização da metodologia ativa;
- h) a existência do NAPP;
- i) as diversas tecnologias disponibilizadas à comunidade acadêmica;
- j) a experiência do mantenedor na oferta de cursos de Direito com conceito 4.
- k) as amplas e modernas bibliotecas, tanto virtual quanto física, que são disponibilizadas;
- l) dentre outras.

4.4.1 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO

| Eixo Profissional: Carreira Jurídica Criminal | | | |
|--|----------------------|--------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Comportamento Psicológico, Criminológico e Estudos Comportamentais do Criminoso e sua Punibilidade | 90 | 110 | 200 |
| NF2 - Abordagem dos Crimes na visão do Código Penal e Código de Trânsito | 90 | 110 | 200 |
| NF3 - Extensão Acadêmica I | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 260 | 220 | 480 |
| Porcentagem por modalidade | 54,2% | 45,8% | 100% |

| Eixo Profissional: Carreira Jurídica Cível II | | | |
|---|----------------------|--------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Aquisição da Posse e Exercício do Direito de Propriedade | 50 | 50 | 100 |
| NF2 - Os Fatos Jurídicos e a Apuração das suas Responsabilidades | 40 | 60 | 100 |
| NF3 - Compreensão das Causas de Família e Exame das Questões Patrimoniais após a Morte. | 90 | 110 | 200 |
| NF4 - Extensão Acadêmica II | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 260 | 220 | 480 |
| Porcentagem por modalidade | 54,2% | 45,8% | 100% |

| Eixo Profissional: Carreiras Jurídicas Constitucionais | | | |
|--|----------------------|--------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Direitos e Garantias Fundamentais na Ordem Constitucional Interna e Internacional | 40 | 60 | 100 |
| NF2 - Procedimento do Habeas Corpus e dos demais Remédios Constitucionais | 50 | 50 | 100 |
| NF3 - Organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Controle de Constitucionalidade das Normas | 90 | 110 | 200 |
| NF4 - Extensão Acadêmica III | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 260 | 220 | 480 |
| Porcentagem por modalidade | 54,2% | 45,8% | 100% |

| Eixo Profissional: Carreira Jurídica Cível I | | | |
|---|----------------------|--------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Formação Legal das Pessoas Físicas e Jurídicas | 90 | 110 | 200 |
| NF2 - Relações Obrigacionais e Contratuais Pactuadas entre Sujeitos | 90 | 110 | 200 |
| NF3 - Extensão Acadêmica IV | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 260 | 220 | 480 |
| Porcentagem por modalidade | 54,2% | 45,8% | 100% |

| Eixo Profissional: Carreira Jurídica Empresarial | | | |
|---|----------------------|--------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Identificação do Empresário e da Empresa e Títulos de Crédito: da Formação à Extinção | 90 | 110 | 200 |
| NF2 - Carga Tributária no Território Brasileiro | 70 | 50 | 120 |
| NF3 - Optativo I | 20 | 20 | 40 |
| NF4 - Extensão Acadêmica V | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 260 | 180 | 440 |
| Porcentagem por modalidade | 59,1% | 40,9% | 100% |

| Eixo Profissional: Resolução de Demandas Judicial e Extrajudicial e Estágio Obrigatório¹ | | | |
|--|----------------------|------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Procedimentos para Solução de Demandas Extrajudiciais e Judiciais | 90 | 70 | 160 |
| NF2 - Funcionamento da Máquina Pública Estatal | 90 | 70 | 160 |
| NF3 - Estágio Supervisionado Obrigatório Cível I | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 260 | 140 | 400 |
| Porcentagem por modalidade | 65% | 35% | 100% |

| Eixo Profissional: Formação Processual Cível e Estágio Obrigatório | | | |
|---|----------------------|------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Identificação dos Sujeitos e Características Necessárias para o Início e o Fim de uma Demanda Cível | 90 | 70 | 160 |
| NF2 - O Cumprimento das Decisões Judiciais e Execução dos Títulos Extrajudiciais | 90 | 70 | 160 |
| NF3 - Estágio Supervisionado Obrigatório Cível II | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 260 | 140 | 400 |
| Porcentagem por modalidade | 65% | 35% | 100% |

| Eixo Profissional: Formação Processual Penal e Estágio Obrigatório | | | |
|---|----------------------|------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Desenvolvimento do Processo Criminal diante da Prática de uma Infração Penal | 90 | 70 | 160 |
| NF2 - Diligências Processuais para Revisão de uma Decisão Judicial e Análise de Procedimentos Especiais | 90 | 70 | 160 |
| NF3 - Estágio Supervisionado Obrigatório Criminal | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 260 | 140 | 400 |
| Porcentagem por modalidade | 65% | 35% | 100% |

¹ A realização do Eixo Profissional: Resolução de Demandas Judicial e Extrajudicial e Estágio Obrigatório tem como pré-requisito o aluno ter cursado os seguintes Eixos Profissionais: Carreira Jurídica Criminal, Carreira Jurídica Cível I e II e Carreiras Jurídicas Constitucionais.

| Eixo Profissional: Formação Material e Processual Trabalhista e Previdenciária e Estágio Obrigatório | | | |
|---|----------------------|--------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Relação entre Empregado e Empregador e os Conflitos Trabalhistas | 110 | 90 | 200 |
| NF2 - Elementos da Seguridade Social | 40 | 40 | 80 |
| NF3 - Atualização Jurídica I | 50 | 30 | 80 |
| NF4 - Estágio Supervisionado Obrigatório Trabalhista e Previdenciário | 80 | 0 | 80 |
| Carga Horária Total do Eixo | 280 | 160 | 440 |
| Porcentagem por modalidade | 63,6% | 36,4% | 100% |

| Eixo Profissional: Carreira Jurídica Ambiental | | | |
|---|----------------------|--------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| NF1 - Princípios do Direito Ambiental e suas Condicionantes | 60 | 20 | 80 |
| NF2 - Optativo II | 20 | 20 | 40 |
| NF3 - Atualização Jurídica II | 90 | 0 | 90 |
| NF4- Extensão Acadêmica VI | 44 | 0 | 44 |
| Carga Horária Total do Eixo | 214 | 40 | 254 |
| Porcentagem por modalidade | 84,3% | 15,7% | 100% |

| Projeto Final de Curso | | | |
|--|----------------------|------------|--------------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I | 20 | 20 | 40 |
| Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II | 20 | 20 | 40 |
| Carga Horária Total | 40 | 40 | 80 |
| Porcentagem por modalidade | 50% | 50% | 100% |

| Outros Componentes Curriculares Obrigatórios | | | |
|---|----------------------|------------|--------------|
| Componentes | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| Atividade Complementar ² | 106 | 0 | 106 |
| Libras (Opcional e carga horária extra) | 20 | 20 | 40 |
| Carga Horária Total dos Outros Componentes | 106 | 0 | 106 |
| Porcentagem por modalidade | 100% | 0 | 100% |

² Atividades extracurriculares obrigatórias (horas complementares), a serem integralizadas ao longo dos 10 (dez) semestres de duração do curso, com comprovação conforme as respectivas normas.

| Quadro Resumo | | | |
|---|---------------|--------------|--------------|
| Componentes | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| Núcleos Formativos Teórico-práticos | 1.810 | 1.680 | 3.490 |
| Extensão Acadêmica | 444 | 0 | 444 |
| Estágio Supervisionado | 320 | 0 | 320 |
| Atividade Complementar | 106 | 0 | 106 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 40 | 40 | 80 |
| Carga Horária Total Geral | 2.720 | 1.720 | 4.440 |
| Porcentagem por modalidade Geral | 61,3% | 38,7% | 100% |

4.4.2 NÚCLEOS FORMATIVOS OPTATIVOS

Os núcleos formativos optativos foram escolhidos por serem questões relevantes no cenário do ensino, pesquisa e exercício atual da profissão. São temas estratégicos tanto no Brasil, no Estado e região e importantes para a formação plena do bacharelado em Direito além de possibilitar a flexibilidade do currículo. Em função da escolha dos estudantes é possível ampliar os conhecimentos nas áreas citadas.

- EIXO TEMÁTICO I – DIREITO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

| Núcleos Formativos Optativos | | | |
|--------------------------------|---------------|-----|-------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| Direito Agrário e Urbanístico | 20 | 20 | 40 |
| Direito Minerário | 20 | 20 | 40 |
| Direito e Gestão | 20 | 20 | 40 |
| Direito Econômico e Financeiro | 20 | 20 | 40 |

- EIXO TEMÁTICO I – CIDADANIA, POLÍTICA E CARREIRAS PÚBLICAS

| Núcleos Formativos Optativos | | | |
|-------------------------------------|---------------|-----|-------|
| Núcleos Formativos | Carga Horária | | |
| | Presencial | EaD | Total |
| Direito do Consumidor | 20 | 20 | 40 |
| Direito da Criança e do Adolescente | 20 | 20 | 40 |
| Direito Eleitoral | 20 | 20 | 40 |
| Direito e Políticas Públicas | 20 | 20 | 40 |

4.4.3 REGIME ESCOLAR DO CURSO

Regime de matrícula: Seriado semestral;

Regime de funcionamento: Noturno;

Número de vagas: 200 (duzentas) anuais;

Processo seletivo: Vestibular, nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), FIES e PROUNI;

Integralização do curso: Tempo mínimo: 05 (cinco) anos;

Tempo máximo: 10 (dez) anos.

4.5 EMENTAS, BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

4.5.1 CONTEÚDOS CURRICULARES

Objetivando desenvolver um ensino em que possa remeter a compreensão da realidade e, conseqüentemente, a um saber ser, saber fazer, saber como, saber por que e saber para quê, com a condição de o acadêmico apreender o movimento real para nele intervir, os conteúdos curriculares constantes no Projeto Pedagógico do Curso de Direito do UniAtenas não só priorizam a acessibilidade metodológica, mas também promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciando o curso dentro da área profissional e induzindo o contato com conhecimento recente e inovador, já que possibilita o desenvolvimento das habilidades e competências que concretizam tal situação. Inclusive, no que tange a esse diferencial, o UniAtenas destaca:

- a) a utilização de uma matriz por competências;
- b) a oferta de núcleos formativos optativos relevantes e adequados ao contexto local, estadual e/ou nacional;
- c) corpo docente experiente e capacitado para desenvolver as habilidades e competências almejadas;
- d) disponibilização de uma pedagoga específica para o curso;
- e) a adoção e utilização da metodologia ativa como método didático-pedagógico;
- f) a existência do NAPP;
- g) as diversas tecnologias disponibilizadas à comunidade acadêmica, inclusive o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- h) a experiência do mantenedor na oferta do curso;
- i) a ampla e moderna biblioteca disponibilizada (física e virtual).

Nesse viés, seguem as ementas com as bibliografias básicas e complementares do curso de Direito do UniAtenas, separadas por Eixo.

EIXO PROFISSIONAL: Carreira Jurídica Criminal
NF1 - Comportamento Psicológico, Criminológico e Estudos Comportamentais do Criminoso e sua Punibilidade

EMENTA: Criminologia. Conceito. Princípios e Fontes do Direito Penal. Vigência da Lei Penal no Tempo e espaço. Teoria do Crime. Crime Consumado, da Tentativa, do Arrependimento Posterior e do Crime Impossível. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Lei dos crimes hediondos. Lei Maria da Penha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte geral. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 1.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte especial. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2.

CUNHA, Rogério Sanches Cunha. Manual de Direito Penal: parte especial. 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2019

FARIAS JÚNIOR, João. Manual de Criminologia. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2018.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte geral. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Impetus, 2019. v. 1.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial. 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018. v. 2.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v.2

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 13. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 14. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual esquemático de criminologia. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

NF2 - Abordagem dos Crimes na visão do Código Penal e Código de Trânsito

EMENTA: Do concurso de pessoas. Das penas. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes contra a administração da Justiça. Dos crimes contra o Estado Democrático do Direito. Lei de Drogas. Crimes de trânsito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte geral. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 1.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte especial. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2.

CUNHA, Rogério Sanches Cunha. **Manual de Direito Penal: parte especial.** 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2019

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de Criminologia.** 5. ed. Curitiba: Juruá, 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal:** parte geral. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Impetus, 2019. v. 1.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal:** parte especial. 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018. v. 2.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal** 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2**

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal.** 31. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v.2

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** 13. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** 14. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

| |
|-----------------------------------|
| NF3 – Extensão Acadêmica I |
|-----------------------------------|

EMENTA: Pesquisa Científica. Crime e criminoso. Vítima: Vitimologia e Vitimização. Controle Social e Sociedade. Segurança Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, Rogério Sanches Cunha. **Manual de Direito Penal:** parte especial. 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2019

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal:** parte geral. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Impetus, 2019. v. 1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte geral. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 1.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** parte especial. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** parte geral. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** parte especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v.2

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 13. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 14. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

EIXO PROFISSIONAL: Carreira Jurídica Cível II
NF1 - Aquisição da Posse e Exercício do Direito de Propriedade

Direito das Coisas: conceito, classificação e conteúdo. Distinção entre direito real e o direito obrigacional. Direitos Reais: características, conceito, objeto, constituição e classificação. Posse: origem, conceito, natureza jurídica, teorias. Classificação da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Proteção possessória. Usucapião: efeitos. Da propriedade: noções, natureza jurídica, fundamento. Função social, restrições legais e voluntárias. Aquisição e perda da propriedade imóvel. Registro de imóveis. Aquisição e perda da propriedade móvel. Restrições ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança. Do condomínio. Incorporações. Propriedade resolúvel. Direitos reais sobre coisas alheias: aspectos gerais. Direito real de aquisição: compromisso irretratável de venda de imóveis, direito de superfície. Direitos de garantia: penhor hipoteca anticrese, alienação fiduciária: aspectos gerais. Direitos reais de gozo: servidões, usufruto, uso, habitação. Noções de direitos autorais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: reais. 14. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2018. v. 5.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Direito das coisas. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 5.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de Direito Civil**. Direito das coisas. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 4.

FIUZA, César. **Direito Civil**: curso completo. 18. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

PELUSO, Cezar. **Código Civil Comentado**: doutrina e jurisprudência. 12. ed. São Paulo: Manole, 2018.

TARTUCE, Flávio. Manual de **Direito Civil**: volume único. 9. ed. São Paulo: Método. 2019.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**: direitos reais. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019. v. 4.

NF2 - Os Fatos Jurídicos e a Apuração das suas Responsabilidades

Ementa: Noções básicas sobre a responsabilidade civil. Responsabilidade extracontratual. Responsabilidade contratual. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público, prestadoras de serviço público. O dano e a sua liquidação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 3.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v.7.

FIUZA, César. **Direito Civil: curso completo**. 18. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: volume único**. 9. ed. São Paulo: Método, 2019.

PELUSO, Cezar. **Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência**. 12. ed. São Paulo: Manole, 2018.

VENOSA, Silvo de Salvo. **Direito Civil: obrigações e responsabilidade civil**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018. v.2.

NF3 - Compreensão das Causas de Família e Exame das Questões Patrimoniais após a Morte.

EMENTA: Introdução ao Direito de Família. Casamento, União Estável, Concubinato. Casamento. Direito Conjugal Patrimonial. Dissolução do Vínculo Conjugal. Parentesco e Filiação. Adoção e Guarda. Poder Familiar. Alimentos. Tutela e Curatela. Teoria geral das sucessões. Regime de bens. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária, dos codicilos e dos legados. Do direito de acrescer e das substituições. Do testamenteiro. Do inventário e partilha. Dos sonegados e das colações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil**: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: direito de família. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: direito das sucessões. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v.7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Direito de Família. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 5.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Direito das Sucessões. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v.6.

FARIAS, Cristiano Chaves de. BRAGA NETTO, Felipe. ROSENVALD, Nelson. **Manual de Direito Civil**: volume único. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

PELUSO, Cezar. **Código Civil Comentado**: doutrina e jurisprudência. 12. ed. São Paulo: Manole, 2018.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**: família e sucessões. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019. v.5.

| |
|------------------------------------|
| NF4 - Extensão Acadêmica II |
|------------------------------------|

EMENTA: Pesquisa Científica. Abandono Afetivo. Alienação Parental. Responsabilidade Civil: erro médico, danos ambientais. Usucapião Familiar. Função Socioambiental da propriedade. Discursões contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: reais. 14. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2018. v. 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Direito de Família. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 5.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Direito das Sucessões. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v.6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: responsabilidade civil. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 4.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: reais. 14. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2018. v. 5.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Direito das coisas. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 5.

EIXO PROFISSIONAL: Carreiras Jurídicas Constitucionais

NF1 - Direitos e Garantias Fundamentais na Ordem Constitucional Interna e Internacional

EMENTA: Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Os direitos sociais. Os direitos políticos. Os direitos à nacionalidade. O direito internacional dos direitos humanos. A declaração universal dos direitos humanos. O desafio dos direitos humanos na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLY, Hidelbrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. ed. São Paulo: Max Limonad, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 12. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Método, 2014.

AMONI, Danielle. **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NF2 - Procedimento do Habeas Corpus e dos demais Remédios Constitucionais

EMENTA: Sociedade. Estado e direito. A Estrutura do Estado. A ideia de constituição, origem e características do constitucionalismo. Direito constitucional: conceito e objeto. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. Poder Constituinte. Remédios constitucionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 12. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Método, 2014.

AMONI, Danielle. **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NF3 - Organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Controle de Constitucionalidade das Normas

EMENTA: Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Do poder legislativo. Do poder judiciário. Funções essenciais à justiça. Do poder executivo. O controle da constitucionalidade das leis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 27. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 35 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NF4 – Extensão Acadêmica III

EMENTA: Pesquisa científica. Educação Jurídica e Cidadania. Direitos Humanos e Justiça. Direitos Sociais. Direito da Minorias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLY, Hidelbrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. ed. São Paulo: Max Limonad, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 12. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Método, 2014.

AMONI, Danielle. **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

EIXO PROFISSIONAL: Carreira Jurídica Cível I

NF1 - Formação Legal das Pessoas Físicas e Jurídicas

EMENTA: Direito, Sociedade e Estado. Lei de Introdução ao Código Civil. Pessoas Naturais. Individualização da Pessoa Natural. Direitos da Personalidade. Ausência. Pessoas Jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos Jurídicos. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos do Negócio Jurídico. Invalidade do Negócio Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. Prescrição. Decadência. Prova.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: teoria geral do direito civil. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: Parte Geral. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: parte geral. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIUZA, César. **Direito Civil**: curso completo. 13. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: parte geral**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PELUSO, Cezar. **Código Civil Comentado**: doutrina e jurisprudência. 5. ed. São Paulo: Manole, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**: introdução ao direito civil. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VENOZA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1.

NF2 - Relações Obrigacionais e Contratuais Pactuadas entre Sujeitos

EMENTA: Introdução ao estudo do direito das obrigações. Espécies de obrigações. Das obrigações alternativas. Das obrigações divisíveis e indivisíveis. Das obrigações solidárias. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Modos indiretos de extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Da Teoria Geral dos Contratos. Dos Institutos Jurídicos dos Contratos; Da Extinção dos Contratos. Dos Contratos com Translatividade de Domínio. Dos Contratos com Translatividade de Posse. Dos Contratos de Empréstimos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: teoria geral das obrigações. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 2.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: contratos teoria geral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 4. Tomo I.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: teoria geral das obrigações. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: contratos e atos unilaterais. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**: direito das obrigações. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**: teoria geral das obrigações. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Obrigações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil 2**: parte geral das obrigações. 30. ed. São Paulo:

Saraiva, 2006.

VENOZA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019. v. 2.

_____. **Direito Civil**: contratos em espécie. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

| |
|------------------------------------|
| NF3 – Extensão Acadêmica IV |
|------------------------------------|

EMENTA: Publicações Científicas. Direito da Personalidade. Mudança de Nome. Uso da Imagem de falecido. Direito do Esquecimento. Direito ao próprio corpo e a cirurgia de transgenitalização. Direito a informação. Discriminação por motivo genético.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: teoria geral do direito civil. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: Parte Geral. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: parte geral. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIUZA, César. **Direito Civil**: curso completo. 13. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: parte geral**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PELUSO, Cezar. **Código Civil Comentado**: doutrina e jurisprudência. 5. ed. São Paulo: Manole, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**: introdução ao direito civil. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VENOZA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1.

| |
|---|
| EIXO PROFISSIONAL: Carreira Jurídica Empresarial |
|---|

| |
|--|
| NF1 - Identificação do Empresário e da Empresa e Títulos de Crédito: da Formação à Extinção |
|--|

EMENTA: Direito da Empresa: conceito, aspectos históricos, atos de comércio e empresário, caracteres gerais das empresas. Pessoas Jurídicas: personalidade jurídica, classificação e extinção da personalidade. Sociedades: definição, composição,

classificação, operações societárias. Propriedade Industrial: marcas e patentes. Teoria geral dos títulos de crédito. Classificação e Transferência dos Títulos de Crédito. Aval, Adimplemento e Inadimplemento. Nota Promissória e Letra de Câmbio. Cheque. Duplicata. Warrant e Conhecimento de Depósito e Conhecimento de Transporte. Títulos de Crédito Rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. **Novo Manual de Direito Comercial**: direito de empresa. 30. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CAMPINHO, Sérgio. **O Direito de Empresa**: à luz do novo Código Civil. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

| |
|--|
| NF2 - Carga Tributária no Território Brasileiro |
|--|

Ementa: Direito Tributário: Conceitos fundamentais. Normas gerais de direito Tributário. Sistema Tributário Nacional. Processo Administrativo e Judicial Tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BALEEIRO, Aliomar. DERSI, Misabel de Abreu Machado. **Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar**. 8. ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ROCHA, João Marcelo. **Direito Tributário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019

| |
|-----------------------------------|
| NF4 – Extensão Acadêmica V |
|-----------------------------------|

EMENTA: Publicações Científicas. Falência e recuperação de Empresa. *Compliance*. Responsabilidade Social. Fusão e Aquisição. "Guerra Fiscal". Tributos Mundiais. Imposto sobre grandes fortunas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Novo Manual de Direito Comercial**: direito de empresa. 30. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Fábio Ulhoa. **Novo Manual de Direito Comercial**: direito de empresa. 30. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2018

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

EIXO PROFISSIONAL: Resolução de Demandas Judicial e Extrajudicial e Estágio Obrigatório
NF1 - Procedimentos para Solução de Demandas Extrajudiciais e Judiciais

EMENTA: Direito processual. Formas de solução de conflitos. Divisão do Direito Processual e Princípios. Norma processual. Jurisdição. Ação. Processo. Competência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 7.ed. São Paulo: Método, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Processo Civil**: introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo do Conhecimento. 21. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. v. 1.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandre de. **Curso de Processo Civil**: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedentes, coisa julgada e tutela provisória. 14. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. v.2.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**: teoria geral e processo de conhecimento. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1.

HARTMANN, Rodolfo K. **Código de Processo Civil Comentado**. 3. ed. São Paulo: Impetus, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **Manual do Processo Civil**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

NF2 - Funcionamento da Máquina Pública Estatal

EMENTA: Noções de Gestão Pública. Da Administração Pública. Intervenção do Estado no Direito de Propriedade e Bens Públicos. Serviço Público e Agentes Públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Forense, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 27. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Método, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**: Concessão, permissão, franquia, terceirização e parceria público-privada. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 21. ed. São Paulo: Forum, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

OLIVERA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.

NF3 - Estágio Supervisionado Obrigatório Cível I

EMENTA: Acesso à justiça. Atuação do advogado. Meios Consensuais de Resolução de Conflitos. Peças Processuais. Petição Inicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de Recurso no Processo Civil**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. **Prática no Processo Civil**. 23. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. **Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTA, André; PINTO, Cristiano Vieira Sobral; FIGUEIREDO, Luciano. **Direito Civil – Prática para a 2ª fase da OAB**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 7. ed. São Paulo: Método, 2015.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 5. ed. Método: São Paulo, 2019.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.

VIANA, Joseval Martins. **Prática Forense em Processo Civil**: teoria e prática. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

EIXO PROFISSIONAL: Formação Processual Cível e Estágio Obrigatório

NF1 - Identificação dos Sujeitos e Características Necessárias para o Início e o Fim de uma Demanda Cível

EMENTA: Sujeitos do Processo. Atos processuais. Processo de Conhecimento: Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Procedimento Comum. Petição inicial. Despacho Inicial. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiências. Sentença e coisa julgada. Recursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 7.ed. São Paulo: Método, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Processo Civil**: introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo do Conhecimento. 21. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. v. 1.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandre de. **Curso de Processo Civil**: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedentes, coisa julgada e tutela provisória. 14. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. v.2.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**: teoria geral e processo de conhecimento. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1.

HARTMANN, Rodolfo K. **Código de Processo Civil Comentado**. 3. ed. São Paulo: Impetus, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **Manual do Processo Civil**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

NF2 - O Cumprimento das Decisões Judiciais e Execução dos Títulos Extrajudiciais

EMENTA: Liquidação de Sentença e Execução. Cumprimento de Sentença. Processo de Execução. Procedimentos Especiais Executivos. Embargos à Execução. Tutelas Provisórias. Procedimentos Especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição

voluntária na legislação processual civil. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 7. ed. São Paulo: Método, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA, Paula Sarno; DIDIER JUNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandre de. **Curso de Direito Processual Civil**: teoria da prova, Direito Probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 14. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. v.2.

DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil**: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. v.3.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**: teoria geral e processo de conhecimento. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.2.

HARTMANN, Rodolfo K. **Código de Processo Civil Comentado**. 3. ed. São Paulo: Impetus, 2018.

| |
|--|
| NF3 - Estágio Supervisionado Obrigatório Cível II |
|--|

EMENTA: Cumprimento de Sentença. Processo de Execução. Meios de defesa no processo de execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de Recurso no Processo Civil**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. **Prática no Processo Civil**. 23. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. **Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTA, André; PINTO, Cristiano Vieira Sobral; FIGUEIREDO, Luciano. **Direito Civil – Prática para a 2ª fase da OAB**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 7. ed. São Paulo: Método, 2015.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 5. ed. Método: São Paulo, 2019.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.

VIANA, Joseval Martins. **Prática Forense em Processo Civil: teoria e prática**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

EIXO PROFISSIONAL: Formação Processual Penal e Estágio Obrigatório

NF1 - Desenvolvimento do Processo Criminal diante da Prática de uma Infração Penal

EMENTA: Teoria Geral do Direito Processual Penal. Inquérito Policial. Da Prisão, da Liberdade Provisória, Relaxamento de Prisão e das Medidas Cautelares. Da Ação Penal. Sujeitos do processo. Jurisdição e Competência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal Comentados**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 23. ed. Belo Horizonte: Atlas, 2019.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NF2 - Diligências Processuais para Revisão de uma Decisão Judicial e Análise de Procedimentos Especiais

EMENTA: Do Processo Comum. Das Questões e Processos Incidentes. Da Prova. Das Citações e Intimações. Do Tribunal do Júri. Da Sentença. Dos Recursos. Teoria Geral das Nulidades. Lei de Execuções Penais. Da execução das penas em espécie. Regimes de cumprimento das penas. Remição. Cumprimento da pena de multa. Medidas de segurança. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena. Anistia, indulto e indulto individual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Execução Penal**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal Comentados**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 23. ed. Belo Horizonte: Atlas, 2019.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NF3 - Estágio Supervisionado Obrigatório Criminal

Ementa: Relaxamento de Prisão em Flagrante. Liberdade Provisória. Revogação e Relaxamento da Prisão Preventiva. Ação Penal. Resposta à Acusação. Processos Incidentes. Liberdade Provisória com ou sem fiança. Alegações finais. Sentença. Recursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ISHIDA, Valter Kenji. **Prática Jurídica Penal**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MENDONÇA, Ana Cristina; DUPRET, Cristiane. **Direito Penal**: teoria e prática para a 1ª e 2ª fase da OAB. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. **Manual de Prática Penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal Comentados**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

ISHIDA, Valter Kenji. **Prática Jurídica de Execução Penal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Execução Penal**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

EIXO PROFISSIONAL: Formação Material e Processual Trabalhista e Previdenciária e Estágio Obrigatório

NF1 - Relação entre Empregado e Empregador e os Conflitos Trabalhistas

EMENTA: Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de Trabalho. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Salário e Remuneração. A Duração do Trabalho. Regulamentações Especiais de Trabalho. Direito Tutelar do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Sindicatos. Direito Sindical Internacional. Organização Internacional do Trabalho. Conflitos Coletivos de Trabalho e suas formas de solução. A Greve e o *Lock-out*. Direito Processual do Trabalho. Jurisdição e Competência. Procedimentos na Justiça do Trabalho. Partes do Processo. Ação Trabalhista nos Dissídios Individuais. Audiência de Conciliação e/ou de Instrução e Julgamento. Execução no Processo Trabalhista. Recursos no Processo do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAIRO JUNIOR, José. **Curso de Direito do Trabalho**: direito individual e coletivo do trabalho. 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**: de acordo com a reforma trabalhista. 16. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORREIA, Henrique. **Direito do Trabalho**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTR, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; BRANCO, Ana Maria Saad C. **CLT Comentada SAAD**. 51. ed. São Paulo: LTR, 2019.

| |
|---|
| NF2 - Elementos da Seguridade Social |
|---|

Ementa: Fundamentos da Seguridade Social. Teoria Geral do Direito Previdenciário. Evolução histórica da Seguridade Social, no mundo e no Brasil. Dogmática do Direito Previdenciário: beneficiários, custeio e benefícios. Infortunistica. Repercussões no contrato de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 24. ed. São Paulo: Impetus, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Manual de Direito Previdenciário**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

GOES, Hugo Medeiros. **Manual de Direito Previdenciário**. 15. ed. São Paulo: Ferreira,

2019.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de Direito Previdenciário**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário Esquematizado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

| |
|-------------------------------------|
| NF3 - Atualização Jurídica I |
|-------------------------------------|

Ementa: Aspectos e contextos atuais da doutrina e jurisprudência relativos aos seguintes ramos do Direito: Civil e Processual Civil, Constitucional e Empresarial. Estudo de casos. Resolução de questões objetivas e discursivas. Elaboração de peças processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. **Novo Manual de Direito Comercial**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe; ROSENVALD, Nelson. **Manual de Direito Civil**: volume único. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 7. ed. São Paulo: Método, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 17. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2018.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Lei de Falência e Recuperação de Empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

HARTMANN, Rodolfo K. **Código de Processo Civil Comentado**. 3. ed. São Paulo: Impetus, 2018.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro**: Títulos de Crédito. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PELUSO, Cezar. **Código Civil Comentado**: doutrina e jurisprudência. 12. ed. São Paulo: Manole, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 9. ed. São Paulo: Método. 2019.

| |
|--|
| NF4 - Estágio Supervisionado Obrigatório Trabalhista e Previdenciário |
|--|

Ementa: Ação Trabalhista. Resposta do Réu. Recursos. Ação de Consignação em Pagamento. Processo de Execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Amador Paes. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Sergio Pinto. **Prática Trabalhista**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAIRO JÚNIOR, José. **Direito Processual do Trabalho**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de Prática Trabalhista**. 52. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; BRANCO, Ana Maria Saad C. **CLT Comentada SAAD**. 51. ed. São Paulo: LTr, 2019.

SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna. **Trabalho**: prática para OAB 2ª fase. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

| |
|---|
| EIXO PROFISSIONAL: Carreira Jurídica Ambiental |
|---|

| |
|--|
| NF1 - Princípios do Direito Ambiental e suas Condicionantes |
|--|

Ementa: Direito Ambiental Comparado. As conferências internacionais sobre meio ambiente e ecologia. O Programa das Nações Unidas para o meio ambiente. Princípios Legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Ecologia e Meio Ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito Ambiental: Conceito. Fontes. Princípios. Campos de Avaliação. O Direito e os recursos ambientais. Direito Ambiental brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jus, 2019.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental**. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20. ed. São Paulo: Altas, 2019.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TRENNEPOHL, Terence Dornelles. **Manual de Direito Ambiental**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

| |
|--------------------------------------|
| NF3 - Atualização Jurídica II |
|--------------------------------------|

Ementa: Aspectos e contextos atuais da doutrina e jurisprudência relativos aos seguintes ramos do Direito: Penal e Processual Penal, Trabalho e Processual do Trabalho e outros relevantes ao desenvolvimento do perfil profissional. Estudo de casos. Resolução de questões objetivas e discursivas. Elaboração de peças processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVENA, Norberto. **Execução Penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

CAIRO JUNIOR, José. **Curso de Direito do Trabalho**: direito individual e coletivo do trabalho. 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

CAIRO JUNIOR, José. **Direito Processual do Trabalho**. 13. ed. Juspodivm: Salvador, 2019.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**: parte geral. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal Comentados**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

MASSON, Cleber. **Direito Penal**: parte especial. 12. ed. rev. São Paulo: Método, 2019. v.2

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Execução Penal**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 19. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Forense, 2019.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho Esquematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2016.

SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; BRANCO, Ana Maria Saad C. **CLT Comentada SAAD**. 51. ed. São Paulo: LTr, 2019.

SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2019

| |
|-----------------------------------|
| NF4- Extensão Acadêmica VI |
|-----------------------------------|

EMENTA: Ecologia Política e Direitos Humanos. Perspectivas Internacionais do Direito Ambiental. População, pobreza e poluição. Crimes contra fauna e a flora. Agricultura e o meio Ambiente. Mineração e o meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Flávia Moller David. **O Licenciamento Ambiental no Direito Minerário**. São Paulo: Verbatim, 2016.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jus, 2019.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental**. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TRENNEPOHL, Terence Dornelles. **Manual de Direito Ambiental**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PROJETO FINAL DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I

Ementa: Pesquisa: conceitos, classificação e método. Projeto de Pesquisa: etapas, estrutura e conteúdo. Especificidade. Sistematização da temática do Projeto de Pesquisa: coesão e coerência textuais, raciocínio e argumentação. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Planejamento, orientação, apresentação e sustentação oral do Projeto de Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**: técnicas de elaboração de TCC. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ECO, Umberto. **Como se faz uma Tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução a Projeto de Pesquisa**. 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma Monografia**. 13. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II

Ementa: Monografia: conceitos, etapas, estrutura e conteúdo. Especificidade. Sistematização da temática: coesão e coerência textuais, raciocínio e argumentação. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Planejamento, orientação, apresentação e sustentação oral da Monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**: técnicas de elaboração de TCC. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ECO, Umberto. **Como se faz uma Tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução a Projeto de Pesquisa**. 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma Monografia**. 13. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Presentes nos últimos semestres as disciplinas visam possibilitar ênfases na formação, bem como a flexibilização do currículo. Em função da escolha dos estudantes será possível ampliar os conhecimentos nas áreas jurídicas dos referidos eixos temáticos.

EIXO TEMÁTICO I – Direito das Atividades Econômicas

DIREITO AGRÁRIO E URBANÍSTICO

Ementa: Tratativa Constitucional dos Temas. Direito Agrário: histórico. Evolução do Direito Agrário. Terras devolutas. A reforma Agrária. Legislação Brasileira. Imóvel rural. Função social da propriedade. Colonização. Tributação da terra. Contratos Agrários.

Estatuto do Trabalhador Rural. Justiça e processo agrários. Direito Comparado. Direito Agrário Internacional. Problemas atuais da terra no Brasil. A situação fundiária no Estado da Bahia e em especial na região sudoeste. A questão urbana: problema e histórico. Posse e propriedade em zona urbana. Ocupação do Solo Urbano e sua devida utilização: Reforma Urbana, Plano diretor e Loteamento. O Zoneamento Urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Leandro Teodoro. **Manual de Direito Urbanístico**. Goiânia: Revista dos Tribunais, 2019.

OPITZ, Silvia C. B.; OPTIZ, Oswaldo. **Curso Completo de Direito Agrário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROCHA, Ibraim José das Mercês *et al.* **Manual de Direito Agrário Constitucional: lições de direito agroambiental**. 3. ed. Belo Horizonte: Forum, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Fernanda Lousada. **Direito Urbanístico**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

CARVALHO, Josué Tomazi de; FIDELES, Junior Divino; MACIEL, Marcela Albuquerque. **Direito Agrário**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

COELHO, José Fernando Lutz. **Contratos Agrários: uma visão neoagrarista**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

FREIRIA, Rafael Costa; DOSSO, Taisa Cintra. **Direito Agrário**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

RIZZARDO, Arnaldo. **Curso de Direito Agrário**. 3. ed. Goiânia: Revista dos Tribunais, 2015.

| |
|--------------------------|
| DIREITO MINERÁRIO |
|--------------------------|

Ementa: Introdução ao Direito Minerário. Legislação Minerária. Aspectos relevantes e atuais da Tributação e exações incidentes sobre a mineração. Barragens de Mineração. A agência Nacional de Mineração e Regulamento do Código de Mineração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATAÍDE, Pedro. **Direito Minerário**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

AZEVEDO, Marcelo *et al.* (Orgs.). **Direito da Mineração: questões minerárias, ambientais e tributárias**. São Paulo: D'Plácido, 2016.

FEIGELSON, Bruno. **Curso de Direito Minerário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20. ed. São Paulo: Altas, 2019.

ARAÚJO, Flávia Moller David. **O Licenciamento Ambiental no Direito Minerário**. São Paulo: Verbatim, 2016.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TRENNEPOHL, Terence Dornelles. **Manual de Direito Ambiental**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

| |
|-------------------------|
| DIREITO E GESTÃO |
|-------------------------|

Ementa: Estratégia empresarial. Gestão de pessoas, capital intelectual e negociação. Gestão de marketing e serviços na advocacia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELO, Eugênio Bispo. **Gestão de Marketing e Branding:** a arte de desenvolver e gerenciar marcas. 2. ed. São Paulo: Alta Books, 2016.

OLIVEIRA, Djalma, de P. R. de. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva:** como estabelecer, implementar e avaliar. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RIBEIRO, Antônio de Lima. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASENSI, Felipe Dutra. **Marketing Jurídico**. São Paulo: Campus Jurídico, 2014.

BETHLEM, Agrícola de Souza. **Estratégia Empresarial:** conceitos, processo e administração estratégica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CAVALCANTI, Marly; FARAH, Osvaldo Elias; MARCONDES, Luciana Passos (Org.). **Gestão Estratégica de Negócios:** estratégias de crescimento e sobrevivência empresarial. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

KLEIN, David A. **A Gestão Estratégica do Capital Intelectual**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

| |
|---------------------------------------|
| DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO |
|---------------------------------------|

Ementa: Direito Econômico: Noções Introdutórias e conceitos básicos - Princípios Constitucionais Legislação nacional referente ao tema - Livre Mercado e Intervenção Estatal

na economia. Direito Financeiro: Princípios constitucionais de Direito Financeiro - Normas gerais de Direito Financeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BARROS, Luiz Celso de. **Ciência das finanças**: fundamentos de direito financeiro e tributário. 5. ed. São Paulo: Edipro, 1999.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direto Econômico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARGO, Ricardo Antonio Lucas. **O capital na ordem jurídico-econômica**. Porto Alegre: Fabris, 1998.

CRETELLA JUNIOR, José. **Comentários à lei antitruste**: lei nº 8.884 de 11/06/1994 e decreto nº 1602 de 23/08/1995. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito econômico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MANKIN, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2005.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

EIXO TEMÁTICO II – Cidadania, Política e Carreiras Públicas

DIREITO DO CONSUMIDOR

Ementa: Direitos do Consumidor e a política de relação de consumo. Qualidade de produtos e serviços; prevenção e reparação de Danos. Práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções Administrativas. Infrações penais. Defesa do Consumidor em juízo. Ações coletivas. Ações de responsabilidade do fornecedor. Coisa Julgada. Sistema nacional de defesa do consumidor. Convenção coletiva de consumo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direitos do Consumidor**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014

GRINOVER, Ada Pallegriani. **Código de Defesa do Consumidor**. 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

NUNES, Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de Direito do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ANDRADE, Ronaldo Alves. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Manole, 2006.
GAMA, Hélio Zaghetto. **Curso de Direito do Consumidor**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

LEITE, Roberto Basilone. **Introdução ao Direito do Consumidor**. São Paulo: LTr, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

| |
|--|
| DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE |
|--|

Ementa: Evolução Histórica dos direitos da Criança e do Adolescente. ECA - Parte Geral: das disposições preliminares; dos direitos fundamentais; da prevenção. Parte Especial: da política de atendimento; das medidas de proteção; da prática de ato infracional; das medidas pertinentes aos pais ou responsável; do conselho tutelar; do acesso à Justiça; dos crimes e das infrações administrativas. Disposições Finais e Transitórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: comentários jurídicos sociais. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACIEL, Kátia Regina Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 3. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAVES, Antônio. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1997.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Helena Oliveira da Silva. **Análise da Violência Contra a Criança e o Adolescente Segundo o Ciclo de Vida no Brasil**. São Paulo: Global, 2005.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1999.

| |
|--------------------------|
| DIREITO ELEITORAL |
|--------------------------|

Ementa: Direito Eleitoral: disposições gerais. Direito Eleitoral e Cidadania. Das Coligações. Das Convenções para a Escolha de Candidatos. Do Registro de Candidatos. Da Arrecadação e da Aplicação de Recursos nas Campanhas Eleitorais. Da Prestação de Contas. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais. Da Propaganda Eleitoral. Do Direito de Resposta. Das Mesas Receptoras. Da fiscalização das Eleições. Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALMEIDA, Roberto Moreira. **Curso de Direito Eleitoral**. 9. ed. Bahia: Juspodivm, 2015.
- CANDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 15. ed. ampl. rev. atual. São Paulo: Edipro, 2012.
- COSTA, Adriano Soares da. **Instituições de Direito Eleitoral**. 9. ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARRETTO, Lauro. **Propaganda Política & Direito Processual Eleitoral**. São Paulo: Edipro, 2004.
- DANTAS, Sivanildo de Araújo. **Direito Eleitoral**. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2006.
- FLEURY FILHO, Luiz Antônio & MESSIAS, Itapuã Prestres de. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- RIBEIRO, Fávila. **Direito Eleitoral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- SOBREIRO NETO, Armando Antônio. **Direito Eleitoral: teoria e prática**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2013.

| |
|-------------------------------------|
| DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS |
|-------------------------------------|

Ementa: O papel das políticas públicas no desenvolvimento nacional e local e na transformação da realidade. Participação da empresa na execução de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIAS, Reinaldo; Matos, Fernanda. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2017.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: **Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BADIN, Arthur Sanchez. **Controle Judicial das Políticas Públicas**. São Paulo: Malheiros, 2013.

DIAS, Jean Carlos. **O Controle Judicial das Políticas Públicas**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

GRINOVER, Ada Pelegrini; WATANABE, Kazuo (COORD.). **Controle Jurisdicional de Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Forense, 2013.

LUFT, Rosangela Marina. **Políticas Públicas Urbanas**: premissas e condições para a efetivação do direito à cidade. Belo Horizonte: Forum, 2011.

SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André (Org.). **Direito da Regulação e Políticas Públicas**. São Paulo: Malheiros, 2014.

DISCIPLINA OPCIONAL – CARGA HORÁRIA EXTRA

A Faculdade Atenas, em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, introduziu em seu currículo a disciplina de Libras, como disciplina opcional e carga horária extra.

LIBRAS (opcional e carga horária extra)

Ementa: Deficiência auditiva (surdez) e indivíduo surdo: conceito, identidade, cultura e educação. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Contexto histórico. Conceituação e estruturação. Noções e aprendizado. O processo de formação de palavras na Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS**. 2.ED. São Paulo: Revinter, 2013.

CAPOVILLA, F.; DUARTE, W. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais** – Libras. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 2. v. sinais de A-L e M-Z. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>>.

QUADROS, R. M. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAMAZIO, M. F. M. **Atendimento educacional especializado**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf>.

DICIONÁRIO DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS, disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>>.

Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP- <<http://portal.mec.gov.br/seesp>>.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1998. Disponível em: <<https://pt-static.z-dn.net/files/d56/6e1513a270c24664a1eeffdcc356a49d.pdf>>.

SALLES, H. M. M. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, 2004. v. 2. Disponível em: <<http://www.portal.mec>>.

| |
|-------------------------------|
| ATIVIDADE COMPLEMENTAR |
|-------------------------------|

Ementa: Participação em palestras, conferências, simpósios, seminários, iniciação científica e pesquisas. Cumprimento de disciplinas não incluídas no currículo pleno, cursadas na IES. Atividades de extensão. Monitoria. Produção científica. Estudos complementares de livros, filmes e outras peças de acervo, indicados pela coordenação do Curso e homologados pela Pró-Reitoria Acadêmica. Resolução de estudos de casos, elaborados pelo corpo docente e coordenação do curso e homologados pela Pró-Reitoria Acadêmica. Prestação de serviços à comunidade, sendo que estes deverão estar relacionados com as diretrizes curriculares do curso. Jornada temática. Projetos sociais. Realização de atividades nos núcleos, laboratórios e ambientes multidisciplinares do UniAtenas. E/ou Realização de outras atividades relacionadas ao curso, desde que tenham projetos aprovados pela coordenação de curso e homologação da Pró-Reitoria Acadêmica, a quem cabe determinar a carga horária a ser registrada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**: técnicas de elaboração de TCC. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ECO, Umberto. **Como se faz uma Tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução a Projeto de Pesquisa**. 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma Monografia**. 13. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

4.6 METODOLOGIA

Buscando a excelência do ato de ensinar como meta, a proposta pedagógica do Curso de Direito do UniAtenas, disponibiliza aos seus educandos oportunidades de aquisição de competências e habilidades condizentes com as necessidades da sociedade contemporânea: a formação de um cidadão crítico, reflexivo, ético, responsável, intelectualmente autônomo, com domínio profissional, habilidade para relações interpessoais positivas e sensibilidade para as questões da vida e da sociedade.

As organizações didático-pedagógicas dos Cursos do UniAtenas propõem um modelo que objetiva atingir às grandes áreas de competências necessárias à prática profissional de modo a propiciar aos alunos um embasamento prático dos conceitos teóricos adquiridos dentro das expectativas do mercado de trabalho e suas relações.

Assim, os currículos são estruturados em **eixos profissionais**, compreendidos como conjuntos de áreas de atuação profissional que visam a aquisição de competências no mundo do trabalho e no aprimoramento das relações sociais, e subdivididos em **núcleos formativos**, constituídos de unidades didáticas, ou seja, conjuntos de estudos teóricos e práticos, previstos num plano de ensino e desenvolvidos dentro de um período letivo. Sendo que, cada núcleo formativo é dividido em semanas, com duração variável, de acordo com sua carga horaria estabelecida.

Os núcleos formativos são ordenados, obedecendo a uma sequência lógica e sistematizada de conhecimentos, habilidades e atitudes a serem adquiridos pelo aluno. Para fins de que sejam atingidas as competências, existem princípios e conceitos importantes a serem estudados durante a graduação de forma que o aluno entenda as particularidades da formação profissional e possa gradativamente crescer no seu aprendizado. Nesse viés, pode-se pontuar princípios e conceitos distintos de acordo com o núcleo formativo e com o seu eixo profissional.

Isso implica que para cada núcleo formativo que compõe o eixo profissional da matriz curricular tem-se um Plano de Ensino Profissional (PEP) que contempla os objetivos e as competências ensejadas diante da etapa em que o aluno se encontra.

As competências inseridas a serem trabalhadas em cada eixo profissional se baseiam no que é recomendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, além daquilo que é exigido pelo mercado de trabalho.

O **ensino por competências** implica desenvolver no estudante a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para lidar com situações, problemas e dilemas da vida real, e sua inserção no currículo como um todo, por meio de articulação de tarefas, de metodologias ativas e de um processo avaliativo abrangente, capaz de priorizar a formação do profissional em direito com melhor compreensão das necessidades da sua região e mais capacitados para o desempenho de suas atividades profissionais.

Segundo Roldão (2005) a capacidade de mobilização e de convocação dos recursos necessários para atuar em face de uma situação, articulando-os de forma pertinente e oportuna, seria a própria essência da competência.

Dessa forma, a aprendizagem sob a ótica da educação é orientada para a ação e a avaliação da competência é baseada nos resultados observáveis, chamados desempenhos. Os desempenhos são compreendidos como a articulação de tarefas e atributos de maneira ampliada.

Segundo Lima (2005), verifica-se na literatura três abordagens principais sobre competência: uma considera competência como coleção de atributos pessoais, outra como função dos resultados obtidos e, por último, propõe a noção de competência dialógica, originada na combinação de atributos pessoais aplicados em contextos específicos para atingir determinados resultados.

Assim as ações/tarefas previstas no curso de Direito por currículo por competências do UniAtenas, são constituídas e organizadas em núcleos de conhecimentos específicos, que abordam estudos básicos, profissional, estudos quantitativos e suas tecnologias, além daqueles de formação complementar, tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, assim como as demandas existentes no mercado de trabalho.

Nessa direção, para o desenvolvimento dos atributos, são estabelecidas tarefas que acompanham o desenvolvimento da formação, com grau crescente de autonomia do estudante, que deixa de ter um papel passivo para assumir o ativo, de sujeito interativo no processo de ensino-aprendizagem.

Por meio de uma estrutura curricular organizada em atividades e experiências, tem-se como essencial ao discente aprender a buscar, a selecionar e avaliar a informação a ser transformada em conhecimento, ferramenta que orienta o pensar e o agir em situações práticas e novas.

Por consequência, tem-se um currículo que se compromete a desenvolver nos futuros profissionais, autonomia de trabalho, capacidade crítica e ação reflexiva, capacitando o aluno a aprender continuamente, em uma abordagem interdisciplinar e

gradativa, de modo que desde o primeiro eixo este tenha contato com a realidade social, aprendendo a mobilizar conhecimentos para enfrentar situações novas com segurança e resolver problemas reais.

Para tanto, busca-se utilizar **Metodologias Ativas** em todos cenários de ensino-aprendizagem, que propõem para o aluno ter iniciativa, agindo de forma cooperativa, baseando-se na aprendizagem colaborativa.

Esse tipo de metodologia destaca-se por dar maior ênfase às ações do aluno, em contraposição às formas de ensino passivas, pautadas na transmissão de conhecimentos. Nas aulas de metodologia ativa, o aprendizado acontece muito mais na articulação transversal entre os alunos, enquanto o professor é um facilitador da discussão e propositor de desafios.

Por se tratar de uma aprendizagem colaborativa, descreve-se uma situação na qual se objetiva a interação dos componentes do grupo, de forma particular, tornando-os capazes de desencadear mecanismos de aprendizagem. Assim, através de atividades de pesquisa, comunicação e partilha, o sujeito da aprendizagem constrói ativamente seu próprio conhecimento de forma crítica e reflexiva.

Assim, a tecnologia se torna uma aliada neste tipo de metodologia. Nesse aspecto, o planejamento institucional prevê incorporações, reflexões e experimentações para o uso de inovações tecnológicas, dentro e fora das salas de aula do UniAtenas. Ademais, é sensível ao uso das tecnologias não como única fonte do processo, mas a sua totalidade no que se refere a atuação enquanto mediadora de aprendizagem, na medida em que possibilita a interação, fora de sala de aula, entre alunos, e professores para o desenvolvimento de atividades, no cumprimento de um papel importante no processo de avaliação, disseminação de informações e conteúdos por outros meios, como vídeos e podcast, por exemplo.

Para tanto, é disponibilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio da plataforma D2L. Dentro desse ambiente há diversas ferramentas que contribuem para a excelência das aulas e da aprendizagem. No AVA, ficam disponíveis videoaulas, material temático, slides, aprofundamento de estudos, avaliações de checagem e de progressão geral, chats on-line, fóruns para dúvidas e debates, dentre outras.

4.6.1 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O UniAtenas institucionalizou encontros para a reflexão sobre a metodologia de ensino, para a troca de experiências e a discussão de novas estratégias e recursos essenciais à inovação didática e pedagógica. Compromisso que se faz constantemente, uma vez que o processo de aprendizagem é vivo e requer a adoção de metodologias de ensino/aprendizagem que possam revelar não só inovações didáticas e pedagógicas

pautadas na ética pessoal e profissional, mas que este processo seja atento às questões culturais, políticas, econômicas e sociais do Brasil e do mundo.

Assim, chegou-se à conclusão de que, para se trabalhar com metodologias ativas como as que são propostas pelo UniAtenas, devem ser levadas em conta algumas características principais, como:

a) o aluno ser responsável por seu aprendizado, logo é oportunizada a ele a flexibilidade da organização do seu tempo;

b) o currículo ser integrado e integrador e fornecer uma linha condutora geral, no intuito de facilitar e estimular o aprendizado. Essa linha se traduz nas unidades educacionais temáticas do currículo e nos problemas, que devem ser discutidos e resolvidos pelos grupos;

c) o aluno ser precocemente inserido em atividades práticas, ainda que simuladas;

d) o aluno ser constantemente avaliado em relação ao desenvolvimento de habilidades necessárias à profissão;

e) o trabalho em grupo e a cooperação interdisciplinar e multiprofissional serem estimulados;

f) a assistência ao aluno ser individualizada, de modo a possibilitar que ele discuta suas dificuldades com profissionais envolvidos com o gerenciamento do currículo e outros, quando necessário;

g) o modelo pedagógico permitir a incorporação de novas metodologias de ensino-aprendizagem, capacitando e estimulando a educação continuada.

Logo, são utilizadas de forma sistemática e contínua, durante o desenvolvimento dos cursos, algumas estratégias educacionais consideradas como Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem, das quais é possível citar:

a) Problematizações – Arco de Maguerez;

b) Aprendizagem Baseada em Projetos;

c) Gamificação;

d) Think-Pair-Share (Estratégia Cooperativa);

e) *Web Quest*;

f) *Minute Paper*;

g) Gincana Virtual;

h) Sala de Aula invertida;

i) dentre outras inovações.

Portanto, as metodologias ativas aqui sugeridas utilizam diferentes estratégias, buscando, concomitantemente, ensinar conteúdos e formar cidadãos críticos e reflexivos, aptos a viverem em sociedade, buscando sempre por melhorias sociais, através de atividades interativas e prazerosas, que possam auxiliar o acadêmico a adquirir

competência para formar opiniões críticas e habilitá-lo à vida profissional. A seguir serão descritas algumas das metodologias ativas que serão mais utilizadas:

a) Problematização com o Arco de Maguerez: o UniAtenas trabalha como uma de suas metodologias a Teoria da Problematização utilizando como esquema o Arco de Maguerez, a qual Berbel (1998) retrata:

A Metodologia da Problematização tem uma orientação geral como todo método, caminhando por etapas distintas e encadeadas a partir de um problema detectado na realidade. Constitui-se uma verdadeira metodologia, entendida como um conjunto de métodos, técnicas, procedimentos ou atividades intencionalmente selecionados e organizados em cada etapa, de acordo com a natureza do problema em estudo e as condições gerais dos participantes. Volta-se para a realização do propósito maior que é preparar o estudante/ser humano para tomar consciência de seu mundo e atuar intencionalmente para transformá-lo, sempre para melhor, para um mundo e uma sociedade que permitam uma vida mais digna para o próprio homem. (BERBEL, 1998a. p.144)

A escolha do Arco de *Maguerez* como estratégia para o sucesso da Metodologia Ativa da problematização justifica-se por este permitir a observação da realidade sob diferentes ângulos, levantando hipóteses de possíveis soluções, retornando à realidade, derivando como consequência da aplicação em novas ações. *Oliva et al/ (2001)* diz, que “o método é responsável pela transparência e a objetividade da relação ensino-aprendizagem”. Se o método é voltado para a transformação e conscientização da cidadania, de modo a contribuir para a formação de um ser humano mais consciente, transformador, agente, reflexivo, coletivo, interativo, colaborativo, investigativo, desafiador e motivador, tem tudo para alcançar as metas traçadas pelo planejamento.

Charles Maguerez, que durante a década de 70 construiu o método como estratégia de ensino-aprendizagem, preocupou-se principalmente com a formação do sujeito pleno. Por meio do arco por ele idealizado, *Maguerez* propôs o trabalho com a realidade, enfatizando, já no ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem, o estudo das dificuldades existentes nas experiências cotidianas e profissionais.

O UniAtenas tem como instrumento metodológico o mesmo diagrama usado por *Bordenave e Pereira (2005)*, o Arco por *Charles Maguerez*, que tem como representação a figura a seguir:

FIGURA 1 - Arco de Maguerez



Fonte: Arco de Maguerez (Apud BORDENAVE; PEREIRA, 2005).

Na problematização, visa-se alcançar tais objetivos por meio de um esquema/arco que contém cinco etapas propostas para o trabalho.

Essas etapas se desenvolvem a partir da realidade ou de um recorte da realidade, ou seja, situações de estudo que estejam relacionadas com a vida em sociedade. São elas: observação da realidade, levantamento de pontos-chave, teorização, levantamento de hipóteses de análise/solução e aplicação das resoluções à realidade.

Caracterização das Etapas do Arco: A primeira etapa é da *observação da realidade*. Nesse momento, o processo ensino-aprendizagem está relacionado a um determinado aspecto da realidade, o qual é observado pelo discente; usa-se do conhecimento empírico. Para essa etapa, o professor pode utilizar diferentes cenários os quais permitam aos alunos uma aproximação da realidade.

Na segunda etapa, *pontos-chave*, o aluno realiza um estudo mais aprofundado, selecionando o que é relevante, elaborando os pontos efetivos que devem ser abordados para a compreensão do problema. Identifica possíveis fatores associados ao problema. Analisa a reflexão, captando os vários aspectos envolvidos no problema. Elege, com critérios, aqueles aspectos que serão estudados na etapa seguinte.

A *teorização* do problema é a terceira etapa, o momento da investigação. Esse é o momento de tratar as informações de forma técnica e de estabelecer as relações entre as diferentes informações. São feitas consultas em textos ou fontes que abordem o assunto de maneira científica.

A formulação de *hipóteses de solução* para o problema em estudo é fundamental, pois é nesta etapa que o aluno emite suas ideias já fundamentadas de maneira crítica e inovadora, buscando hipóteses de solução aplicáveis à realidade. Aqui se tem respostas ao

problema apresentado, com base na Teorização e nas etapas anteriores. É oportunizado ao discente argumentar, explicar e expor as hipóteses elaboradas por meio de diferentes estratégias.

Na última fase, a *aplicação à realidade*, o estudante é levado a tomar decisões coerentes já que executa as soluções que o grupo encontrou como sendo mais viáveis e aprende a generalizar o aprendido para utilizá-lo em diferentes situações na vida acadêmica e/ou profissional. Nesse momento, o professor, junto aos grupos analisam essas hipóteses e as validam. É um momento extremamente importante já que é aqui que os resultados devem retornar para algum tipo de intervenção na realidade, esta mesma realidade na qual o problema foi observado, dentro do nível possível de atuação permitido pelas condições gerais de aprendizagem, de envolvimento e de compromisso social do grupo.

Atuar na perspectiva da problematização é preparar o estudante para ter consciência do seu mundo e para atuar intencionalmente na transformação deste, formando uma sociedade mais digna para o próprio ser humano. Segundo *Berbel* (1998, p.7-17):

Com todo o processo, desde o observar atento da realidade e a discussão coletiva sobre os dados registrados, mas principalmente com a reflexão sobre as possíveis causas e determinantes do problema e depois com a elaboração de hipóteses de solução e a intervenção direta na realidade social, tem-se como objetivo a mobilização do potencial social, político e ético dos alunos, que estudam cientificamente para agir politicamente, como cidadãos e profissionais em formação, como agentes sociais que participam da construção da história de seu tempo, mesmo que em pequena dimensão. Está presente, nesse processo, o exercício da *práxis* e a possibilidade de formação da consciência da *práxis*.

O objetivo do método, portanto está pautado na mobilização do potencial social, político e ético, no qual os estudantes se dedicam cientificamente para agir politicamente como cidadãos e profissionais em formação. Esse exercício cognitivo possibilita a ativação de várias áreas cerebrais na evocação das memórias de longo prazo que relacionam realidade, problema, hipóteses e vantagens de aplicação do idealizado por eles na realidade presente. A prática permite também uma simulação das ações profissionais, facilitando a passagem para problemas ainda não estudados, garantindo a consolidação da memória sobre o assunto desenvolvido, ampliando o conhecimento prévio pela experiência.

O aluno efetiva sua aprendizagem por meio da construção contínua do seu conhecimento. A passagem de um estado de desenvolvimento para o seguinte é sempre caracterizada por formações de novas estruturas que não existiam anteriormente no indivíduo.

De uma parte, o conhecimento não procede, em suas origens, nem de um sujeito consciente de si mesmo nem de objetos já constituídos (do ponto de vista do sujeito) que a ele se imporiam. O conhecimento resultaria de interações que se produzem a meio caminho entre os dois, dependendo, portanto, dos dois ao mesmo tempo, mas em decorrência de uma

indiferenciação completa e não de intercâmbio entre as formas distintas. De outro lado, e, por conseguinte, se não há, no início, nem sujeitos, no sentido epistemológico do termo, nem objetos concebidos como tais, nem, sobretudo, instrumentos invariantes de troca, o problema inicial do conhecimento será, pois, o de elaborar tais mediadores. A partir da zona de contato entre o corpo próprio e as coisas, eles se empenharão, estão sempre mais adiante nas duas direções complementares do exterior e interior, e é desta dupla construção progressiva que depende a elaboração solidária do sujeito e dos objetos (PIAGET, 1978, p. 6).

Assim, o conhecimento humano se apresenta essencialmente ativo, onde dentro de grupos há discentes que assumem a responsabilidade total dos trabalhos propostos, que aprendam a trabalhar em equipe, a organizar-se e refletir diante da visão compartilhada, como também expor sua visão. Desta forma, o aprendiz já se adéqua a um novo padrão de relação corporativista, de atual conformidade com o contexto social e de mercado profissional.

A teoria sobre a formação bio-psico-histórica-social do homem oferecida por Vygotsky (1994) se concentra no processo histórico-social e no papel da linguagem para o ser humano, por meio da aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio.

As atividades de ensino-aprendizagem baseadas neste método viabilizam a construção do conhecimento e ocorrem, em especial, a partir de dois processos preponderantes: o processo de continuidade e o de ruptura.

O processo de continuidade ocorre cada vez que o aluno confronta as informações apresentadas pelo professor com os saberes já existentes em seu cognitivo, transformando-os e construindo novos conhecimentos. Já o processo de ruptura acontece quando o aluno, em contato com as novas informações apresentadas e, somadas a seus conhecimentos, trabalha para resolução de problemas a partir de uma percepção crítica, ultrapassando suas vivências, conceitos pré-estabelecidos, o que acaba por estimular e ampliar possibilidades de aprendizagem. Desta forma se dará, por meio do confronto entre ideias novas e antigas, a soma destas, resultando em um novo conhecimento a partir de uma ação pensada, refletida e consciente.

Desta forma, pode-se observar que a *práxis* educativa pautada na Metodologia Ativa não transmite simplesmente conhecimentos, mas se efetiva tendo a rede de saberes (inter ou multidisciplinaridade) como eixo norteador.

b) Aprendizagem Baseada em Projetos: A pedagogia dos projetos, que é fundamentada nas ideias de Dewey, consiste em uma técnica que propõe a solução de um problema, em que o estudante aprende a fazer fazendo, trabalhando de forma cooperativa para a solução de problemas cotidianos (Hernandez, 1998).

A palavra projeto, deriva do latim *Proiectus*, particípio passado de *proicere* que traz em seu significado um jato projetado para frente e está sempre associado àquilo que se idealiza a estrutura de planos de ação. Machado (2004, p. 1) apresenta, dentre seus

conceitos, que “tacitamente, no entanto, a ideia de projeto está presente em contextos muito mais abrangentes, muito menos técnicos, muito mais pessoais, dizendo respeito a praticamente todas as ações características do modo de ser do ser humano”. Projetam, portanto, todos os que estão vivos e buscam antecipar o curso da ação, eleger metas a serem perseguidas.

Se cada ser humano, ao nascer é lançado no mundo como um jato de vida, como aponta o autor, constituindo-se como pessoa na medida em que sua capacidade vai antecipando ações, vai elegendo continuamente metas a partir de valores historicamente inseridos em sua vida e lançando-se a ela como se sua própria vida fora um projeto. “O projeto não é uma simples representação do futuro, do amanhã, do possível, de ideia. Significa, na verdade, é o futuro a fazer, um amanhã a concretizar, um possível a transformar em real, uma ideia a transformar em ação” (MACHADO, 2004, p. 1).

A escolha das metas a serem perseguidas se dá geralmente num cenário de valores normalmente acordados, por esse motivo, não desassociados dos valores existentes em cada instituição.

Trabalhar com projetos pode levar o acadêmico a aprender participando, formulando problemas, refletindo, agindo, investigando, construindo novos conhecimentos e informações, problematizando, seguindo uma trilha motivacional, despertando a conscientização de uma nova maneira de ensinar, uma postura pedagógica que faça a diferença, levando-os a descobrir, investigar, discutir, interpretar, raciocinar, com os conteúdos conectados a uma problemática do contexto social, político e econômico, da própria vida do aluno (ALVAREZ LEITE, 1996).

Quando o professor escolhe trabalhar com “Aprendizagem por Projeto”, está caminhando apoiado pelas técnicas metodológicas da Pedagogia de Projeto e dá significado aos conteúdos trabalhados, permitindo que o acadêmico possa experimentar, agir e vencer desafios. Fagundes aponta que: Quando falamos em “aprendizagem por projetos” estamos necessariamente nos referindo à formulação de questões pelo autor do projeto, pelo sujeito que vai construir conhecimento. Partimos do princípio de que o aluno nunca é uma tábula rasa, isto é, partimos do princípio de que ele já pensava antes. (FAGUNDES, MAÇADA, SATA, 2000, p.16)

A autora contribui ainda, em sua obra, esclarecendo os competes direcionados à execução da aprendizagem por projetos, apontando que a autoria e escolha do tema cabem aos alunos, professores e tutores em cooperação, num contexto que traga a realidade do aluno, de forma a satisfazê-lo quanto às suas curiosidades, anseios e desejos. Sendo as tomadas de decisões realizadas segundo uma relação dialógica na qual não há verticalidade de poder e saber, professores, tutores e alunos com seus saberes inter-relacionados como parceiros, na expectativa constante de que ocorra a construção coletiva de conhecimentos,

estimulada pelo professor/tutor, mas tendo como agente principal da aprendizagem o acadêmico.

Passos da Aprendizagem Baseada em Projetos: A ação pedagógica contemplando o projeto é desenvolvida, basicamente, em quatro etapas, sendo elas: planejamento (problematização), implementação, avaliação e síntese.

A etapa de Planejamento do Projeto tem como fundamental a escolha do problema a ser estudado, afinal, “não se faz projeto quando se tem certezas, ou quando se está imobilizado por dúvidas” (MACHADO, 2004, p. 7). Planejar é “delinear um percurso possível que pode levar a outros, não imaginados a priori” (FREIRE & PRADO, 1999). Ao delinear o caminho a ser percorrido, devem-se observar as potencialidades de aprendizagem oferecidas pela ação do projeto aos acadêmicos.

O próximo passo é a *indagação*, o desenvolvimento da ideia sugerida, que mediante o raciocínio, Dewey chama de intelectualização do problema. É nesse momento que ocorre a implementação.

A etapa correspondente à avaliação engloba três momentos apontados por Dewey: um que consiste na observação e na experiência, colocando-se à prova às várias hipóteses formuladas, seguido do momento da indagação, que consistirá na reelaboração intelectual das primeiras sugestões iniciais, chegando à formulação de novas ideias e por fim o momento ápice da avaliação, a experimentação probatória da prática.

A pedagogia de projeto deve oportunizar liberdade de o aluno aprender fazendo, de maneira que o mesmo se reconheça no produto final, reconheça a sua autoria no que produziu por meio das questões investigadas, em que lhe seja permitido à contextualização de conceitos já conhecidos e a descoberta de outros ainda não experimentados.

Na etapa final, no momento de síntese, os acadêmicos tendem a superar suas convicções iniciais e substituí-las por outras mais complexas, pautadas em uma fundamentação teórica que sustente suas contribuições futuras. Neste momento, já terão passado por todo o processo o qual se parte de um problema discutido com a turma que desencadeia o início de um projeto de pesquisa no qual foram selecionadas fontes de informação, estabelecidos critérios de ordenação e de interpretação das fontes gerando mais dúvidas e construindo novas indagações que estabeleceram a construção dos saberes da realidade profissional, estabelecendo relações com outras questões que desencadearão novas buscas.

Este momento de recapitulação e fixação de conhecimentos adquiridos coletivamente oferece possibilidade de avaliar o processo e quando os mesmos são colocados à prova, como nesta modalidade de ensino aprendizagem, direcionada a selecionar informações significativas, a tomar decisões, a trabalhar de forma colaborativa, sentindo-se parte integrante da equipe, gerenciando e/ou confrontando ideias, desenvolvendo competências e apreendendo, junto aos seus pares, os conceitos

necessários para seu desenvolvimento profissional, contexto em que se pode afirmar que a aprendizagem, o “aprender fazendo”, se tornam significativos para suas vidas.

c) Gamificação: É controversa a questão da gamificação, pois alguns autores a reconhecem como uma metodologia ativa, outros como ferramenta para dar apoio as metodologias. Mas é fato que na, educação a distância, seu uso incentiva o aluno a continuar os estudos, além de motivar e elevar o nível de engajamento, uma vez que atua como um jogo, que faz com que o jogador fique dominado pela vontade de passar as fases, desvendar os mistérios e resolver problemas. Assim, o mais importante da gamificação é que seja vista sua estratégia como um combustível da aprendizagem e, nesse sentido, os conteúdos, missões e desafios façam os alunos se movimentarem o suficiente para ampliar o aprofundamento nos assuntos trabalhados.

d) Think-Pair-Share (TPS): É considerada uma estratégia de aprendizagem cooperativa, aprendizagem entre pares, que possibilita a interação dos alunos uma vez que deverão pensar em conjunto. Nesta metodologia os alunos precisarão trocar informações, questionar, pontuar, selecionar, argumentar, o que possibilita grande avanço no crescimento pessoal e no desenvolvimento do conhecimento nos diferentes domínios de aprendizagem.

Essa metodologia inclui três componentes: tempo para pensar, tempo para compartilhar com o colega, e tempo para compartilhar entre pares para um grupo maior, podendo ser utilizada em todos os níveis de ensino e em turmas de diferentes dimensões (Choirotul & Bambang, 2012). Nesta estratégia, o professor/tutor faz uma pergunta para a classe e os estudantes devem pensar em uma resposta e anotá-la. Em seguida, os estudantes formam pares e discutem suas respostas. Aleatoriamente, o professor/tutor convida alguns estudantes a partilhar suas respostas.

Passos do Think-Pair-Share (TPS): De acordo com Lyman (1981 cit in Baumeister, 1992) os passos são:

- 1º Think: é o momento em que os alunos pensam sobre uma questão ou sobre um problema que lhes foi colocado formando as suas próprias ideias tirando as suas próprias soluções. Aqui é a fase que fornece ao estudante tempo para pensar nas suas próprias respostas;

- 2º Pair: os estudantes são agrupados em pares para discutir as suas opiniões. Esta etapa permite o compartilhamento de ideias, momento em que o estudante expressa e também ouve o outro.

- 3º Share: os estudantes e os seus colegas dividem as ideias com um grupo maior, podendo ser extensível a toda a turma.

Price (2012) salienta que a TPS permite que o conhecimento prévio que trazem para sala, a partir de suas próprias experiências, seja partilhado pelos alunos, além de permitir compartilharem ideias e opiniões diferentes, gerando assim novas aprendizagens.

e) Web Quest: esta metodologia é definida como “uma atividade orientada para a pesquisa em que alguma, ou toda, a informação com que os alunos interagem provém de recursos na internet, opcionalmente suplementados por videoconferência. Para iniciar, os alunos em grupo, deverão elaborar um texto curto, de acordo com uma situação problema, que desperte o seu interesse, e em consonância com o conteúdo a ser ministrado. Para a elaboração desta atividade, o professor/tutor poderá indicar links da internet, para auxiliar no trabalho dos alunos e também deixar que estes pesquisem livremente. Esta atividade deverá ser executada em 30 minutos e após este período, os grupos apresentarão o resultado da atividade. Cada grupo deverá ter o seu relator. E o processo deverá ser mediado pelo professor/tutor, que fará pequenos comentários sobre os textos apresentados. Depois de expor todos os textos, os participantes terão o fechamento do conteúdo, no qual o professor/tutor fará uma breve explanação sobre o conteúdo da semana.

f) Minute Paper é uma metodologia que tem o papel de dar ao professor/tutor um retorno, um feedback ou uma espécie de retrato sobre os tópicos abordados, sobre suas maiores dificuldades em relação aos conceitos apresentados e os pontos mais relevantes para o aluno. Ela foi desenvolvida para ser utilizada no fim da aula, mas hoje já utilizam em todos os momentos (da aula). Com os grupos formados o professor/tutor explicará a metodologia que será utilizada naquele encontro virtual. É lançado, então, um questionamento que pode ser dividido em 5 categorias: Interesse; Relevância; Atitudes, Opiniões e; Conexões conceituais, lembrando que o conteúdo da semana, referente a pergunta, já foi estudado pelo aluno. Respondida à pergunta, o professor/tutor não explorará as respostas ainda, apresentará em seguida, através da tela compartilhada, ou através de um link para acesso direto na web, um material correspondente ao assunto estudado na plataforma durante a semana. Após a apresentação do conteúdo, os grupos terão 15 minutos para discutirem sobre o conteúdo, associando o estudo feito com o novo conhecimento adquirido. Findado o tempo, o professor/tutor fará mais uma pergunta, dentro da dinâmica de um minuto para discutirem. Logo, o professor/tutor explorará as respostas obtidas durante a dinâmica, reforçando os pontos principais abordados pelos alunos. Depois de receber as informações dos grupos, os participantes terão o fechamento do conteúdo, no qual o professor/tutor fará uma breve explanação sobre o conteúdo da semana. Após o fechamento, os grupos serão dissolvidos e o professor/tutor lançará uma pergunta que deverá ser respondida ainda dentro da dinâmica, mas individualmente.

g) Gincana Virtual é uma competição que acontece em grupo. Esta metodologia requer a elaboração de questões sobre o conteúdo estudado pelos alunos no decorrer da semana, que levem o aluno a raciocinar e se possível que sejam questões que necessitem de resolução de problemas, assim os alunos terão que reunir para encontrarem a solução e falar sobre elas. Estas questões devem ser elaboradas previamente. Esta dinâmica

deverá durar mais ou menos 60 minutos. Após o término das questões, o professor/tutor deverá comentar sobre as respostas e as soluções encontradas pelos grupos.

h) Sala de Aula Invertida: também conhecida como *flipped classroom*, a sala de aula invertida é considerada uma grande inovação no processo de aprendizagem. É um modelo de ensino que, com o auxílio de tecnologias, o aluno tem acesso prévio ao conteúdo curricular básico das aulas e estuda antes delas acontecerem.

Passos da Sala de Aula Invertida: sabe-se que não há uma única maneira de se praticar a sala de aula invertida, no entanto, existem algumas etapas a serem levadas em consideração:

- 1º Disponibilizar material e vídeo-aula para o aluno (o aluno assiste previamente às principais explicações gravadas pelo professor ou estuda o material indicado). O conteúdo pode ser transmitido e armazenado em diferentes plataformas;
- 2º Deixar o material produzido disponibilizado, ficando acessível para os alunos por tempo indeterminado;
- 3º Os encontros são utilizados para a colaboração, a discussão e a assimilação dos conteúdos transmitidos.

i) Dentre outras: Como fóruns de debates virtuais que são espaços virtuais nos quais os alunos podem aprender de forma colaborativa. *Brainstorming*, metodologia básica para qualquer atividade de resolução de problemas. *Design Thinking*, que a grosso modo pode ser definido como *insights* e/ou ideias elaborados sob a perspectiva de resolução de problemas ou aperfeiçoamento de algum produto ou serviço; etc.

Portanto, é possível concluir que as Metodologias Ativas se baseiam em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos.

Ressalta-se que para desenvolver as metodologias ativas, o professor/tutor continua sendo de extrema relevância, porém nesse pensamento é possível comparar o professor universitário a um habilidoso palestrante que facilita o desenvolvimento do pensamento do grupo. São aqueles que conduzem discussões bem-sucedidas, que envolvem os acadêmicos com um processo intelectual ativo, emocionalmente mais eficaz que o tradicional repasse de conteúdos para o cumprimento do Plano de Ensino.

Ademais, essas discussões podem promover o pensamento independente, motivação, assim como aumentar o envolvimento do aluno. Ela é mais útil no ensinar a pensar do que simplesmente no aprender, é o compartilhar de ideias, de ações na resolução de problemas propostos que estimulam ao fazer, ao falar, ao abordar, ao questionar, racionalmente, um problema ou um tópico. Isso é desafiar, o aluno em todo o seu potencial de aprendizagem, estimulando o pensamento reflexivo, melhorando o discurso e promovendo o pensamento crítico. Como mediador na aquisição dos saberes,

deve o professor/tutor mostrar caminhos, oferecer oportunidades para que o aluno se sinta apto a transformar o saber adquirido em benefício da comunidade. Por tanto o planejamento institucional contempla em sua base o Programa de Formação Docente e tutorial Continuado, seja com atividades internas presencial e on-line, seja pela promoção de ajuda de custo e bolsa auxílio, voltados a sua qualificação.

4.6.2 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

Visando a participação plena e efetiva de todos os acadêmicos nas estratégias de aprendizagem citadas anteriormente, o UniAtenas conta, além do professor e tutor, com Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Profissional e Acessibilidade (NAPP), a quem cabe o desenvolvimento de subsídios para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e da humanização das relações, além de identificar e minimizar lacunas que os alunos trazem em sua formação anterior, por meio de:

- a) atendimento individual, com o fim de diagnóstico e orientação;
- b) atuação preventiva e terapêutica;
- c) capacitação dos docentes e tutores nas dificuldades de ensino-aprendizagem;
- d) facilitação da aproximação entre aluno, tutor e docentes;
- e) ouvidoria das reclamações, sugestões e outros do corpo discente, docente, tutorial, administrativo e sociedade;
- f) atendimento em grupos de apoio, com o fim de contribuir com o desenvolvimento de aspectos que incidam sobre o processo de aprendizagem, por meio de encontros e/ou oficinas, seminários, mesa redonda, congressos, dentre outros que abranjam temas relacionados à formação profissional;
- g) elaboração de Plano de Atendimento Educacional Especializado, organização de Recursos de Acessibilidade e de tecnologia assistida;
- h) articulação de atividades extraclasse na área das necessidades educacionais especiais.

Neste sentido, o setor de acessibilidade do NAPP, que tem a atribuição de analisar, organizar, e operacionalizar o cumprimento da legislação vigente e das orientações pedagógicas emanadas da política de inclusão no atendimento educacional especializado, objetiva:

- a) promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, garantindo condições de acessibilidade na IES;
- b) articular-se na promoção de ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura; comunicação e informação; ensino, pesquisa e extensão;

c) oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo.

Para tanto, conta com as Tecnologias de Informação e Comunicação instaladas nos computadores dos diversos setores da IES tais como: BR Braille, *Dosvox*, *Easy Voice*, NVDA, Dasher, Motrix, teclado virtual, teclado em braile e com fonte aumentada e fone de ouvido; com a presença de leitores para atuarem no processo seletivo (Vestibular) e nas avaliações ou com fontes ampliadas, de acordo com as necessidades do discente; equipamentos e materiais adaptados as mais diversas deficiências e equipe profissional multidisciplinar.

Neste sentido, o UniAtenas promove o respeito à dignidade humana, a inclusão social e a acessibilidade metodológica a todos os seus acadêmicos, independentemente de sua condição/deficiência física, auditiva, visual e/ou intelectual.

4.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado compreende a etapa na qual o discente aplica seus conhecimentos teórico-práticos e experiências adquiridas durante a sua formação no curso. Assim, ele (o estágio) assegura o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, representando, sobretudo, um elemento mediador entre a formação profissional e a realidade social.

Essa dimensão prática tem como objetivos:

- a) levar o aluno a compreender a inter-relação da teoria e prática em condições concretas;
- b) oportunizar formas de trabalho em condições reais de planejamento e sistematização;
- c) proporcionar condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;
- d) permitir uma maior aproximação do aluno às possibilidades de trabalho nas diferentes áreas de atuação;
- e) consolidar o processo ensino-aprendizagem através da conscientização das deficiências individuais e incentivo à busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- f) concatenar a transição da passagem da vida profissional, abrindo ao estagiário oportunidades de conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;
- g) possibilitar o processo de atualização dos conteúdos formativos, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante as constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitos;

- h) promover a integração entre o UniAtenas e a comunidade;
- i) levar o estudante a desenvolver características pessoais e atitudes requeridas para a prática profissional.

Ademais, para o desenvolvimento desse estágio o UniAtenas propõe a junção da prática pedagógica ao estágio supervisionado, pois assim os discentes podem aplicar as experiências vividas ao longo de sua formação, passando a exercer o papel de mediador entre a formação profissional e a realidade social.

O estágio supervisionado do Curso de Direito do UniAtenas está em conformidade com as exigências feitas pelas DCN do Curso (Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018), que em seu artigo 6º, prevê a Prática Jurídica como componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Além disso, o estágio é oferecido na modalidade presencial no Núcleos de Prática Jurídica (NPJ) da Cidade de Paracatu ou de João Pinheiro. Assim, ele oferece a comunidade acadêmica atividades de formação profissional, reais e simuladas, além de serviços de assistência jurídica, tudo devidamente regulamentado por normativa própria (Regulamento do Estágio).

As atividades do NPJ possuem a finalidade de desenvolver no discente a capacidade de articular o conhecimento teórico com a resolução de problemas. Para tanto, essas atividades são preponderantemente práticas e proporcionam a participação em situações, simuladas e reais, de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como à análise crítica destas, de forma a lhes permitir uma visão sociológica e ao mesmo tempo jurídica das funções passíveis de serem exercidas por um profissional do Direito.

Nesse viés, a prática jurídica do curso de Direito do UniAtenas, conforme matriz curricular, perpassa pelas grandes áreas, iniciando-se a partir do 6º eixo Profissional, através dos Núcleos Formativos Estágio Supervisionados Obrigatórios

Neste sentido, o estágio do curso de Direito se perfaz durante quatro semestres, sendo focadas as atividades nas áreas de Direito Civil, penal, trabalhista, previdenciário, dentre outras. Cada uma dessas áreas / atividades é composta de uma carga horária de 80 (oitenta) horas-aula, totalizando 320 (trezentos e vinte) horas aula ou 266h34min (duzentas e sessenta e seis e trinta e quatro) horas relógio, como exigido pela legislação vigente.

Importante ressaltar que a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica engloba espaços adequados para a orientação dos discentes e simulações de mediação, conciliação, arbitragem, processo eletrônico, além das audiências judiciais.

O UniAtenas ainda exigirá de seus acadêmicos do curso de Direito que assistam e registrem, em documento próprio, 20 (vinte) audiências judiciais nas áreas cível, penal e trabalhista.

Nesta premissa, o Estágio Supervisionado tem como objetivo preparar o aluno para uma prática profissionalizante de qualidade, vinculada a uma postura crítica diante dos conhecimentos teóricos, assim como uma postura ética diante do trabalho. É uma atividade desenvolvida em situação real e simulada que objetiva oferecer uma formação pluralista. Todo esse treinamento é acompanhado e supervisionado pelo orientador e supervisor de estágios (observando-se sempre a compatibilidade da quantidade de orientador por aluno) e pelo coordenador do curso, que tem, dentre outras atribuições, a tarefa de buscar uma maior integração com o mundo do trabalho para que as competências e habilidades previstas no perfil do egresso sejam alcançadas.

O coordenador do curso ainda é responsável por promover reuniões com o supervisor do Estágio, visando o planejamento inteligente das ações voltadas para as atividades a serem desenvolvidas, bem como para gerar insumos e ideias para melhor atuação acadêmica nos ambientes de prática. Assim, alimentados das potencialidades e fragilidades relacionadas ao estágio, têm condições de, utilizando o método do PDCA, atualizar constantemente as práticas do estágio.

Todo o estágio supervisionado é regulamentado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP) do UniAtenas.

Para maior qualidade e acompanhamento dessa fase do curso, o UniAtenas disponibiliza um Regulamento, devidamente aprovado pelo Conselho competente.

4.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividade complementar é a atividade realizada pelo discente, de forma extraclasse, com a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade da carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001. Neste sentido, o UniAtenas exige dos discentes de seus cursos de graduação o desenvolvimento de atividades complementares que são de grande importância na vida profissional, pois permitem que eles adquiram autonomia intelectual e elevado padrão de qualificação, compatível com as exigências do mercado.

A carga horária total das atividades complementares do Curso de Direito do UniAtenas está em conformidade com a legislação vigente. Assim, o acadêmico deve cumprir um total de 88 (oitenta e oito) horas relógio ou 106 (cento e seis) horas aulas, o que representa aproximadamente 2,3% (dois virgula três) da carga horária total do curso, conforme informado na matriz curricular.

Essa carga horária deve ser alcançada no decorrer do curso, podendo ser integralizada e aproveitada de formas diversas, como previsto em Portaria Normativa que

regulamenta as Atividades Complementares dos cursos de graduação do UniAtenas. Assim, é permitido aos alunos, visando sua formação geral e específica:

- a) participação em palestras, conferências, simpósios, seminários, iniciação científica e pesquisas;
- b) cumprimento de núcleos formativos não incluídos no currículo pleno, cursados na IES;
- c) monitoria;
- d) produção científica;
- e) estudos complementares de livros, filmes e outras peças de acervo, indicados pela coordenação do Curso e homologados pela Pró-Reitoria Acadêmica;
- f) resolução de estudos de casos, elaborados pelo corpo docente e coordenação do curso e homologados pela Pró-Reitoria Acadêmica;
- g) prestação de serviços à comunidade, sendo que estes deverão estar relacionados com as diretrizes curriculares do curso;
- h) jornada temática;
- i) projetos sociais: O Dia da Responsabilidade Social, caravanas sociais, dentre outras;
- j) realização de atividades nos núcleos, laboratórios e/ou ambientes multidisciplinares do UniAtenas, onde existe uma ficha de controle individual do discente, na qual constam o dia, a hora e o tempo de cumprimento das atividades;
- k) realização de outras atividades relacionadas ao curso, desde que tenham projetos aprovados pela coordenação de curso e homologação da Pró-Reitoria Acadêmica, a quem cabe determinar a carga horária a ser registrada; e
- l) participação nas reuniões dos órgãos colegiados e Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES como representante do corpo discente.

Diante dessa diversidade de atividades complementares, a Instituição garante o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação geral e específica do aluno, capacitando-o a enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação.

Ressalta-se que esta transformação social acaba por exigir do UniAtenas a sua adequação a esta realidade. Assim, como o meio onde ocorre as atividades complementares sofre mutações, elas exigem a constante revisão do Regulamento existente a fim de que possa atender as novas demandas. Neste sentido, a partir das avaliações internas, ouvidorias, reuniões com professores, tutores e outros, a coordenação de curso, juntamente com sua equipe de trabalho, monta/complementa a matriz FOFA, identificando as fragilidades e potencialidades. O que está bom pode ser melhorado e o que estiver ruim precisa de melhoria, sendo que o método para analisar, resolver problemas e atingir metas de qualidade é o PDCA, conforme já citado em outras

oportunidades. Desta maneira, o Regulamento é modernizado nas áreas de regulação, gestão e aproveitamento, podendo, assim, melhor atender aos seus objetivos.

Ademais, há que se ressaltar, ainda, a destinação de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso de Direito sendo 370 horas relógio ou 444 horas aula para realização de atividades de extensão. Estas atividades, que são parte integrante da matriz curricular, constituem-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promovem a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Assim, visando, dentre outros objetivos, a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, é permitida a realização das seguintes modalidades de extensão: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços, tanto em programas institucionais, quanto nos de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais e nacional.

As atividades complementares são regulamentadas pelo CONSEP do UniAtenas.

4.9 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Como coroamento das competências e habilidades adquiridas ao longo dos 10 (dez) períodos do curso de Direito, o UniAtenas exige a elaboração e defesa de um trabalho monográfico, equivalente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para tanto, prevê na matriz, no eixo Projeto Final de Curso que acontecerá no último ano da graduação, os núcleos formativos Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I e Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II cuja finalidade é reforçar o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a elaboração deste trabalho. Ressalta-se que o TCC I é voltado para a estruturação do documento e a pesquisa teórica sobre um assunto específico da área de conhecimento do curso, e o TCC II, para a coleta de dados, análise e finalização do texto individual, que é apresentado à banca de avaliação.

Os referidos núcleos formativos Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I e Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II com carga horária de 40 (quarenta) horas aulas cada, são ministradas por um membro do corpo docente com ampla experiência no campo da pesquisa e de elaboração dos trabalhos científicos, que tem a tarefa de nortear os alunos na elaboração de seus projetos de pesquisa.

Em seguida, são devidamente acompanhados e orientados por docente designado pela Coordenação do Curso, que é responsável pela orientação individual e pela revisão final dos materiais produzidos. O referido trabalho deve ser realizado e apresentado de acordo com calendário a ser definido pela coordenação do Setor de Pesquisa e Iniciação

Científica (SPIC), sendo sua defesa pública e perante banca com examinadores escolhidos entre os docentes do UniAtenas.

A versão final do trabalho será publicada no site da IES, dentro da Revista Virtual, que se estenderá aos estudantes de todos os cursos da Instituição. Já aqueles que tiverem interesse, terão a oportunidade de transformarem o trabalho em artigo e publicá-lo em uma das Revistas da IES.

Toda a regulamentação do TCC (coordenação, orientação, procedimentos, metodologia e formas de avaliação) é regida por Portaria Normativa, regulamentada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP), bem como pelo Manual de Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Projeto de Pesquisa/Monografia.

4.10 APOIO AO DISCENTE

O UniAtenas conta com um Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Profissional e Acessibilidade (NAPP) que tem como missão contemplar aspectos estruturantes do perfil profissional pretendido pela instituição, atuando no campo do relacionamento interpessoal e distúrbios comportamentais e cognitivos que afetam o desempenho acadêmico, assim como garantir a acessibilidade metodológica.

Para tanto, o Núcleo é formado por uma equipe multidisciplinar, com psicólogos, orientadores educacionais, pedagogos e auxiliares de educação que têm como atribuição o desenvolvimento de subsídios para o aprimoramento do processo ensino e aprendizagem e da humanização das relações, além de identificar e minimizar lacunas que os alunos trazem em sua formação anterior, por meio de:

- a) atendimento individual, com o fim de diagnóstico e orientação;
- b) atuação preventiva e terapêutica;
- c) capacitação dos docentes nas dificuldades de ensino-aprendizagem;
- d) facilitação da aproximação entre aluno e docentes;
- e) ouvidoria das reclamações, sugestões e outros do corpo discente, docente, técnico-administrativo e sociedade;
- f) atendimento em grupos de apoio, com o fim de contribuir com o desenvolvimento de aspectos que incidam sobre o processo de aprendizagem, por meio de encontros e/ou oficinas, seminários, mesa redonda, congressos dentre outros que abranjam temas relacionados à formação profissional;
- g) elaboração de Plano de Atendimento Educacional Especializado, organização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistida;
- h) articulação de atividades extraclasses na área das necessidades educacionais especiais.

Neste contexto, o NAPP dá apoio e assessoramento didático-pedagógico, psicológico e profissional aos docentes, coordenadores e aos discentes. O encaminhamento ocorre por solicitação voluntária e/ou busca ativa, sem prejuízo de que para tal, possa receber sugestão de qualquer um dos elementos da comunidade acadêmica (alunos, funcionários, docentes, familiares). O Núcleo é composto pelos setores: Supervisão Pedagógica, Orientação Pedagógica, Psicologia, Ouvidoria e Acessibilidade.

O Setor de **Supervisão Pedagógica**, cuja função é orientar o grupo de professores, capacitar, desafiar, instigar, questionar, motivar, despertando neles o desejo, o prazer, o envolvimento com o trabalho a ser desenvolvido e os resultados a serem obtidos. Para tanto, é definido um supervisor pedagógico para cada curso visando dar assessoria e apoio didático-pedagógico aos coordenadores do curso, corpo docente para o exercício competente, criativo, interativo e crítico da docência.

Suas atividades são:

a) participar de banca diagnóstica para contratação docente e de tutores, com a finalidade de abstrair destes as potencialidades e fragilidades a serem trabalhadas, juntamente, com o docente no decorrer da sua caminhada didático-pedagógica na IES;

b) discutir, permanentemente, o aproveitamento escolar, por meio da participação em reuniões semanais, mensais e semestrais com os professores, de modo individual e/ou colegiado, juntamente com o coordenador de curso;

c) assistir, periodicamente, as aulas, dando feedback imediato, por meio de reuniões, juntamente com o coordenador do curso, das potencialidades e fragilidades observadas com a finalidade de promover melhoria contínua da prática docente;

d) criar e consolidar canais de comunicação, assessoria e cooperação pedagógica entre docentes;

e) zelar pelo cumprimento do plano de qualificação docente, realizando oficinas, palestras e treinamentos de capacitação didática, tanto na modalidade a distância quanto na modalidade presencial;

f) planejar, de modo interdisciplinar, os componentes curriculares dos cursos ofertados;

g) apoiar os docentes na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos Planos de Ensino Profissionais, planos de aula, ações interdisciplinares e programas didático-pedagógicos;

h) construir processos de avaliação pedagógica e institucional;

i) subsidiar a reflexão dos Projetos Políticos Pedagógicos.

O Setor de **Orientação Pedagógica** tem como premissa o comprometimento com a construção do indivíduo para o exercício da cidadania, buscando fortalecer a relação entre a realidade acadêmica e a realidade da comunidade. Tendo em foco que a visão contemporânea de orientação educacional aponta para o aluno como centro da ação

pedagógica, compete ao orientador atender a todos os alunos em suas solicitações e expectativas, não restringindo a sua atenção apenas aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, o NAPP realiza junto aos seus discentes, com a participação efetiva de docentes, tutores e coordenadores de curso, o trabalho de Orientação Pedagógica com o objetivo de evitar a evasão dos discentes, frente as dificuldades de aprendizagem e demais dificuldades, uma vez que se sabe que o processo de ensino-aprendizado é, por vezes, maior na interatividade com a Instituição, do que no tempo passado nela, o que se faz concluir que quanto mais a Instituição amplia essa interatividade, mais possibilidade de retenção se terá. Logo, se um orientador aceitar e valorizar os alunos considerando-os capazes de desenvolver competências e habilidades necessárias para lidar com seus estudos, reservando tempo para escutá-los, esses profissionais serão os responsáveis pelo desenvolvimento de padrões consistentes e realistas, fazendo com que os alunos sintam-se encorajados a não se intimidarem com o fracasso e aprendam a agir de forma independente e responsável.

Assim, além do compromisso com o ensino-aprendizagem, é preciso estar comprometido com a individualidade de cada aluno, auxiliando-o numa educação que se preocupe com a formação intelectual, crítica, socioafetiva e moral desse cidadão.

Nesse viés, dá assistência e apoio ao discente nas questões referentes ao ensino-aprendizagem, a partir de dados estatísticos oferecidos pela Secretaria Acadêmica, relatórios de encaminhamento e pedidos de apoio realizados pelos discentes *in loco*.

Suas atividades são:

- a) acolher o discente desde o primeiro dia de aula;
- b) sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando, no que tange suas necessidades dentro da IES, adaptando o aluno ao meio em que está inserido;
- c) garantir o desenvolvimento pleno do aluno por meio de estratégias de aprendizagem que o integre a tudo aquilo que exerce influência sobre sua formação;
- d) acompanhar a evolução do ensino-aprendizado dos discentes;
- e) integrar professor, professor/aluno, aluno/instituição, aluno/comunidade e aluno/aluno;
- f) analisar a assiduidade e rendimento mensal, bimestral e semestral dos discentes por meio do sistema TOTVS;
- g) atender os discentes para auxílio nas dificuldades de ensino-aprendizagem;
- h) encaminhar o acadêmico ao setor de psicologia, em caso de necessidade;
- i) acompanhar e aconselhar o discente em caso de indisciplina.

Assim, as estratégias utilizadas pela orientação pedagógica versam sobre os pontos fundamentais ao apoio ao discente que são: o acolhimento, a verificação de

aprendizagem e estratégias de estudos, propondo acompanhar passo a passo a sua vida acadêmica.

O **Setor de Psicologia** é aquele que fornece apoio psicológico a todos os discentes, docentes, tutores e corpo técnico-administrativo do UniAtenas. Os atendimentos são realizados em horários flexíveis que se adaptam as necessidades dos envolvidos. Tem como principal objetivo atuar sobre os desequilíbrios e dificuldades emocionais e fornecer a comunidade acadêmica o suporte psicológico necessário à boa execução de suas atividades universitárias e profissionais. Suas ações são:

- a) dar atendimento psicológico individual requisitado por procura *in loco* ou relatório de encaminhamento;
- b) participar de bancas de admissão de docentes, e monitores e realizar exames de avaliação psicológica para admissão de colaboradores;
- c) participar das ações de promoção de saúde ligadas à IES.

Quanto à inserção do aluno no programa, ocorre através de iniciativa própria ou encaminhamento de professores, ou Coordenadores de Cursos. O atendimento, sempre que necessário, pode ser estendido mediante reuniões com os pais, diretórios, lideranças de grupos acadêmicos e/ou corpo docente.

Já o **Setor de Ouvidoria** é o canal de comunicação entre a instituição e seus usuários. Recebe reclamações, críticas, sugestões, elogios e outros relatos, dando credibilidade, agilidade e sigilo às informações. O atendimento se dá *in loco*, por telefone, ou contato via Internet. Suas ações visam à melhoria e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela instituição. Nesse viés, o setor registra, identifica os principais problemas, avalia o funcionamento de todos os setores, produz relatórios estratégicos e dá o tratamento/encaminhamento adequado às informações. Tais ações permitem:

- a) estreitar a integração entre a comunidade interna e externa;
- b) dar voz às comunidades na fiscalização e avaliação das ações institucionais;
- c) prever o surgimento ou agravamento de problemas nos sistemas institucionais.

Os resultados das consultas levam a instituição a:

- a) identificar aspectos dos serviços que os alunos valorizam mais;
- b) identificar possíveis problemas de várias áreas;
- c) identificar ansiedades mais frequentes dos alunos iniciantes;
- d) ajudar na identificação do perfil dos alunos;
- e) receber todo tipo de manifestação;
- f) prestar informação à comunidade externa e interna e agilizar processos; e
- g) buscar soluções para as manifestações dos alunos.

Por fim, o **Setor de Acessibilidade** tem como objetivo analisar, organizar e operacionalizar o cumprimento da legislação vigente e das orientações pedagógicas emanadas da política de inclusão no atendimento educacional especializado. Concebe,

assim, a acessibilidade em seu amplo espectro, proporcionando ações articuladas entre o ensino, à iniciação científica e a extensão no desenvolvimento de projetos educacionais e práticas inclusivas, envolvendo docentes, tutores e acadêmicos da IES. Destacam-se os seguintes objetivos do setor:

- a) promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, garantindo condições de acessibilidade na IES;
- b) articular-se na promoção de ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura; comunicação e informação; ensino, iniciação científica e extensão;
- c) oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo.

Em síntese, desde o ato da inscrição para o processo seletivo o Setor de Acessibilidade atua, pois são feitos levantamentos das eventuais necessidades especiais para realização das provas e aplicação de questionário/entrevista ao ingressante, no qual se incluem questões sobre a existência ou não de deficiências ou mobilidade reduzida que venham a exigir, no decorrer do curso, condições especiais de acessibilidade. Igualmente, no decorrer do curso, são oferecidas condições de acessibilidade aos estudantes que, posteriormente ao seu ingresso na Instituição, venham a apresentar deficiências ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente. Além de promover processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

Nesse sentido, o setor de Acessibilidade conta com as Tecnologias de Informação e Comunicação instaladas nos computadores dos diversos setores da IES, tais como: BR Braille, *Dosvox*, *Easy Voice*, NVDA, Dasher, Motrix, teclado virtual, teclado em braille e com fonte aumentada e fone de ouvido; com a presença de leitores nas avaliações ou de fontes ampliadas, de acordo com as necessidades dos discentes; equipamentos e materiais adaptados as mais diversas deficiências e equipe profissional multidisciplinar (psicólogo, supervisor pedagógico, auxiliar de educação, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estes últimos se for o caso). O intérprete de Língua de Sinais é fundamental para mediar a comunicação, transmitindo a mensagem do professor regente da língua portuguesa para a LIBRAS, de modo que o aluno compreenda. Quando for necessário, o professor/tutor regente e o professor-intérprete irão trabalhar juntos, ou seja, as aulas terão recursos que facilitem a compreensão do aluno.

Além de todo este contexto que pode ser utilizado pela comunidade acadêmica, o UniAtenas realiza o processo de recepção e acolhimento dos calouros que se inicia, desde o momento da captação e matrícula. Ao ingressar em uma instituição de ensino, é natural que o estudante deseje concluir o percurso em questão. Porém, no decorrer dos anos letivos, pelas mais diferentes questões, ele pode optar por encerrar esse relacionamento.

Assim, há uma grande preocupação do UniAtenas em proporcionar um apoio incondicional a esse estudante. Logo esse aluno pode contar com o NAPP que visa dar o suporte e acolhimento para alunos, professores e corpo técnico-administrativo, auxiliando na melhoria do desempenho acadêmico e o desenvolvimento pleno da pessoa humana.

O acolhimento acontece nos seguintes momentos:

a) no início do semestre letivo, o coordenador de curso e a equipe do EaD apresentam o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para os calaouros, explicar-lhes sobre o funcionamento do curso, utilização do AVA, metodologia utilizada no processo de ensino-aprendizagem, sistema de avaliação, horas complementares, normas existentes, tutorias, material didático, dentre outros assuntos;

b) ainda no início do semestre, a equipe do NAPP também acessa o AVA para realizar uma pesquisa diagnóstica com os alunos visando levantar informações de cunho individual;

c) nos primeiros dias de aula, o aluno ingressante, é informado sobre o apoio de um orientador pedagógico, além do apoio do coordenador de curso, professores a sua caminhada de ensino aprendizagem na IES (ação inovadora).

Destaca-se ainda, o apoio oferecido pelo Núcleo de Apoio a Educação a Distância (NAED), que através de monitoramento do sistema da TOTVS, identifica as efetivações de matrículas e entra em contato com o coordenador de curso, compartilhando tutoriais, login de acesso ao portal EaD a ser compartilhado com os calouros. Antes de acontecer a primeira aula do semestre letivo, os alunos participam de um encontro de boas-vindas, com informações pedagógicas, ambientação sobre a utilização da plataforma e apresentação da equipe com a qual estará em contato no decorrer do curso. Além disso, existe um grupo de WhatsApp onde os alunos podem comunicar-se entre eles, com a coordenação do curso e com o suporte técnico da equipe EaD. Também está disponível para os discentes o contato direto com os profissionais de tecnologia da informação e comunicação, por intermédio do WhatsApp business do setor EaD.

Ademais, o UniAtenas ainda disponibiliza, como meio de apoio aos seus discentes:

a) programas de Nivelamento que visam auxiliar aqueles alunos com evidentes problemas de aprendizado e/ou que não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizagem da turma na qual estão inseridos. Neste caso, a consequência imediata será o desinteresse e a frustração por parte dos alunos. Para combater essa dificuldade, são montados projetos específicos para as necessidades da classe, contendo os núcleos formativos que serão ministrados, o conteúdo, a carga horária e a metodologia de ensino. Os procedimentos normativos e operacionais para as políticas de nivelamento da IES são regulamentados pelo CONSEP;

b) programas de Monitoria que seleciona alunos que tenham bom rendimento acadêmico e aptidões para as atividades de ensino e pesquisa para auxiliar o professor no

esclarecimento de dúvidas dos colegas e também no andamento e rotina dos laboratórios, se for o caso. O programa serve, ainda, como título para o ingresso no magistério no UniAtenas;

c) atendimento extraclasse que possibilita que os docentes, além de ministrarem os conteúdos pertinentes de cada núcleo formativo, dediquem um tempo adicional para realização de tutorias. O objetivo desta atividade está centrado no docente em esclarecer as dúvidas dos discentes nos respectivos núcleos formativos;

d) programas de financiamentos, descontos e bolsas. O uniAtenas conta com o Programa de Crédito Financeiro de Apoio aos Estudantes (Cred Atenas), que é uma modalidade alternativa de crédito educacional, destinado aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, que tem por objetivo a identificação, a proposição e a busca de soluções às dificuldades de natureza social e financeira. O programa, isento de juros, se baseia no alongamento do prazo de pagamento das mensalidades, com restituição a partir do mês subsequente ao da conclusão do curso. Além do Cred Atenas, a instituição ainda oferece o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Financiamento Estudantil (FIES), Bolsas parciais e integrais da Própria IES e bolsas do Sindicato dos Professores e funcionários para docentes, técnico-administrativos e/ou seus dependentes;

e) setor de Estágios e Convênios que, representa mais uma ação inovadora, já que mantém convênios com as mais diversas empresas e instituições para a realização de estágios supervisionados na área de abrangência da IES e é claro, do curso de Direito, além de procurar manter o intercâmbio com várias entidades de apoio ao ensino e entidades profissionais nas esferas municipais, estaduais e federais. Nesse viés, o setor tem como missão dar o suporte legal e acompanhar os coordenadores de cursos e os discentes nos programas de estágio obrigatório e não obrigatório, bem como nos programas de monitoria, colaborando sempre na busca da excelência do processo de ensino-aprendizagem, manutenção do aluno no curso e inserção deste no mercado de trabalho. Inclusive, no que tange ao estágio não obrigatório, o setor de Estágios e Convênios faz toda a intermediação e acompanhamento visando sempre o processo de integração entre teoria e prática e formação integral do acadêmico.

Complementando essa intermediação, o setor conta com o programa “Meu Primeiro Estágio” como ação inovadora, que tem como objetivo proporcionar as empresas que realizarem a contratação de estagiários do UniAtenas, na modalidade não-obrigatório, a participação gratuita em treinamentos de capacitação. Desta forma, acredita-se que os laços entre empresas da região e o UniAtenas são estreitos, promovendo, assim, um número maior de contratações de estagiários, o que beneficia diretamente aos alunos da IES e conseqüentemente, toda a comunidade onde está inserida a Instituição.

f) previsão da existência de convênios internacionais que possibilitam a mobilidade acadêmica, a produção científica e o intercâmbio de culturas, conhecimentos e saberes;

g) atendimento aos possíveis discentes estrangeiros, visando seu acolhimento e atendimento personalizado.

São oferecidas, ainda, as mais variadas formas de atividades complementares, das quais se pode destacar, campanhas e projetos sociais, jornadas temáticas e atividades de extensão.

A IES também apoia eventos promovidos pelos discentes, sejam eles internos ou externos. Assim, eles têm a possibilidade de criar atividades ou projetos que sejam pertinentes à sua formação educacional e social, recebendo, para tanto, total apoio oferecido pela IES.

Importante ressaltar, ainda, que a instituição considera o apoio à iniciação científica uma prioridade, por isto, conta com a Revista Jurídica, Revista de Medicina, Revista Atenas Higéia e Revista Científica *On Line* para divulgação dos trabalhos acadêmicos dos discentes e docentes. Os eixos temáticos orientam a extensão, oferecendo programas multidisciplinares e de natureza cultural e científica. Para tanto, conta com o Setor de Pesquisa e Iniciação Científica que apoia o discente na produção científica e outros trabalhos.

O UniAtenas desenvolve, ainda, uma política de acompanhamento de egresso que busca meios para que este possa restabelecer e manter o contato com seus colegas de curso e professores, integrando-os às ações na área de ensino, iniciação científica e extensão. Ademais, a IES avalia o perfil do egresso visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Por fim, o UniAtenas apoia a participação dos estudantes em órgãos de representatividade estudantil como: Diretório Acadêmico (DA), Colegiado de Curso, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEP), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI (COLAP) e Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) e, ainda, assegura-lhes a possibilidade da realização de intercâmbios em centros acadêmicos nacionais e internacionais, por meio de profícuos convênios firmados com instituições localizadas em outros países.

4.11 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A Gestão do curso de Direito do UniAtenas é realizada com o uso de ferramentas administrativas que garantem sua qualidade de modo que seus egressos estejam preparados para os desafios da profissão. Essas ferramentas, que se relacionam entre si, permitem a melhoria dos resultados como um todo. Dentre elas é possível destacar:

- a) Programa 5S;
- b) Relatos de Não Conformidade (RNC);

c) Mapeamento de Processos, definição de procedimentos operacionais padrões, fluxogramas e utilização do método iterativo de gestão de quatro passos, utilizado para o controle e melhoria contínua de serviços e produtos (PDCA);

d) Organização do gerenciamento: descrição do Negócio, definição de metas, itens de controle e utilização do PDCA, bem como o treinamento no PDCA, estabelecimento da matriz FOFA e de planos de ação para resolução de problemas.

Nesse viés, o gestor leva em consideração o conceito de gestão, o qual possui ligação direta com a administração dos recursos disponíveis na organização. Tendo em vista que esses recursos podem ser tanto materiais e financeiros como humanos, tecnológicos ou de informação, a função de um gestor se alicerça em tirar o melhor proveito das estruturas, das tecnologias, do capital e das pessoas para alcançar as metas da organização no curto, no médio e no longo prazo e, para isso, deve basear sua gestão em quatro pilares: planejamento, organização, liderança e controle.

Nessa perspectiva, a autoavaliação é um fator fundamental para a garantia da qualidade. Somente através de um rigoroso e contínuo processo de autoavaliação as Instituições de Ensino Superior podem responder às demandas que lhes são impostas para exercer a função antecipatória da qual depende a sua sobrevivência no futuro, pois conforme recomendação milenar “Conhecer-se a si mesmo” é o fundamento de qualquer planejamento. Através desse conhecimento, processos, pessoas, organizações ou instituições podem definir objetivos, direcionar ações, atuar sobre o presente e projetar o futuro.

Compreender a autoavaliação tendo objetivos claros, como saber para que se deve avaliar, faz com que se tenha um poderoso instrumento na gestão institucional e consequentemente na gestão do curso oferecido pela IES. Essa consciência permite evidenciar que para o UniAtenas, a autoavaliação não é apenas um instrumento burocrático de coleta de dados e informações, mas um instrumento capaz de nortear o trabalho da gestão educacional, fornecendo insumos que contribuam no processo de melhoria da qualidade dessa IES.

O UniAtenas, desde o seu planejamento, envolve e se preocupa com o programa de Avaliação Institucional e de curso, tanto que entende que são objetivos gerais desse programa:

- a) a busca permanente da qualidade de ensino, atualizando-o constantemente;
- b) educar com qualidade de excelência para formar profissionais que participarão da transformação da cidade e regiões circunvizinhas;
- c) formar uma consciência do valor e da eficácia da avaliação como instrumento promotor de eficiência e qualidade, para o alcance dos objetivos institucionais;
- d) promover a aglutinação de todos os segmentos do UniAtenas em torno da missão, visão, valores e objetivos da Instituição;

e) obter e manter um alto nível de qualidade em todos os serviços prestados pela Instituição;

f) obter os elementos necessários à tomada de decisão em todas as instâncias;

g) incorporar a prática avaliativa com vistas a um programa permanente de avaliação integrante do processo administrativo da Instituição;

h) desenvolver um processo de autoavaliação da Instituição e de cursos para garantir a qualidade da ação acadêmica.

Já os objetivos específicos das avaliações são:

a) investir em programas permanentes de treinamento aos professores e funcionários;

b) incentivar sistematicamente o corpo docente e técnico-administrativo a participarem de seminários, congressos, cursos e simpósios nacionais e internacionais, na perseguição da qualidade que deseja ter;

c) estabelecer expectativas de desempenho;

d) clarificar os objetivos educacionais dos cursos oferecidos pela Instituição, das diretrizes de cursos e dos órgãos de apoio;

e) identificar as causas pelas quais os resultados esperados não foram alcançados;

f) obter informações precisas e confiáveis para planejamento acadêmico e para reestruturação de conteúdos programáticos;

g) aperfeiçoar os objetivos dos recursos disponíveis na Instituição;

h) subsidiar a inovação didático-pedagógica e consolidar o processo de mudança organizacional;

i) estabelecer programas de Desenvolvimento Organizacional, através do aperfeiçoamento dos docentes;

j) incentivar e estimular o intercâmbio e cooperação entre unidades administrativas e acadêmicas;

k) fazer com que a circulação de informação seja objetiva, direta e eficiente;

l) estabelecer compromissos com a comunidade acadêmica, explicitando as metas dos projetos pedagógicos e possibilitando a revisão das ações acadêmicas;

m) analisar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas e gestão, contribuindo para a formulação de projetos institucionais legítimos e relevantes.

É nessa perspectiva que o projeto de Avaliação Institucional e de Curso do UniAtenas planeja uma série de avaliações internas, análises de outras avaliações externas e também a verificação de vários documentos para que de forma segura e eficaz, subsidie a tomada de decisões.

A gestão do curso em particular é realizada, considerando a autoavaliação institucional, o resultado das avaliações externas e inúmeras outras práticas avaliativas

que são descritas e servem como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento, organização e controle do curso e acontece com ampla divulgação e conhecimento por parte da comunidade acadêmica.

O coordenador de curso lidera o processo de gestão considerando um diagnóstico amplo, estruturado por meio da ferramenta administrativa chamada Análise SWOT ou Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Esta ferramenta permite uma visão ampliada para análise de cenário, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico do curso. Os cenários se dividem em:

a) ambiente interno (Forças e Fraquezas): as forças e fraquezas são determinadas pela situação atual do curso e são particularmente importantes para que se rentabilize o que tem de potencialidade e minimize, através da aplicação de um plano de melhoria, o que tem de fragilidades;

b) ambiente externo (Oportunidades e Ameaças): as oportunidades e ameaças são antecipações do futuro e estão relacionadas a fatores externos, que permitem a identificação de aspectos que podem constituir constrangimentos (ameaças) à implementação de determinadas estratégias, e de outros que podem constituir-se como apoios (oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para o curso.

A análise situacional compreende o diagnóstico da realidade que é objeto da intervenção pretendida. Visa identificar os principais problemas relativos ao curso, permitindo, assim, a definição de prioridades, meta a alcançar e ações a serem desenvolvidas.

Para identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças é utilizado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições (avaliação externa de credenciamento e credenciamento institucional e autoavaliação institucional), a avaliação de cursos (avaliação externa de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos) e a avaliação do desempenho dos estudantes (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)).

Nesta fase é importante um diagnóstico preciso que revele a situação da instituição e do curso, o que é feito através das ferramentas de aferição para montagem da matriz FOFA:

a) Avaliação Institucional de credenciamento e credenciamento da IES: realizada por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independe de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busca integrar suas naturezas formativas e de regulação numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões

da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Como resultado desta avaliação tem-se um conceito institucional de 1 a 5 e um relatório com as justificativas dos conceitos que constituem em fonte riquíssima de informações sobre as fragilidades e potencialidades da instituição;

b) Autoavaliação: coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), é orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que tem a missão de possibilitar que a IES conheça a opinião dos atores que nela atuam sobre as atividades acadêmicas desenvolvidas. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento. Para tanto, visando a um diagnóstico preciso, que revele a situação da instituição e dos cursos como um todo, são realizadas avaliações semestrais e anuais pela CPA, direcionadas ao corpo docente, coordenador de curso, corpo discente, setores da IES, pesquisa com egressos e outras. Os instrumentos de Avaliação, conforme exemplos abaixo, seguem a métrica 1 (um) insuficiente, 2 (dois) fraco, 3 (três) Bom, 4 (quatro) ótimo e 5 (cinco) excelente.

| AValiação DO COORDENADOR DE CURSO | | |
|--|--|---------------------------|
| Nº | Quesitos | Conceito 1 a 5 |
| 1 | Atendimento às demandas dos alunos com prestatividade, educação, respeito, ética e cordialidade. | |
| 2 | Relacionamento e interação com os alunos. | |
| 3 | Busca soluções para os problemas que lhes são apresentados. | |
| 4 | Desempenho do coordenador para a melhoria do curso. | |
| 5 | Nível de satisfação em relação ao coordenador do curso. | |

| AValiação DOS DOCENTES | | |
|-------------------------------|--|---------------------------|
| Nº | Quesitos | Conceito 1 a 5 |
| 1 | As aulas são dinâmicas e as estratégias de ensino são diversificadas. | |
| 2 | O professor aplica a metodologia ativa determinada pela IES. | |
| 3 | As formas de avaliação são claras e contemplam os conteúdos e metodologias trabalhadas. | |
| 4 | O professor é atualizado em relação ao núcleo formativo e domínio do conteúdo trabalhado. | |
| 5 | Discussão dos resultados das avaliações em forma de vista de prova. | |
| 6 | Relacionamento com o aluno (respeito e cordialidade). | |
| 7 | Cumprimento do conteúdo programático Plano de Ensino Profissional (PEP). | |
| 8 | Utilização da maior parte do tempo (90% ou mais) em tarefas diretamente relevantes ao aprendizado. | |
| 9 | As aulas proporcionam uma relação de integração com os colegas e o professor. | |
| 10 | O professor devolve a prova ao aluno. | |

| | | |
|----|--|--|
| 11 | Nível de satisfação das expectativas em relação às aulas do professor. | |
|----|--|--|

| AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA | | |
|--------------------------------|---|---------------------------|
| Nº | Quesitos | Conceito 1 a 5 |
| 1 | Horário de funcionamento adequado. | |
| 2 | Disponibilidade de livros em quantidade suficiente para o número de alunos matriculados. | |
| 3 | Qualidade, relevância acadêmico-científica do acervo de periódicos, base de dados específicos, jornais, revistas e multimídias. | |
| 4 | Oferece acomodações adequadas para estudo coletivo e individual. | |
| 5 | Oferece condições de tranquilidade e silêncio para estudo. | |
| 6 | Qualidade do atendimento (prestatividade, cordialidade, respeito, educação e ética). | |
| 7 | Agilidade e facilidade no processo de empréstimo e acesso ao acervo. | |
| 8 | Oferece condições necessárias para o acesso de pessoas com deficiências. | |
| 9 | O espaço físico possui condições adequadas que atendem as necessidades de seus usuários. | |
| 10 | Nível de satisfação em relação à biblioteca desta Instituição de Ensino Superior. | |

| AVALIAÇÃO EAD – CONTEÚDO | | |
|---------------------------------|---|---------------------------|
| Nº | Quesitos | Conceito 1 a 5 |
| 1 | O conteúdo é adequado ao tempo destinado ao núcleo formativo. | |
| 2 | Os conteúdos apresentados são atualizados. | |
| 3 | Há clareza na apresentação dos conteúdos. | |
| 4 | Qualidade e relevância da biblioteca virtual. | |
| 5 | Nível de satisfação em relação ao conteúdo. | |

| AVALIAÇÃO EAD – ATIVIDADES | | |
|-----------------------------------|--|---------------------------|
| Nº | Quesitos | Conceito 1 a 5 |
| 1 | Relevância das atividades em relação ao conteúdo. | |
| 2 | Clareza nas orientações para realização das atividades. | |
| 3 | Coerência entre o grau de dificuldade das atividades e os conteúdos. | |
| 4 | Nível de satisfação em relação às atividades. | |

| AVALIAÇÃO EAD – TUTOR | | |
|------------------------------|--|---------------------------|
| Nº | Quesitos | Conceito 1 a 5 |
| 1 | O tutor possui domínio do conteúdo. | |
| 2 | O tutor é ágil nas respostas para as perguntas apresentadas. | |
| 3 | O tutor relaciona-se bem com os alunos (respeito, ética e cordialidade). | |
| 4 | O tutor apoia os alunos na realização das atividades. | |
| 5 | O tutor estimula o diálogo e a reflexão crítica. | |
| 6 | Nível de satisfação em relação ao tutor. | |

| AUTOAVALIAÇÃO DOS DISCENTES | | |
|------------------------------------|---|---------------------------|
| Nº | Quesitos | Conceito 1 a 5 |
| 1 | Presença regular às aulas, sem atrasos. | |
| 2 | Participação ativa em todas as atividades propostas pelo professor ou pelo UniAtenas, dentro e fora da sala de aula. | |
| 3 | Não envolvimento com meios tecnológicos durante as aulas (celular, notebook, redes sociais), em momentos não autorizados. | |
| 4 | Envolvimento com as aulas de modo ativo e com as metodologias ativas utilizadas. | |
| 5 | Postura, respeito e atitudes éticas com os colegas, docentes e comunidade acadêmica da qual faz parte. | |
| 6 | Nível de satisfação com o processo de autoaprendizagem. | |

| AUTOAVALIAÇÃO DOS DOCENTES | | |
|-----------------------------------|--|---------------------------|
| Nº | Quesitos | Conceito 1 a 5 |
| 1 | Assiduidade, pontualidade e compromisso. | |
| 2 | Dinamicidade e diversidade das estratégias de ensino. | |
| 3 | Clareza nas avaliações e contemplação de conteúdos e metodologias trabalhadas. | |
| 4 | Atualização em relação ao núcleo formativo e domínio do conteúdo trabalhado. | |
| 5 | Cumprimento do conteúdo programático (Plano de Ensino Profissional). | |
| 6 | Integração com os acadêmicos nas aulas. | |
| 7 | Nível de satisfação das expectativas em relação às aulas ministradas. | |

Os dados e informações obtidos a partir dessa coleta são analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações que visam à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão dos cursos e da instituição.

Ademais, esse trabalho da CPA ainda visa à confecção de um relatório anual de autoavaliação que é postado anualmente. Sua confecção segue o roteiro expresso na nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 65. Ressalta-se que ele aborda, obrigatoriamente, as 10 (dez) dimensões constantes no art. 3º da Lei nº 10.861, agrupadas nos cinco eixos, conforme evidenciado a seguir:

Eixo 1 – Planejamento Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constitui o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

Nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 65.

c) Avaliação Externa de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos: a Lei do SINAES prevê que os cursos de graduação do país sejam avaliados, periodicamente, por comissões designadas pelo Inep. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Como resultado desta avaliação tem-se os conceitos de curso de 1 a 5 e um relatório com as justificativas dos conceitos que constituem em fonte riquíssima de informações sobre as fragilidades e potencialidades dos cursos.

d) o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação, gerando os seguintes relatórios:

- Relatório do Curso: desempenho do conjunto dos estudantes;
- Relatório da Instituição: visão do conjunto dos cursos da IES;
- Relatórios de Área: resultados dos cursos da área avaliados no País por tipo de instituição (Universidade, Centro Universitário ou Faculdade), organização acadêmica (pública ou privada), Unidade da Federação, região geográfica e país.
- Percepção de concluintes e coordenadores sobre a formação acadêmica ao longo da graduação;
- Provas e Gabaritos do ENADE.

e) Indicadores de qualidade emitidos pelo INEP:

- Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD): O IDD é um indicador de qualidade com conceito entre 1 a 5 que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no ENADE e no ENEM, como medida das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

- O Conceito Preliminar de Curso (CPC): é indicador de qualidade com conceito entre 1 a 5 que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do ENADE, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos –, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

- Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC): é um indicador de qualidade com conceito entre 1 a 5 que avalia as Instituições de Educação Superior. Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do ENADE.

f) reuniões com os discentes:

| Periodicidade | Modalidade | Participantes |
|----------------------|-------------------|--|
| Mensal | Coletiva | Representantes de Turma, Coordenador de Curso e Supervisor Pedagógico. |
| Semestral | Coletiva | Representantes de turma, Coordenador de curso, Supervisor Pedagógico, Coordenador da CPA e Administração da IES. |

g) reuniões com os docentes e tutores:

| Periodicidade | Modalidade | Participantes |
|----------------------|-------------------|--|
| Semanal | Individual | Docente, tutor, Coordenador de Curso e Supervisor Pedagógico |
| Por convocação | Grupos | Docente, tutor, Coordenador de Curso e Supervisor Pedagógico |

h) reuniões com coordenador e orientadores de estágio:

| Periodicidade | Modalidade | Participantes |
|----------------------|-------------------|--|
| Por convocação | Grupos | Coordenador de Curso e Coordenador e Orientador de Estágio |
| Por convocação | Grupos | Coordenador de Estágio e Coordenador e Orientador de Estágio |

i) reunião com os órgãos colegiados

| Periodicidade | Modalidade | Participantes |
|----------------------|-------------------|----------------------|
| Semestral | Coletiva | Membros do CONSUP |
| Semestral | Coletiva | Membros do CONSEP |
| Semestral | Coletiva | Membros do NDE |
| Semestral | Coletiva | Colegiado de Curso |

j) avaliações das aulas assistidas pela supervisão pedagógica;

k) atendimentos individuais a alunos, professores e técnico-administrativos;

l) visitas realizadas pela coordenação de cursos à biblioteca, laboratórios e cenários de estágios;

m) canais de comunicação: relatórios de não conformidade, Ouvidoria, Fale Conosco, Redes Sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp e outras);

n) dentre outros.

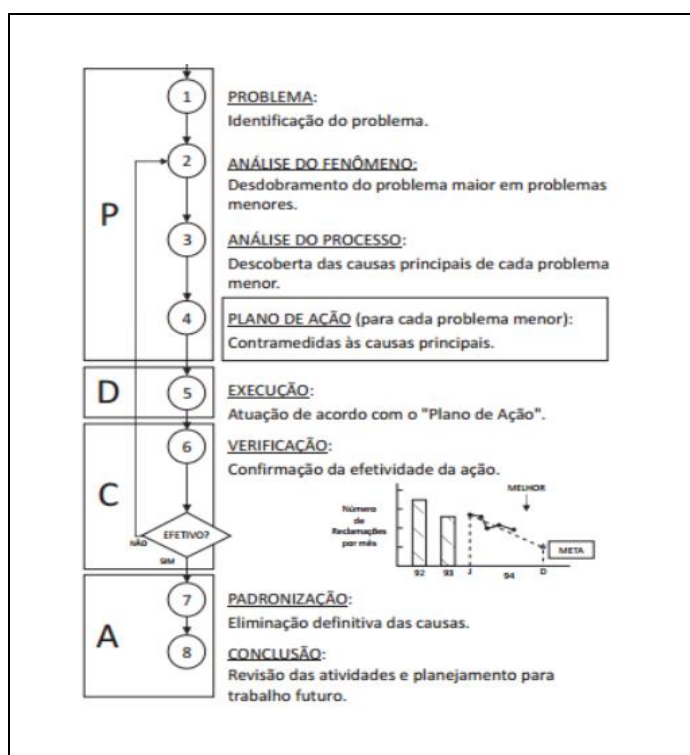
Ainda há espaço para discussões e reflexões com vistas a gestão da qualidade através de reuniões com os órgãos: Diretório Acadêmico (DA), Comissão de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI (COLAP), Comissão Permanente de

Supervisão e Acompanhamento do FIES (CPSA) e Comissão de Acompanhamento do Cred Atenas.

De posse dos dados oriundos do diagnóstico situacional, pró-reitores, assessores e coordenadores de curso, juntamente com sua equipe de trabalho, montam a matriz FOFA, identificando as fragilidades e potencialidades. O que está bom pode ser melhorado e o que estiver ruim precisa de melhoria, sendo que o método para analisar, resolver problemas e atingir metas de qualidade é o PDCA. Esse nome justifica-se por juntar as primeiras letras dos nomes em inglês das palavras que a compõe, sendo que o P, significa PLAN, de Planejar; o D, significa Do, de Executar; o C, significa *CHECK*, de Checar e o A, significa *Action*, de Agir.

Esse método ainda permite, além da resolução de problemas, criar, manter ou melhorar processos, através do desdobramento em procedimentos e estabelecimento de itens de controle ou medição para garantir a qualidade do serviço, como demonstra a figura abaixo.

Figura 2 – Método gerencial PDCA.



Fonte: CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia a dia.** 8.ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2004.

O trabalho no PDCA consiste na passagem pelas seguintes etapas:

a) PLAN: momento da identificação do problema, sua análise e proposição de um plano de ação através da ferramenta 5W2H, que pode ser assim resumida:

- What – O que será feito (etapas);

- Why – Por que será feito (justificativa);
- Where – Onde será feito (local);
- When – Quando será feito (tempo);
- Who – Por quem será feito (responsabilidade);
- How – Como será feito (método), e
- How much – Quanto custará fazer (custo).

b) DO: consiste na execução do plano de ação, conforme planejado;

c) CHECK: etapa em que o gestor avalia, através de itens de controle, se o plano de ação elaborado foi eficaz na solução do problema. Se a resposta for positiva, passa-se à etapa seguinte. Por outro lado, se o problema não foi resolvido, volta-se a primeira etapa, PLAN, para um novo planejamento e o estabelecimento de um novo plano de ação.

d) ACTION: momento de padronizar a ação realizada com sucesso, construindo um Procedimento Operacional Padrão (POP) e implantando itens de controle ou aferição para a garantia da qualidade.

Assim, entende que esse processo avaliativo permite o levantamento e sistematização de dados e informações que, certamente, contribuem para o processo de planejamento e gestão da instituição e dos cursos, objetivando o alcance da excelência acadêmica.

Desse modo, a gestão dos cursos, bem como de todo o UniAtenas tem pontos de articulação com a Avaliação Institucional, a Autoavaliação, a Avaliação de Cursos, o ENADE, indicadores do INEP, reuniões com a comunidade acadêmica e avaliações e procedimentos internos que resultam, sem dúvida, em insumos valiosíssimos para aprimoramento contínuo do planejamento e gestão.

Ademais, a adoção dessa gestão (democrática), que é uma atividade permanente, favorece o alcance dos objetivos institucionais, uma vez que os resultados contribuem para a melhoria nos processos de seleção de pessoal, prestação de serviços à comunidade acadêmica, subsidia a tomada de decisões e a melhoria da organização curricular, do funcionamento, da estrutura física e material, do quadro de pessoal, do sistema normativo e do processo de mudança organizacional na busca da excelência dos serviços, sejam acadêmicos ou administrativos, visando à construção de uma instituição justa e igualitária, socialmente comprometida e democrática.

4.12 ATIVIDADE DE TUTORIA

A atividade de tutoria é aquela realizada por profissional de nível superior vinculado à IES, que dá suporte às atividades dos docentes. Esse suporte tanto pode acontecer de forma presencial quanto na modalidade a distância.

A tutoria a distância visa mediar o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes. Para tanto, o UniAtenas disponibiliza tutores a distância que

tenham domínio do conteúdo específico dos núcleos formativos sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa e esclarecendo dúvidas em relação ao conteúdo específico.

Ademais, durante o desenvolvimento do núcleo formativo, o tutor a distância ainda tem como atribuições:

- a) orientar dúvidas de conteúdo;
- b) iniciar e mediar fóruns de discussão;
- c) corrigir as questões abertas das avaliações presenciais de acordo com o gabarito elaborado pelo docente e suas instruções;
- d) acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), de forma remota, para dinamizar a interação entre os alunos e otimizar a experiência de aprendizagem planejada.

O tutor a distância participa do processo de Autoavaliação Institucional avaliando, ao final da oferta de cada núcleo formativo mediado, o material didático e o procedimento a ser realizado na tutoria. Além disso, também é avaliado pelos estudantes e equipe pedagógica do curso, visando, sempre que necessário, ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras. Para tanto, os dados oriundos dessa avaliação compõem a matriz FOFA e alimentam o PDCA.

Por outro lado, cabe à tutoria presencial atender aos estudantes, orientar sobre o uso das tecnologias disponíveis, procedimentos de secretaria acadêmica, setor financeiro, acesso ao material bibliográfico, distribuição de material didático impresso, quando for o caso, e supervisionar e aplicar provas presenciais obrigatórias, exigindo de cada aluno, em todas as etapas, a identificação com documento de valor legal e foto atualizada.

O tutor presencial é responsável por garantir a presencialidade necessária em atividades de socialização que possibilitem ao aluno sentir-se ligado aos outros alunos e à administração, facilitando suas atividades de aprendizagem.

Cada núcleo formativo tem um encontro semanal. Neste caso, o tutor deve:

- a) orientar, através da prática, o estudante para a metodologia da educação a distância, enfatizando a necessidade de se adquirir autonomia de aprendizagem;
- b) familiarizar o estudante com o hábito da pesquisa bibliográfica (sugerida ou não no material didático), no sentido de aprofundamento e atualização dos conteúdos dos núcleos formativos;
- c) assistir o estudante, individualmente ou em grupo, visando orientá-lo para a construção de uma metodologia própria de estudo;
- d) participar da aplicação das avaliações presenciais, seguindo escala feita pelo Coordenador de polo sede, em número proporcional à carga horária total de cada tutor;
- e) emitir o relatório mensal de frequência dos alunos, a ser entregue ao coordenador de curso;

f) manter-se em comunicação permanente com o tutor à distância do núcleo formativo, bem como com o coordenador, informando-os sobre o andamento dos trabalhos.

O tutor presencial também participa do processo de Autoavaliação Institucional já que é avaliado pelos estudantes e equipe pedagógica do curso, visando constantes melhorias.

4.13 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

O corpo de tutores do curso de Direito do UniAtenas é selecionado de acordo com as orientações emanadas de seu Estatuto, prezando sempre pela qualificação profissional, para que o trabalho desenvolvido em suas funções seja executado com qualidade, visando à formação integral do discente.

Dessa forma, o processo seletivo leva em consideração a titulação na área do conhecimento da vaga disponível, bem como a averiguação de habilidades, atitudes e competências. De acordo com o projeto pedagógico do curso e analisando-se as atividades que devem ser desenvolvidas pelo tutor, principalmente as expostas no presente curso, o tutor do UniAtenas deve ser capacitado a:

- a) conhecer os fundamentos, estruturas, possibilidades e metodologia da educação a distância;
- b) participar de atividades de formação e promover estudos sobre educação a distância, com o intuito de manter-se constantemente atualizado;
- c) conhecer e operacionalizar o ambiente virtual de ensino e aprendizagem;
- d) conhecer e avaliar os materiais de estudo, possibilitando a melhoria destes;
- e) ter sensibilidade e comunicação efetiva para conhecer os alunos, entendendo as diferenças individuais como condicionantes do ritmo de aprendizagem;
- f) ser perceptivo e atuante para apontar falhas no sistema de tutoria;
- g) sugerir melhorias no sistema de educação a distância, seja por observação de falhas ou mediante críticas feitas pelos alunos;
- h) fomentar um sentimento de autorresponsabilidade, proporcionando a permanência do aluno no curso;
- i) detectar com antecedências as possíveis dificuldades e problemas de aprendizagem que poderão surgir, possibilitando a busca de soluções.

Uma vez selecionado, o tutor passa por processo de integração e capacitações internas complementares para que melhor possa desenvolver suas atividades, e assim colaborar para o êxito do processo de ensino-aprendizagem e permanência e êxito dos discentes na IES. Para tanto, conta com o indispensável apoio do Núcleo de Apoio

Psicopedagógico, Profissional e Acessibilidade (NAPP), que disponibiliza um supervisor pedagógico por curso, que tem como função assessorar e dar apoio didático-pedagógico para o exercício competente, criativo, interativo e crítico da tutoria.

Inclusive, as capacitações citadas podem ser derivadas do processo avaliativo, periodicamente realizado pela instituição, que revela as fragilidades e potencialidades do tutor, do corpo docente, da infraestrutura física e tecnológica, do curso e da IES. Esse processo avaliativo é feito por intermédio do corpo discente e os dados obtidos servem como insumos para CPA, Coordenações de curso, Ensino a Distância e Pró-Reitoria Acadêmica.

Ressalta-se que o corpo discente ainda conta com outros canais de comunicação para expor suas dúvidas, sugestões e/ou reclamações, tais como: ouvidoria, Fale Conosco, tutores, coordenação de curso e as próprias Pró-Reitorias, se for o caso.

4.14 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) é composta por recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como: ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais; fóruns eletrônicos; blogs; chats; portais educacionais; tecnologias de telefonia; TV; rádio; programas específicos de computadores e dispositivos móveis (softwares); objetos de aprendizagem; conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos.

Nesse viés, o UniAtenas institucionalizou recursos de TICs para o desenvolvimento de métodos e práticas de ensino aprendizagem inovadoras, visando criar uma cultura acadêmica que considere tais recursos como instrumentos otimizadores da aprendizagem individual e em grupo. A rede de sistemas de informação e comunicação funciona em nível acadêmico, administrativo e social, objetivando o pleno desenvolvimento institucional, proporcionando a todos os integrantes do sistema a dinamização do tempo.

As salas de aulas contam com suporte de modernos projetores, televisores e computadores e ainda rede *wireless* de internet para todo o campus e para uso de toda comunidade acadêmica, favorecendo a comunicação e o acesso à informação.

São disponibilizados aos alunos, modernos laboratórios de informática que contam com televisões e computadores acoplados, além da seguinte estrutura:

- a) Laboratório de informática 1 – 18 estações e respectivos computadores;
- b) Laboratório de informática 2 – 21 estações e respectivos computadores;
- c) Laboratório de informática 3 – 27 estações e respectivos computadores;
- d) Laboratório de informática 4 – 27 estações e respectivos computadores.

O aluno conta também com um laboratório itinerante que é composto por vários netbooks com as configurações Intel Aton, 2Gb de RAM, com armazenamento de 256 GB, com Sistema Operacional Windows e pacote Office 2013.). Os aparelhos são transportados até a sala de aula com agendamento prévio para facilitar a aplicação da metodologia ativa, pois servem como fontes de pesquisa.

Ademais, a IES fornece total assistência para o desenvolvimento de conteúdos educacionais e materiais didáticos por meio da utilização de recursos tecnológicos tais como: ambientes virtuais de aprendizagem, programas de indexação e busca de conteúdo, objetos educacionais e outros. É constante a mediação pedagógica, buscando abrir um caminho de diálogo permanente com as questões atuais, trocando experiências, debatendo dúvidas, apresentando perguntas orientadoras, orientando nas carências e dificuldades técnicas ou de conhecimento, propondo situações problemas e desafios, desencadeadores e incentivadores de reflexões, criando intercâmbio entre a aprendizagem e a sociedade real.

Também é oportunizado o relacionamento acadêmico do aluno com a instituição e o professor via *web* e também por dispositivos móveis. Para tanto, são criadas salas de aula, escritórios e salas de reunião virtuais que possibilitam uma maior abertura de possibilidades aos alunos, oferecendo novas abordagens de aprendizado em grupo, com o conceito de *web* conferência e plataformas de dados acadêmicos.

Todo esse processo é possível porque a IES, por meio de sua rede de computadores interna, opera com *backbones* de 10/100/1000 Mbps conectada via fibra óptica a internet, por link dedicado com velocidade de 600 Mbps e comunica com a comunidade acadêmica por meio de seus portais (Portal do Aluno e Portal do Professor), com software de Gestão da TOTVS, que disponibiliza o software eduCONNECT para dispositivos móveis, objetivando o acesso eletrônico aos dados acadêmicos e administrativos. O software da TOTVS, com conceito de ERP, permite o relacionamento acadêmico do aluno com a instituição e professor via *web* e *mobile*, para realização da renovação de matrícula, emissão de histórico, emissão de declarações, lançamento e consultas de notas e faltas, upload e download de materiais e apostilas dos professores, consulta financeira, segunda via de boleto, consulta ao acervo bibliográfico, empréstimo, renovação, reserva, dentre outras possibilidades. A TOTVS, ainda, oferece aos coordenadores de curso o suporte na tomada de decisões por meio de relatórios gerenciais, permitindo-lhe acompanhar a vida acadêmica de seus alunos da sua própria sala, facilitando, assim, todo o apoio a comunidade acadêmica e gestão do curso como um todo.

Todas essas ferramentas são utilizadas também, pelo corpo docente, para se relacionar com a instituição. Assim, é possível a realização de treinamentos, capacitações e reuniões à distância, troca de informações dinâmicas e até oferta de aulas e demais atividades presenciais remotas.

O software da D2L oferece a plataforma *Brightspace* que é um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no qual os professores envolvem os alunos de forma nova e estimulante, proporcionando um relacionamento mais eficaz, mantendo-os informados, envolvidos e colaborando uns com os outros. É oferecido, ainda, o *Microsoft Teams*, que é uma ferramenta de colaboração e comunicação que funciona como um *hub* digital entre professores, alunos e coordenação de curso, reunindo, em um só lugar, conversas, conteúdos e aplicativos.

Nesse viés, as tecnologias de informação são utilizadas pelos docentes, continuamente, nos processos de ensino aprendizagem visando o desenvolvimento dos núcleos formativos previstos no PPC, de modo a propiciar nos discentes o domínio e autonomia na utilização destes recursos, ficando claro o quão importante é o seu uso para que se tenha uma formação de qualidade, com profissionais capazes de aprender a aprender, desenvolvendo a habilidade de manusear os recursos tecnológicos existentes em favor de sua formação e atualização, bem como a sua competência para conceber ações em direção ao bem estar social.

A gestão administrativa e acadêmica conta com sistema de telefonia e rede de computadores em todas as salas, relatórios de não conformidades, sugestões, ouvidorias, relatórios de autoavaliação, reuniões pedagógicas com o corpo docente relatórios estatísticos mensais dos setores, dentre outros instrumentos.

A comunicação externa acontece, periodicamente, por meio de seminários, jornadas temáticas, *outdoors*, *folders*, jornais, revistas, site, redes sociais, emissoras de rádio da região, cursos de extensão e práticas de ações sociais através de atividades que envolvam a comunidade devido aos atendimentos que são realizados pelos acadêmicos da Instituição. Além disso, as TICs são úteis, ainda, para divulgação dos processos seletivos e quaisquer outros eventos.

Pensando no item ouvidoria, o UniAtenas tem total autonomia e independência, pois é o porta-voz da sociedade, dos docentes, discentes e pessoal administrativo em atos que mereçam elogios ou em irregularidades praticadas pelos alunos, professores, e funcionários desta Instituição de Ensino. Importante destacar que as ouvidorias são responsáveis pelo fortalecimento das relações com a comunidade acadêmica, pela transparência das ações e pela garantia da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela IES, pois constituem um canal confiável para que docentes, discentes, coordenadores e colaboradores possam se manifestar. Assim, os resultados gerados por estes serviços de ouvidoria são materializados por contribuições no Estatuto, no organograma, no Plano de Ensino Profissional (PEP), nos projetos pedagógicos, na política de contratação, nas campanhas de processos seletivos, nos serviços da biblioteca, na eficiência das metodologias de ensino, na eficiência dos recursos institucionais, nas políticas de negociação de mensalidades, dentre tantos outros resultados práticos.

Quanto à questão de acessibilidade atitudinal, pedagógica e de comunicação, a Instituição possui instalado em seus computadores softwares que facilitam o acadêmico em suas atividades: BR Braille, Dosvox, Easy Voice, NVDA, Dasher, Motrix, teclado virtual, teclado em braile e com fonte aumentada e fone de ouvido, atendendo, assim, questões ligadas à deficiência visual, motora e dificuldade de comunicação, pois assim tem-se acessibilidade digital e comunicacional e atendimento prioritário e diferenciado aos deficientes e pessoas com mobilidade reduzida.

As soluções tecnológicas inovadoras ficam por conta, dentre outros:

a) dos aplicativos utilizados para realização de chamada virtual, abertura de chamados para recebimento de apoio/suporte técnico; preenchimento dos questionários eletrônicos do processo de autoavaliação; acompanhamento de notas e comunicação direta com o corpo discente e docente por meio de aplicativos para dispositivos móveis;

b) do trabalho com computação nas Nuvens (*Cloud Computing*), onde a IES faz suas rotinas de backup e armazenamento em nuvem, garantindo a segurança das informações contidas no banco de dados;

c) o uso de aplicativo para assinatura digital das documentações da IES que obedecem às regras estipuladas pelo Ministério da Educação bem como do órgão certificador de assinatura digital ICP-Brasil, o que oferece maior celeridade nas assinaturas e redução de impressão de papel;

d) o desenvolvimento de software para atendimento via *WhatsApp Business*, onde um robô com inteligência artificial fará o atendimento em primeiro nível, tentando solucionar imediatamente alguns problemas de pouca criticidade.

4.15 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Com o objetivo de atender ao modelo pedagógico de Educação Híbrida, o UniAtenas utiliza a plataforma da D2L, que oferece o *Brightspace*, um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que permite ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos. É oferecido, ainda, o *Microsoft Teams*, que é uma ferramenta que funciona como um *hub* digital entre professores, alunos e coordenação de curso, reunindo, em um só lugar, conversas, conteúdos e aplicativos.

No AVA, que pode ser acessado por diferentes mídias, suportes e linguagens, mediante senha disponibilizada logo após a realização da matrícula, podem ser realizadas as seguintes atividades:

a) Atividades individuais a distância: a Educação Híbrida impõe ao aluno o hábito de investimento em estudos e registros individuais, ainda que apoiado por

ferramentas coletivas. Nesse sentido, é possível citar como exemplos das rotinas individuais:

- desenvolvimento de estudos sistemáticos dos conteúdos e preparação através de pesquisas para os trabalhos;
- momentos de estudos e resolução de atividades dissertativas e de múltipla escolha. Os alunos, com seus ritmos e temporalidades próprias, criam autonomia para execução das atividades desde que preservem o conteúdo e os prazos estabelecidos para o bom andamento do curso;
- materiais midiáticos, suportes tecnológicos e informatizados fazem parte de um conjunto de subsídios para auxiliar nesse processo de autonomia e automotivação para aprendizagem;

b) Atividades coletivas a distância: é a participação e colaboração nas atividades propostas dentro do AVA: responder, argumentar, contra-argumentar, pesquisar e intervir nos processos de troca coletiva, sendo estes comportamentos orientados aos alunos em busca do seu crescente envolvimento nas discussões e atividades;

c) Recursos: Para atingir os objetivos propostos, o UniAtenas disponibiliza os seguintes instrumentos/Mídias Web: material didático online; fóruns; exercícios de fixação; vídeos-aulas; biblioteca virtual; sala de aula virtual; mural; e-mail interno e cronograma do núcleo formativo.

Todos estes recursos digitais de comunicação, além de outros já citados anteriormente, possibilitam a cooperação e interação entre tutores, discentes e docentes, o que é indispensável para a harmonia e excelente condução das aulas, vez que permite a constante reflexão e revisão sobre o conteúdo dos núcleos formativos ministrados.

Importante destacar que o UniAtenas oferece a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional a todos os seus usuários. Neste sentido, e tratando de forma mais específica da acessibilidade metodológica, tem-se que:

a) para os alunos com deficiência auditiva são disponibilizados um *plug-in* que traduz o conteúdo da unidade de aprendizagem da Sagah para a linguagem de Libras. Além disso, todos os vídeos possuem legendas;

b) já para atender aos alunos com deficiência visual, são disponibilizadas Unidades de Aprendizagem da Sagah adaptadas para leitura através de *softwares* específicos, que também são ofertados pela IES. Ressalta-se, ainda, que todo o conteúdo é organizado de acordo com a Cartilha de Acessibilidade na Web - W3C Brasil, para permitir a navegação através do teclado.

Assim sendo, uma vez identificada a necessidade de materiais diferenciados, basta acionar a empresa responsável pela elaboração dos materiais (Grupo A) para que esta cadastre o aluno para receber a versão adaptada do conteúdo.

Diante de todo este contexto e da importância da plataforma para o processo de ensino aprendizagem dos cursos a distância é que o UniAtenas, primando pela qualidade dos serviços prestados, realiza, periodicamente, a autoavaliação também desse instrumento, de modo que a análise de seus resultados possa ser efetivamente utilizada em ações de melhoria contínua.

4.16 MATERIAL DIDÁTICO

Cada núcleo formativo previsto na matriz curricular conta com um conjunto de materiais instrucionais que auxiliam no processo de construção do conhecimento e na interação entre os envolvidos (supervisão pedagógica, docentes, tutores e discentes). Esses materiais instrucionais ou didáticos são fornecidos de duas maneiras: pelo “Grupo A” e pela equipe de professores conteudistas do grupo Atenas.

Todavia, todo o material produzido ou selecionado passa por uma vistoria do professor conteudista especializado na área, sob supervisão e validação da equipe multidisciplinar da Instituição.

Na elaboração ou seleção do material, a equipe do UniAtenas leva em consideração os objetivos do curso, a acessibilidade metodológica e instrumental, o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, a atualização da área e a adequação da bibliografia de modo que melhor possa ser explorada a sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica. O material desenvolvido contém, ainda, uma linguagem inclusiva e acessível para que todo e qualquer aluno possa dele usufruir.

Ressalta-se que todo esse processo é devidamente validado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de Curso e equipe multidisciplinar, sempre atentos à verificação do atendimento de cada uma daquelas exigências.

Neste sentido, cada núcleo formativo é dividido em Unidades de Aprendizagem (UA), de acordo com a carga horária prevista na matriz curricular. Cada Unidade de Aprendizagem é composta por conteúdos e atividades, criteriosamente selecionados, que viabilizam ao aluno um papel ativo no processo de construção do conhecimento. Neste sentido, compõe a trilha de aprendizagem do UniAtenas:

a) Videoaula: é uma ferramenta pedagógica importante, pois nela o aluno tem a possibilidade de visualizar o conteúdo em audiovisual, e de assisti-la mais vezes para fixar o conteúdo, pois estará tudo disponível, sem dificuldades. Sem contar que é possível pausar e fazer as anotações necessárias. Na videoaula usam-se vários tipos de tecnologia, recursos gráficos e design na produção do conteúdo ministrado.

b) Slides: tem como intuito destacar os pontos fundamentais do conteúdo, resumo do estudo e da aula; trabalha com frases curtas, facilmente compreendidas pelo discente; seguindo uma sequência lógica, pertinente ao conteúdo e sua videoaula.

c) Material Temático: parte em que deve ser disponibilizado o conteúdo teórico referente as unidades de aprendizagem/unidades didáticas planejadas, portanto deve ser completo para que o aluno use como pesquisa. Este conteúdo pode ser retirado de fontes, como bibliografias básicas e complementares do plano de ensino do núcleo formativo, desde que sejam livros de domínio público e da biblioteca virtual da IES. Também pode ser confeccionado pelo próprio professor, com as referidas citações e referências utilizadas no documento. Além de utilizar-se de periódicos on-line como a BIREME, EBSCOHOST, SCIELO, COMUT, IBICT e etc., e a curadoria, ou seja, a disponibilidade de links referentes a publicações já existentes na web para que estes sejam direcionados a página referendada.

d) Aprofundamento de estudos: Nele, contém materiais referentes aos temas que não estão ligados diretamente ao conteúdo e fonte das unidades de aprendizagem, mas são materiais temáticos que complementam o estudo. Podem ser utilizados: artigos científicos; links de vídeos, livros e materiais de fontes confiáveis.

e) Avaliações de Checagem: São avaliações que checam se os objetivos de aprendizagem para aquela determinada etapa foram concluídos. Podem ser de itens objetivos e discursivos e a quantidade de questões e as pontuações dependem do tipo de avaliação a ser elaborada de acordo com portaria de avaliação do EaD.

No que se refere ao material produzido pelo Grupo A, este é mais um recurso de suporte oferecido ao acadêmico e ao docente, com a trilha da Sagah, Solução Educacional inovadora, baseada em metodologias ativas de aprendizagem e conteúdos didáticos e interativos, cuja trilha é composta por:

a) Introdução: A introdução é um componente importante do trabalho. É a parte que apresenta ao aluno o conteúdo a ser estudado. Neste momento se busca despertar a curiosidade e a vontade de conhecer melhor o assunto que será abordado;

b) Objetivos de aprendizagem: Os objetivos consideram o que se espera da aprendizagem do aluno, ou seja, que fim se quer atingir ao término da unidade. Os objetivos norteiam as atividades desenvolvidas. Desta maneira devem ser precisos, passíveis de observação e mensuração. A elaboração de tais objetivos deve:

- delimitar a tarefa, eliminar a ambiguidade e facilitar a interpretação;
- assegurar a possibilidade de medição, de modo que a qualidade e a efetividade da experiência de aprendizado possam ser determinadas;
- permitir que o professor, tutor e os alunos distingam entre as diferentes variedades ou classes de comportamentos, possibilitando, então, que eles decidam qual estratégia de aprendizagem têm maiores chances de sucesso; e
- fornecer um sumário completo e sucinto do curso, que pode servir como estrutura conceitual ou "organizadores avançados" para o aprendizado;

c) Desafio de Aprendizagem: Desafiar é contextualizar a aprendizagem por meio de atividades que abordem conflitos reais, criando significado para o conhecimento adquirido. O objetivo do desafio não é encontrar a resposta pronta no texto, e sim provocar e instigar o aluno para que ele se sinta motivado a realizá-la. Busca-se, nesta atividade, elaborar uma situação real e formular um problema a ser resolvido, isto é, proporcionar ao aluno uma análise para se resolver uma questão específica.

Este desafio exige do aluno a entrega de algum resultado: um artigo, um projeto, um relatório, dentre outros, ou seja, algum arquivo que comprove a realização da atividade e que sirva para avaliar o seu desempenho. O resultado da atividade é entregue no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Os seguintes itens constam no desafio:

- descrição do desafio: descrição detalhada da atividade a ser realizada;
- orientação de resposta do aluno: explicação do que o aluno deve entregar como resultado do desafio;
- padrão de resposta esperado: modelo padrão de resposta a ser entregue pelo aluno e que sirva de orientação para a correção da atividade;

d) Infográfico: É uma síntese gráfica, com o objetivo de orientar o aluno sobre os conteúdos disponibilizados no material. São elementos informativos que misturam textos e ilustrações para que possam transmitir visualmente uma informação;

e) Conteúdo do livro: Cada unidade de aprendizagem é composta por um trecho do livro selecionado. Esses trechos são produzidos em flipbook e disponibilizados aos alunos por intermédio de um link que o direciona para o material;

f) Dica do professor: A dica do professor é um vídeo que tem como conteúdo a unidade de aprendizagem. A dica do professor tem por objetivo aproximar ainda mais o aluno da unidade e do professor, apesar de fisicamente distantes. Este material é feito através de um vídeo, no qual o professor usa linguagem simples e inclusiva ao explicar algum assunto que norteie a unidade;

g) Exercícios: São atividades objetivas que destacam os pontos principais do conteúdo e que reforçam e revisam, de forma objetiva, os conteúdos e as teorias trabalhadas na unidade de aprendizagem. São apresentados cinco exercícios de fixação. Cada exercício é apresentado e, após a resolução pelo aluno, a resposta correta é assinalada. Todas as opções de respostas possuem feedback;

h) Na Prática: É a aplicação e contextualização do conteúdo. Um meio de demonstrar a teoria na prática. São destacados e sistematizados os principais conceitos desenvolvidos na unidade de aprendizagem, relacionando e exemplificando o conteúdo de forma concreta;

i) Saiba Mais: Neste espaço, são indicadas leituras para pesquisa complementar e acesso à outras fontes de consulta.

No que se refere ao **material impresso**, a plataforma possibilita a impressão de todo o material disponibilizado virtualmente, com configuração adequada, caso seja da necessidade particular do discente.

4.17 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação configura-se uma das práticas mais importantes do trabalho pedagógico, no contexto de mudança em que se encontra a educação contemporânea, ganhando cada vez mais ênfase, fomentando o debate em torno das concepções de currículo e de ensino-aprendizagem. As transformações da avaliação educacional têm trazido contribuições para o trabalho educativo, na medida em que esta objetiva contribuir com o ensino-aprendizagem.

A avaliação compreende um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar cada educador e cada educando na busca e na construção de si mesmo, do ensino e da aprendizagem. Não é mais permitido que a avaliação seja um instrumento de tirania da prática pedagógica, um instrumento de ameaça, uma exclusão que o aluno é submetido.

O ato de avaliar deve estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, um recurso que é utilizado para verificar não o que o aluno não sabe, e sim o conhecimento que ele foi capaz de construir. Luckesi (1986, p. 48) afirma que: "O ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico, e um diagnóstico sem uma decisão é um processo abortado". Desse modo, busca-se avaliar a aprendizagem que envolve o desenvolvimento, a socialização, a construção do sujeito, num processo global de formação.

Para tanto, é imprescindível que o docente tenha em mente o que se propôs a ensinar. E ainda, quais competências e habilidades quer desenvolver, investigar os conhecimentos dos discentes, utilizar diferentes instrumentos de avaliação, redirecionar seu trabalho a partir dos levantamentos de dados obtidos sobre seus alunos, e deixar isso claro para eles. E acima de tudo, não considerar o produto final apenas, mas ver a avaliação como um processo de aprendizagem contínuo e cumulativo.

Assim, o acompanhamento e a avaliação, para atingir sua finalidade educativa, que é dentre outras, o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, visando sua natureza formativa, devem ser coerentes com os princípios psicopedagógicos e sociais do processo de ensino-aprendizagem adotados pelo UniAtenas, devendo:

a) constituir-se em processo contínuo e sistemático, de natureza diagnóstica, formativa, que possa realimentar permanentemente o processo educativo em seus objetivos, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino;

b) utilizar-se de procedimentos, estratégias e instrumentos diferenciados, articulados de forma coerente com a natureza do núcleo formativo e domínios de aprendizagem desenvolvidos no processo de ensino;

c) manter coerência entre o contexto educacional, o perfil do egresso, as propostas curriculares, o plano de ensino e o próprio processo de avaliação do desempenho do aluno;

d) constituir-se em referencial de análise do rendimento do aluno, do desempenho do núcleo formativo e do curso, possibilitando intervenção pedagógico-administrativa em diferentes níveis.

O processo contínuo de avaliação de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes é alicerçado sobre dois eixos avaliativos:

a) avaliação quantitativa, trabalhando os critérios da avaliação por competências técnicas e científicas. Nessa avaliação o aluno é convidado a demonstrar-se, em número de acertos, contra um critério padrão arbitrário e geral;

b) avaliação qualitativa, trabalhando três critérios:

- Avaliação potencial: o aluno é avaliado em relação ao seu potencial realizável;

- Avaliação aberta: o aluno é avaliado por um conjunto de vários critérios integrantes múltiplos;

- Avaliação da avaliação: é oferecido ao aluno um espaço crítico para avaliar seu próprio desenvolvimento.

O processo avaliativo dos cursos de graduação em EAD do UniAtenas acontece através de ferramentas síncronas e assíncronas e está pautado em um caráter processual, dinâmico, co-participativo e integrado ao processo de ensino e aprendizagem, abordando aspectos cognitivos (saber), habilidades e destrezas (fazer) e atitudinais (ser).

A verificação dos desempenhos, parte visível da competência, estabelece-se em:

a) Avaliação Formativa;

b) Avaliação Somativa.

A Avaliação Formativa é entendida como prática de avaliação contínua, portanto com uma relação cíclica e reflexiva de análise do dia a dia do caminhar do ensino aprendizagem do aluno, sendo intrinsecamente interligada à ação docente. Nela, o aluno vai reestruturando o seu conhecimento por meio das atividades que executa. Sua finalidade é reconhecer onde e em que o aluno sente dificuldade e procurar informá-lo.

Para o bom desenvolvimento da avaliação formativa é necessário haver uma seleção criteriosa de tarefas, a qual promova a interação, a relação e a mobilização inteligente de diversos tipos de saberes e que, por isso, possuam elevado valor educativo e formativo (PERRENOUD, 1999).

Segundo Fernandes (2005), o papel do professor, nesse tipo de avaliação, é o de contribuir para o desenvolvimento das competências dos alunos, bem como suas competências de autoavaliação e de autocontrole. Uma avaliação, que traz essas

características contribui para que o aluno construa suas aprendizagens. O autor ainda esclarece que um instrumento importante e que não pode deixar de estar presente em uma avaliação formativa é a autoavaliação, através da qual os alunos passam a ser autores de sua própria aprendizagem, demonstrando iniciativa e autonomia.

A avaliação formativa exige muito envolvimento por parte do professor e uma disponibilidade de tempo, que vai além do dispensado no momento das aulas. Para isso é fundamental planejar, diariamente, as atividades que serão desenvolvidas pelos alunos e elaborar estratégias individualizadas.

Para alcançar a finalidade da avaliação formativa é necessário que professores, e alunos assumam responsabilidades específicas no processo avaliativo, que segundo Perrenoud (1999) demanda uma relação de confiança. Nesse processo, o professor possui um papel preponderante no que tange à organização dos processos e à distribuição do *feedback*. Já os alunos devem ter uma atuação efetiva nos processos, que se referem à autorregulação das suas aprendizagens.

Alguns dos tipos de instrumentos que podem fazer parte do processo de avaliação dos cursos de graduação são debates em fóruns e/ou *chats*, problematização, portfólio acadêmico, estudo dirigido, análise crítica de material científico, dentre outras.

No que se refere a avaliação somativa, é utilizada ao final de uma etapa de aprendizagem, seja esta etapa curta (semanalmente) ou longa (mês) com objetivo de avaliar o resultado da aprendizagem, observando que:

a) a avaliação somativa apresenta característica informativa e verificadora das competências e habilidades desenvolvidas ao final daquela etapa;

b) a avaliação somativa é classificada em 4 (quatro) modalidades:

- Avaliação de Progressão Geral;
- Avaliação de Checagem;
- Avaliação Optativa;
- Avaliação de Exame Especial.

Dessa forma o sistema de avaliação do UniAtenas é construído processualmente, tomando como base os resultados das avaliações que são realizadas nas etapas de implantação da proposta curricular.

A Avaliação de Progressão Geral objetiva avaliar, de maneira geral, o nível alcançado pelos alunos em relação ao seu processo de aprendizagem. Ela sintetiza as aprendizagens dos alunos tendo por base critérios gerais, usando itens discursivos e objetivos.

As Avaliações de Checagem são avaliações que checam se os objetivos de aprendizagem para aquela determinada etapa foram concluídos, sendo que:

- a) as avaliações de checagem podem ser práticas ou em itens discursivos;

b) as avaliações de checagem no modelo prático devem obedecer a critérios pré-estabelecidos pelo professor, definidos de acordo com a competência e/ou habilidades que devem ser checadas naquele momento, podendo ser usadas rubricas avaliativas definidas para cada avaliação prática.

4.17.1 DA ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES ESCRITAS

A IES conta com um setor inovador, nomeado de setor de provas. Esse setor é responsável pela sistematização do processo das avaliações cognitivas. Um ambiente restrito, o qual fica o revisor linguístico, que é o responsável por toda revisão linguística dos documentos da IES, assim como a revisão das avaliações escritas.

O processo de análise das avaliações escritas começa desde que o setor de provas entrega um pen-drive para cada professor para que este coloque o arquivo digital da avaliação e faça uma cópia física que deve ser assinada e entregue ao coordenador do curso. De posse da avaliação, o coordenador faz a análise técnica, passa para o supervisor pedagógico responsável pelo curso, que faz a análise pedagógica, ou seja, se a avaliação está contextualizada, se está na proposta do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo do discente. O setor de provas faz a revisão linguística e a avaliação é repassada para o coordenador e o professor validarem as possíveis alterações antes da aplicação. Ao voltar o arquivo para o setor de provas, este irá zelar pela padronização da formatação e impressão quando avaliação física, ou alimentação no portal, quando digital.

4.17.2 DA VISTA DE PROVAS

O professor, após a correção das avaliações, realiza oralmente a análise de questão por questão junto aos alunos, em um processo de *feedback* e reforço das habilidades e competências a serem alcançadas.

O resultado geral das avaliações ainda é discutido e analisado em reunião pedagógica com o professor, coordenador de curso, supervisor pedagógico e orientador pedagógico para que possam traçar estratégias cada vez mais individualizadas para melhoria do processo de ensino aprendizagem.

4.17.3 APROVAÇÃO DO DISCENTE POR NÚCLEO FORMATIVO

O cálculo da nota final do processo avaliativo do núcleo formativo é obtido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Nota Final = (Avaliação de Progressão I) + (Avaliação de Progressão II) + (Avaliações de Checagem Presenciais e on-line) + (Avaliação Formativa).

Considera-se aprovado, o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

As Avaliações Optativas são a segunda versão das modalidades das avaliações somativas (Avaliação de Progressão Geral e das Avaliações de Checagem), cujo objetivo é dar ao aluno uma nova chance de realizar as avaliações que não foram realizadas nas datas determinadas.

As Avaliações Optativas de Checagem compreendem todas as competências e habilidades que foram trabalhadas naquela semana, e que estejam previstas no Plano de Ensino do núcleo formativo e, seu modelo é em itens discursivos e objetivos.

As Avaliações Optativas de Progressão Geral I e II acontecem ao final do semestre, após a realização da Avaliação de Progressão Geral II do segundo ciclo, conforme previsto no calendário oficial do UniAtenas, sendo seu resultado computado em substituição à nota relativa a(s) avaliação(ões) de progressão perdidas. Estas Avaliações compreendem todas as competências e habilidades que foram trabalhadas no ciclo avaliativo previsto no Plano de Ensino e seu modelo é em itens discursivos e objetivos.

A Avaliação de Exame Especial compreende as competências e habilidades que foram trabalhadas no decorrer do núcleo formativo. Para tanto, o Exame Especial será ofertado após o fechamento do núcleo formativo, para o aluno que tenha alcançado nota final entre 40 (quarenta) e 59,9 (cinquenta e nove vírgula nove) pontos e tenha cumprido o mínimo de frequência.

Na avaliação de Exame Especial a nota final é recalculada pela fórmula:

$$NF = \frac{CA + (EE \times 2)}{3}, \text{ em que}$$

- **NF** representa a nota final;
- **CA** é o resultado obtido na disciplina/núcleo formativo antes da recuperação;
- **EE** representa a nota do exame especial.

Será aprovado no núcleo formativo o aluno que tenha NF igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

Será promovido ao **eixo profissional** seguinte o aluno aprovado em todos os núcleos formativos cursados no período letivo. Admite-se, ainda, a promoção com dependência (s), sem limite de quantidade, que deverá (ão) ser cursada (s) posteriormente, observadas as situações de existência de pré-requisitos previstos nas matrizes curriculares ou em Regulamento de Estágio/Internato próprios de cada curso de graduação.

Ressalta-se que todo o procedimento ora narrado está sistematizado na IES, sendo disponibilizado e esclarecido aos acadêmicos por várias formas, como por exemplo, no início do curso, através das atividades de acolhimento, no PPC e Manual do Aluno, acessíveis nas diversas plataformas digitais institucionais.

PARTE V – CORPO DOCENTE

5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

5.1.1 COMPOSIÇÃO DO NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito do UniAtenas foi concebido em conformidade com a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, com o objetivo de acompanhar, analisar e atuar em todo processo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Esse Núcleo é constituído de 5 (cinco) docentes e mais o coordenador de curso, que atuam em regime de tempo integral ou parcial, sendo que pelo 33,3% é em tempo integral e, 100% possuem titulação *stricto sensu* devidamente reconhecida pela CAPES/MEC.

A escolha dos representantes docentes foi feita pelo colegiado de curso para um mandato de 4 (quatro) anos, com possibilidade de recondução. Inclusive, o UniAtenas criou Portaria determinando que, pelo menos parte dos membros eleitos para o primeiro NDE permaneçam na Instituição até o ato regulatório seguinte (reconhecimento). Assim, visando essa permanência, a IES oferece a todo o corpo docente, inclusive membros do NDE, os seguintes benefícios:

a) Programa de Qualificação, que fornece auxílio financeiro através de Ajuda de Custo para participação em congressos, eventos científicos, técnicos, tecnológicos, artísticos, culturais e/ou em cursos de desenvolvimento pessoal; Bolsas-Auxílio para a participação em cursos de pós-graduação de vários níveis; e de custeio de Programas de Treinamento específicos para grupo de professores;

b) Plano de Carreira, que regulamenta os procedimentos operacionais e disciplinares da política do pessoal docente em exercício na Instituição;

c) Políticas voltadas à Organização e Publicação de Revista Acadêmico-Científica.

Além destes, ainda é possível ressaltar a excelência da infraestrutura física, a realização de todos os pagamentos em dia e um excelente clima organizacional.

O NDE tem como atribuições, desde a sua constituição:

a) elaborar, atualizar e pronunciar-se sobre o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos e realizando estudos e atualização periódica;

b) verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisar a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho;

c) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

d) pronunciar-se sobre programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da instituição, necessidades do curso, exigências do mercado de trabalho e afinados às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e normas estatutárias internas ou externas;

e) zelar pelo cumprimento da legislação vigente aplicável ao curso;

f) pronunciar-se quanto à organização didático-pedagógica dos Planos de Ensino Profissionais (PEP), elaboração e/ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino, de avaliação e a bibliografia;

g) apreciar e contribuir com a programação acadêmica que estimule a concepção e prática intradisciplinar e atividades do curso;

h) analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em núcleos formativos com vistas aos pronunciamentos pedagógico-didático, acadêmico e administrativo;

i) inteirar-se da concepção de processos e resultados de avaliação institucional, padrões de qualidade para avaliação de cursos, avaliação de cursos e de desempenho e rendimento acadêmico dos alunos no curso, observando-se os procedimentos acadêmicos, analisando e propondo normas para as diversas atividades acadêmicas a serem encaminhadas ao CONSEP;

j) analisar a compatibilidade entre a quantidade de livros da bibliografia básica e complementar com o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

O NDE se reúne, ordinariamente, pelo menos, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo coordenador ou a requerimento de 2/3 dos membros que o constituem. Suas reuniões são registradas através de atas.

O NDE tem caráter de instância autônoma, colegiada e interdisciplinar, possuindo atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, acompanhamento, atualização e consolidação do PPC de Direito.

Para maior eficácia do seu trabalho, interage com o corpo discente, docente. Com os discentes, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem intercâmbio com o órgão de representação estudantil, diretório acadêmico, através do seu presidente, por meio de reuniões. Ainda em relação à integração com os acadêmicos, o NDE convoca pelo menos uma reunião semestral com os alunos representantes das turmas do curso de Direito.

Ainda, como parte integrante do colegiado do curso de Direito, o NDE participa das reuniões deste colegiado, que acontecem, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

Outro aspecto importante é que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) alimenta o NDE de informações e dados coletados para conhecimento das fragilidades e potencialidades apontadas pelos atores durante o processo avaliativo. Assim, usando do método do PDCA pode buscar a constante adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

5.1.2 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DO NDE

O NDE do curso de Direito do UniAtenas conta com profissionais formados em diversas áreas do conhecimento e 100% deles possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, devidamente reconhecida pela CAPES/MEC, sendo os 6 (seis) mestres. **Ver...** Quadro a seguir.

QUADRO 1 – Quadro de professores e titulação do NDE

| Nº | Professor (a) | Titulação |
|----|-------------------------------------|-----------|
| 1 | Altair Gomes Caixeta | Mestre |
| 2 | Andressa Cristina de Souza Almeida | Mestra |
| 3 | Erika Tuyama | Mestra |
| 4 | Flávia Christiane Cruvinel Oliveira | Mestra |
| 5 | Rogério Mendes Fernandes | Mestre |
| 6 | Tiago Martins da Silva | Mestre |

Fonte: RH do UniAtenas, 2023.

5.1.3 REGIME DE TRABALHO DO NDE

Todos os membros do NDE do curso de Direito do UniAtenas atuam em regime de trabalho em tempo integral ou parcial.

5.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Tendo em vista a necessidade que se tem de oportunizar o contato dos discentes com a interdisciplinaridade e diferentes olhares sobre um mesmo objeto estudado, fazendo-o entender o saber como um todo, e não como partes ou fragmentações, os cursos de graduação do UniAtenas contam com uma equipe de trabalho multidisciplinar, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Essa equipe, de relevada importância para os cursos, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e de recursos educacionais para a educação a distância, bem como pelo suporte pedagógico e operacional no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atendendo aos alunos quanto às dúvidas no ambiente acadêmico, mediando fóruns, postando avisos, provas, questionários

e demais informações pertinentes, assim como trabalham em conjunto em diferentes fases da execução do núcleo formativo, quando for o caso, partindo da análise, planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação. Logo, a referida equipe, juntamente com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Profissional e Acessibilidade (NAPP), Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, NDE, Colegiado e Coordenador de Curso são os grandes responsáveis para que o curso alcance os seus objetivos e os alunos adquiram as competências e habilidades previstas no Projeto Pedagógico.

Diante de sua grande responsabilidade, a equipe multidisciplinar do Ensino a Distância do UniAtenas conta com um plano de ação que prevê atividades que favorecem a formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais da IES e também do Curso, sempre em parceria com a supervisão pedagógica, Colegiado e o NDE, o que possibilita a administração das possíveis fragilidades e potencialidade do corpo docente e de tutores do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Ressalta-se que para tanto utiliza-se do método do PDCA.

Conta, também, com documento que formaliza todo o processo de trabalho da equipe, devidamente aprovação pela Pró-Reitoria Acadêmica.

5.3 COORDENAÇÃO DO CURSO

5.3.1 COORDENADOR DO CURSO DE DIREITO

O curso de Direito do UniAtenas é coordenado pelo Professor Altair Gomes Caixeta.

5.3.2 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

A formação acadêmica do coordenador do curso de Direito do UniAtenas é:

- a) Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional:** Direito – Universidade Católica de Brasília (UCB) – Brasil – 2011;
- b) Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização:** Engenharia de Segurança de Trabalho – Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM) - Brasil – 2013;
- c) Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização:** Direito Empresarial – Faculdade Atenas - Brasil – 2008;
- d) Graduação:** Direito – Faculdade Atenas – Brasil – 2007;
- e) Graduação:** Agronomia – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Brasil – 1990;

f) Graduação: Licenciatura em Ciências Agrícolas – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Brasil – 1988.

5.3.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

O Coordenador exerce a função de principal gestor do curso, sendo que suas atribuições são:

a) assessorar a Pró-Reitoria Acadêmica na formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais da IES e do Curso;

b) gerenciar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico, em parceria com o colegiado de curso e o NDE, e propor sua revisão diante das necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento do curso no âmbito interno da instituição e no âmbito externo;

c) supervisionar a elaboração e a implantação de programas e planos de ensino buscando assegurar articulação, consistência e atualização do ementário e da programação didático-pedagógica, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e cronograma de trabalho;

d) gerenciar a execução da programação acadêmica do curso zelando pelo cumprimento das atividades propostas e dos programas e planos de ensino e respectiva duração e carga horária dos núcleos formativos;

e) acompanhar o desempenho docente e discente mediante análise de registros acadêmicos, da frequência, do aproveitamento dos alunos e de resultados das avaliações e de outros aspectos relacionados à vida acadêmica;

f) promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos, das práticas de atividades de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem;

g) elaborar e gerenciar a implantação de horários e a distribuição de núcleos formativos aos professores, obedecidas à qualificação e às diretrizes gerais do UniAtenas;

h) coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;

i) fazer cumprir as exigências necessárias para a integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a verificação de Histórico Escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;

j) adotar “ad referendum” em caso de urgência e no âmbito de sua competência, providências indispensáveis ao funcionamento do curso;

k) coordenar o processo de seleção de professores, para ministrar os núcleos formativos do curso;

l) exercer o poder disciplinar, no âmbito do curso;

m) emitir parecer conclusivo sobre os pedidos de aproveitamento de estudos realizados em Instituições Superiores de Ensino, legalmente constituídas;

n) articular-se com ações da CPA, com o setor acadêmico da Mantenedora e com os outros coordenadores de curso visando à melhoria contínua do curso e da Instituição;

o) elaborar e executar um plano de ação que preveja os indicadores do desempenho da coordenação;

p) planejar a administração do corpo docente do curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua do mesmo;

q) convocar e dirigir reuniões do respectivo colegiado responsável pela coordenação didática do curso;

r) garantir o bom relacionamento profissional e institucional com os docentes, e a comunidade em que o curso está inserido; e

s) cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações dos órgãos colegiados.

Inclusive, no que tange a estes órgãos colegiados, há que se ressaltar que o coordenador de curso é conselheiro efetivo do CONSEP, NDE e presidente do Colegiado de seu curso.

O relacionamento do coordenador de curso com os docentes, dentre inúmeros momentos, ocorre através da atuação efetiva no NDE, com o objetivo de acompanhar, analisar e atuar em todo processo de concepção, consolidação e atualização do PPC; por meio da sua presidência no Colegiado do Curso, nas reuniões pedagógicas semanais, nas capacitações pedagógicas, jornadas temáticas, seminários e diversos outros canais de comunicação e interação existentes no UniAtenas.

Ademais, o coordenador de curso ainda se relaciona com toda a equipe do estágio, mediante reuniões periódicas, visando ao bom andamento das atividades práticas.

O relacionamento também ocorre, ainda, com a equipe multidisciplinar do UniAtenas visando acompanhar de perto, todo o processo de concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais. Assim, periodicamente reuniões são realizadas visando a melhoria contínua do processo de ensino aprendizagem.

Ainda falando em relacionamento, precisa ser destacado aquele envolvendo o corpo discente, já que a gestão acadêmica dos cursos do UniAtenas realiza reuniões mensais com os representantes de cada turma, além de reuniões mensais com os representantes de todas as turmas do curso juntas. A interação acontece também nas mais diversas atividades acadêmicas como: acolhimento nos primeiros dias de aula, semana pedagógica, atendimentos individuais, seminários, jornadas temáticas, ouvidoria e outros tantos canais de comunicação disponibilizados pela IES.

Convém ressaltar que colabora para um bom desempenho do papel do coordenador do curso de Direito do UniAtenas, a presença de um pedagogo (supervisor pedagógico) exclusivo para o curso, bem como sua formação e experiência profissional do coordenador.

Ademais, visando uma gestão com qualidade satisfatória, pautada nos princípios adotados pela instituição, os coordenadores de cursos do UniAtenas adota um plano de ação que possui atividades e indicadores que favorecem a formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais do UniAtenas e também do Curso, sempre em parceria com a supervisão pedagógica, Colegiado, NDE e equipe multidisciplinar, o que possibilita a administração das possíveis fragilidades e potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Ressalta-se que, para tanto, utiliza o método do PDCA já citado anteriormente.

5.3.4 EXPERIÊNCIAS DO COORDENADOR DO CURSO

O coordenador do curso de Direito do UniAtenas conta com uma experiência profissional não acadêmica de 26 anos e está no exercício da docência no Ensino Superior a mais de 14 anos. Além disso, possui uma experiência na gestão acadêmica de mais de 06 anos.

5.3.5 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

Pensando no desempenho eficaz de uma coordenação de curso, o Regime de Trabalho do Coordenador do curso de Direito do UniAtenas é de Tempo Integral (TI) de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 4 (quatro) horas em sala de aula e as demais focadas para gestão e coordenação do curso. Esta disponibilidade de horas oportuniza uma relação estreita com o corpo discente e docente, assim como a representatividade nos colegiados de curso e no CONSEP, favorecendo dessa maneira a integração e melhoria do processo de forma contínua.

O coordenador de curso, no exercício de sua gestão, conta com um Plano de Ação (P.A.), que é uma ferramenta voltada para o planejamento e acompanhamento de suas atividades. Assim, neste Plano devem estar consolidadas todas as informações sobre o objetivo a ser buscado (excelência na gestão e na qualidade do processo ensino aprendizagem), detalhando, para tanto, todas as atividades necessárias para concretizá-lo, seja no quesito recursos físicos, monetários e humanos. É detalhado, ainda, para cada planejamento, todos os responsáveis por sua execução, bem como as datas para início e

conclusão das tarefas, além da prioridade para sua realização. Deste modo, faz parte do P.A. do coordenador ações como reuniões com o corpo docente, discente, colegiados e equipe multidisciplinar visitas aos cenários de prática, biblioteca, corredores, controle da evasão, acompanhamento do processo didático-pedagógico, atualização acerca da legislação que envolve o curso, dentre tantas outras, de modo que favoreça a integração e a melhoria contínua do curso de Direito do UniAtenas.

Ressalta-se que este processo de gestão do coordenador de curso é acompanhado, de perto, por superiores hierárquicos que, através de indicadores, verificam o seu desempenho. Para tanto, utilizam, dentre outras ferramentas, da avaliação do coordenador de Curso, realizada pela CPA e apresentada dentre os instrumentos citados no indicador "Gestão do Curso e os Processos de Avaliação interna e Externa", bem como dos princípios fundamentais nas Coordenadorias dos Cursos, previstos no PDI: legalidade; mercadológica; conhecimento científico da área do curso; organização educacional em que o curso estiver inserido e liderança.

5.4 CORPO DOCENTE DO CURSO DE DIREITO

5.4.1 TITULAÇÃO E ATUAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O curso de Direito do UniAtenas desenvolve um trabalho pedagógico de modo que seu egresso tenha uma sólida formação generalista, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Para tanto, e conforme orientações emanadas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a coordenação seleciona seu corpo docente de modo que eles atendam aos seguintes requisitos mínimos de qualificação:

- a) pós-graduação *lato sensu*;
- b) cinco anos de experiência acadêmica; e
- c) três anos de experiência profissional (não acadêmica).

Ressalta-se que esses requisitos serão exigidos porque "estudantes expostos a bons professores aprendem de 47% a 70% a mais do que aprenderiam em média em um ano escolar". É o que aponta o estudo Formação Continuada de Professores no Brasil, do Instituto Ayrton Senna e do *Boston Consulting Group*.

Neste sentido, um professor que tenha a titulação de mestre e/ou doutor, bem como experiência acadêmica e profissional tem muito mais condições de desenvolver um trabalho de qualidade, proporcionando uma formação integral do discente.

Assim, uma vez selecionado, o professor é convidado a analisar os componentes dos núcleos formativos que lecionará para que, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica, possa fomentar no discente o raciocínio crítico com base em literatura atualizada.

Ademais, o professor deve verificar, juntamente com o NDE, se as bibliografias propostas no Plano de Ensino profissional (PEP) oferecem conteúdos de pesquisa de ponta, capazes de alcançar os objetivos propostos para o núcleo formativo e se estes objetivos realmente estão de acordo com o perfil do egresso proposto pela instituição. Para tanto, o UniAtenas disponibiliza o acesso ao acervo de sua biblioteca, composto por:

- a) títulos indicados nas bibliografias básicas e complementares do curso;
- b) enciclopédias de áreas diversas e especializadas, dicionários, atlas, anuários, coleções especializadas, obras de difícil aquisição ou de edições esgotadas;
- c) base de dados de pesquisa *EBSCOhost*, que é uma forma eficiente de encontrar e acessar periódicos, revistas, jornais, livros e outras fontes;
- d) Biblioteca *on-line* do Grupo A;
- e) bases do IBICT como o Catálogo Coletivo Nacional (CCN) e o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT);
- f) periódicos online.

De acordo com a proposta de ensino adotada pelo UniAtenas, cabe ao professor um detalhado planejamento das ações a serem propostas, das questões a serem levantadas, das competências que se deseja desenvolver e inculcar todos estes fatores no aluno durante o decorrer das calorosas discussões. O que não significa que o professor esteja abdicado de suas responsabilidades de compartilhar conhecimento superior. Como mediador na aquisição dos saberes, o professor deve mostrar caminhos, oferecer oportunidades para que o aluno se sinta apto a transformar o saber adquirido em benefício da comunidade.

Além disso, o corpo docente deve ainda, pela formação, titulação e experiência que possui, incentivar a produção do conhecimento para além dos limites da sala de aula. Deste modo, deve estimular em seus alunos o hábito da iniciação a pesquisa, da extensão, dos grupos de estudos e principalmente a publicação dos resultados obtidos. Pode, para tanto, contar com o imprescindível apoio do setor de iniciação científica da IES e suas ações acadêmico-administrativas, tais como:

- a) programa de Iniciação Científica;
- b) criação de grupos de pesquisas por eixos temáticos transversais aos cursos de graduação ofertados;

- c) apoio a criação das ligas acadêmicas;
- d) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- e) revista Científica *On Line* para publicação das produções científicas no meio acadêmico.

Assim sendo, o quadro a seguir demonstra o corpo docente do curso de Direito do UniAtenas e sua titulação. Ressalta-se que 100% dos professores possuem pós-graduação *stricto sensu*, sendo 04 (23,5%) deles com doutorado e 13 (76,4%) com mestrado.

QUADRO 2 – Corpo docente e titulação do Curso de Direito

| Nº | Professor (a) | Titulação |
|----|------------------------------|-----------|
| 1 | Altair Gomes Caixeta | Mestre |
| 2 | Analice Ap. dos Santos | Mestra |
| 3 | Andressa C. de Souza Almeida | Mestra |
| 4 | Diogo Pereira Rosa | Mestre |
| 5 | Eleusa Spagnuolo Souza | Doutora |
| 6 | Erika Tuyama | Mestra |
| 7 | Flávia C. Cruvinel Oliveira | Mestra |
| 8 | Guilherme Venâncio Símaro | Doutor |
| 9 | Hellen C. Cardoso Soares | Mestra |
| 10 | José Querino Tavares Neto | Doutor |
| 11 | Marcos Spagnuolo Souza | Mestre |
| 12 | Mariana Rabelo Cunha | Mestre |
| 13 | Nilo Gonçalves dos S. Filho | Mestre |
| 14 | Renato Reis Silva | Mestre |
| 15 | Riva Sobrado De Freitas | Doutora |
| 16 | Rogério M. Fernandes | Mestre |
| 17 | Tiago Martins da Silva | Mestre |

Fonte: RH do UniAtenas, 2023.

5.4.2 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

Objetivando um ensino de qualidade para os discentes, o curso de Direito tem em seu quadro, docentes com regime de trabalho integral, parcial e horistas. Estes professores são contratados com o regime de trabalho necessário para suprir as demandas da IES e do curso.

Neste sentido, o docente tem estabelecido em seu contrato o período de dedicação à docência, estando disponível para as suas funções de sala de aula, orientações, reuniões colegiadas destinadas a melhoria do curso, reuniões com a coordenação de curso e supervisão pedagógica, reuniões de planejamento didático, assim como elaboração e correção de avaliações.

Ressalta-se que o regime de trabalho do docente em tempo integral corresponde a 40 horas semanais, sendo que destas serão reservadas pelo menos 50% da carga horária para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento, avaliação e atividades administrativas. Estes professores participam de reuniões colegiadas e também de reuniões com a coordenação e equipe multidisciplinar, discutindo propostas para melhoria contínua do curso.

Para o regime parcial, o professor é contratado com 12 (doze) ou mais horas semanais, sendo-lhe reservados 25% (vinte e cinco por cento) do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. Este professor participa das discussões sobre o curso através de reuniões de colegiado com seus pares e através de reuniões com a coordenação.

O professor horista é contratado pela instituição para ministrar aulas, elaborar e corrigir avaliações. Mesmo assim, participa do planejamento do curso através de reuniões colegiadas e reuniões com a coordenação do curso.

Importante salientar que cada um desses docentes tem uma ficha individual denominada "Ficha do Docente" que preconiza sua disponibilidade para o curso.

Ademais, eles realizarão reuniões semanais com a coordenação e supervisão pedagógica, de forma a aperfeiçoar constantemente a realização do planejamento de gestão para melhoria contínua do curso. Nessas reuniões são discutidos temas como planos de ensino, conteúdos programáticos, ementas, dificuldades dos discentes, avaliações, bibliografias utilizadas e demais demandas necessárias. Assim, estas informações, sempre que necessário, são processadas e tratadas pelo método do PDCA, visando o planejamento e gestão para melhoria contínua.

Dessa forma, o UniAtenas proporciona, aos acadêmicos, professores qualificados e capacitados para diferentes áreas do curso de graduação, com habilidades e competências para promover a formação do aluno, conforme o perfil do egresso desejado pela instituição.

5.4.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

Os docentes selecionados pelo UniAtenas devem possuir formação e titulação compatível com a função a ser exercida. Além disso, devem possuir experiência profissional, mínima de 3 (três) anos, no mundo do trabalho, o que permitirá apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes núcleos formativos em relação ao fazer profissional. Assim, são trazidos para a sala de aula problemas reais da vivência do profissional e do cotidiano social, o que incita o aluno quanto a busca de soluções para estes problemas através de pesquisas orientadas pelo docente.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a questão da integralização uma vez que no decorrer do curso, pelo próprio formato da sua estrutura curricular, os núcleos formativos são formados por unidades de aprendizagem advindas de diferentes áreas do conhecimento que se conversam a todo momento. Deste modo, o discente compreende a aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e constrói seu conhecimento contextualizando problemas práticos com teorias apresentadas nos diferentes núcleos formativos em relação ao fazer profissional. Para tanto, os professores promovem atividades que exigem dos alunos a habilidade de dialogar com as diversas ciências, fazendo entender o saber como um todo, e não como partes ou fragmentações, tal qual é exigido na vida prática profissional.

Ademais, visando a constante integração entre teoria e prática, a interdisciplinaridade ainda é observada quando, por exemplo, o professor, durante suas aulas, levar para o aluno aspectos da realidade profissional para que, após perpassar por todas as etapas da estratégia de ensino adotada, ele seja capaz de retornar para algum tipo de intervenção na mesma realidade da qual o problema foi observado, dentro do nível possível de atuação permitido pelas condições gerais de aprendizagem, de envolvimento e de compromisso social do grupo. Desta forma, o aluno vai incorporando, progressivamente, as competências previstas no PPC de acordo com o conteúdo abordado e sua profissão.

Neste sentido, a relação de teoria e prática é explorada durante todo o curso, e a experiência do docente no mercado de trabalho se torna um facilitador para que o aluno compreenda o que se estuda com o que se executará dentro da profissão. Essa relação ainda possibilita uma troca entre discente e docente, no sentido de que ao mesmo tempo que o professor busca material atualizado para que o aluno possa pesquisar e solucionar o problema exposto, o docente também se atualiza, através de estudos de ponta, podendo empregar estes novos conceitos em sua profissão externa.

Vale ressaltar que os docentes do UniAtenas são constantemente capacitados pela metodologia da instituição visando seu aprimoramento e qualificação na integração e interdisciplinaridade da estrutura curricular. Dessa forma, os núcleos formativos comunicam entre si, fazendo com que os docentes permaneçam juntos nos contextos educacionais levando ao discente a real e completa aplicabilidade prática em comparação com as novas necessidades do mundo do trabalho.

Nesse viés, a larga experiência profissional do corpo docente contribui, indiscutivelmente, para que eles apresentem exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, facilitando a compreensão do aluno no que tange à teoria-prática e interdisciplinaridade no contexto laboral. Assim, essa experiência é elemento imprescindível para aquisição das competências e habilidades necessárias previstas no PPC para à formação do bacharel em Direito.

5.4.4 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do curso de Direito do UniAtenas é composto por profissionais criteriosamente selecionados, conforme Regulamento de Admissão de Docentes, levando-se em conta a trajetória profissional, acadêmica e titulação adequada às áreas de atuação. Tal procedimento é exigido para que o corpo docente tenha condições de desenvolver, em seus alunos, um perfil crítico, reflexivo, humanístico e ético com a finalidade de formar profissionais generalistas que sejam capazes de desenvolver as competências e habilidades necessárias ao bom desempenho de sua vida profissional, pois pensar em educação sem pensar no profissional que nela atua de nada resolve.

Para tal, o educador, com toda a sua experiência, ao trabalhar com as metodologias ativas, passa a ser um maestro, um líder que facilita o desenvolvimento do pensamento do grupo, conduzindo-os a discussões bem-sucedidas, envolvendo-os através de um processo intelectual ativo e emocionalmente mais eficaz que o tradicional repasse de conteúdo. Assim, é o promotor das interações interpessoais, responsáveis por realizar as ações de aperfeiçoamento não só da didática, mas também da habilidade de fazer com que os educandos se sintam motivados e parte deste processo de ensino aprendizagem.

Para a execução destas ações, a IES conta com uma equipe de profissionais capacitados, com experiência na docência superior, capazes de promover situações que permitam identificar as dificuldades dos discentes, pois aplica métodos e metodologias que possibilitam situar o aluno no contexto da atuação profissional, desenvolvendo as técnicas aprendidas em consonância ao seu comprometimento com os valores de promoção das pessoas, sendo ainda capazes de expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma trabalhada a fim de evitar a não absorção de informações vitais para a sua evolução enquanto discente.

Neste contexto, o curso de Direito do UniAtenas conta com um corpo docente que possui determinadas características que delineiam o perfil do professor reflexivo: um profissional capaz de estimular o raciocínio do aluno, levando-o à reflexão, proporcionando-lhe um atendimento individualizado, considerando suas especificidades, bem como articulando a teoria ensinada com a prática a ser vivenciada. Espera-se, ainda, que o corpo docente seja capaz de envolver o aluno nas atividades propostas pela Instituição, bem como estimulá-lo a realizar a autoavaliação, como princípio diagnóstico e prepositivo e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem e da Instituição da qual faz parte.

Portanto, o professor, com espírito de liderança, deve conduzir o processo didático, bem como oferecer ao aluno um amplo conhecimento de forma a proporcionar-lhe instrumentos teóricos suficientes para a solução dos problemas, auxiliando-o a raciocinar e não apresentar somente o pensar linear. Para tanto, deve enriquecer o processo de

ensino aprendizagem com exemplos práticos e contextualizados com os conteúdos dos núcleos formativos, além de oferecer nivelamento, tutorias, e todo o apoio necessário a fim de sanar as dificuldades que o discente possa vir a apresentar.

Deve, ainda, com o apoio do NAPP e utilizando-se de sua liderança e conhecimento, elaborar atividades específicas que promovam a aprendizagem dos discentes, especialmente daqueles que possuem maiores dificuldades, além de elaborar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, como determina a IES, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente.

5.4.5 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O corpo docente do UniAtenas, seja para ministrar aulas nos cursos na modalidade presencial ou a distância, é composto por profissionais criteriosamente selecionados conforme seu manual de Admissão de Docentes, levando-se em conta a trajetória profissional, acadêmica e titulação adequada às áreas de atuação, visando formar profissionais com perfil generalista, crítico, reflexivo, humanístico e ético, capazes de desenvolver as competências e habilidades necessárias para o bom desempenho de sua vida profissional, pois pensar em educação sem pensar no profissional que nela atua, de nada resolve.

Para tal, o educador é o promotor das interações interpessoais responsáveis por realizar as ações de aperfeiçoamento não só da didática, mas também da habilidade de fazer com que os educandos se sintam motivados e parte deste processo de ensino aprendizagem.

Para a execução destas ações a IES conta com uma equipe de profissionais capacitados, com experiência na docência superior e na docência da educação a distância, capazes de promover situações que permitam identificar as dificuldades dos discentes, pois aplica métodos e metodologias que possibilitam situar o aluno no contexto da atuação profissional, desenvolvendo as técnicas aprendidas em consonância ao seu comprometimento com os valores de promoção das pessoas, sendo ainda capazes de expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma trabalhada a fim de evitar a não absorção de informações vitais para a sua evolução enquanto discente.

Neste contexto, o curso de Administração do UniAtenas conta um corpo docente que possui determinadas características que delineiam o perfil do professor reflexivo: um profissional capaz de estimular o raciocínio do aluno, levando-o à reflexão, proporcionando-lhe um atendimento individualizado, considerando suas especificidades, bem como articulando a teoria ensinada com a prática a ser vivenciada. Espera-se, ainda, que o corpo docente seja capaz de envolver o aluno nas atividades propostas pela Instituição, bem

como estimulá-lo a realizar a autoavaliação, como princípio diagnóstico e prepositivo e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem e da Instituição da qual faz parte.

Portanto, o professor, com espírito de liderança, deve conduzir o processo didático, bem como oferecer ao aluno um amplo conhecimento de forma a proporcionar-lhe instrumentos teóricos suficientes para a solução dos problemas, auxiliando-o a raciocinar e não apresentar somente o pensar linear. Para tanto, deve enriquecer o processo de ensino aprendizagem com exemplos práticos e contextualizados com os conteúdos dos núcleos formativos, além de oferecer nivelamento, tutorias, e todo o apoio necessário a fim de sanar as dificuldades que o discente possa vir a apresentar.

Deve, ainda, com o apoio do NAPP e utilizando-se de sua liderança e conhecimento, elaborar atividades específicas que promovam a aprendizagem dos discentes, especialmente daqueles que possuem maiores dificuldades, além de elaborar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, como determina a IES, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente.

5.5 TUTORES

O tutor é o profissional de nível superior, vinculado à IES, que atua na área de conhecimento de sua formação, dando suporte às atividades dos docentes. Esse suporte tanto pode se dar de forma presencial ou remota.

O tutor presencial é aquele que atende e orienta os estudantes acerca do uso das tecnologias disponíveis, procedimentos de secretaria acadêmica, setor financeiro, acesso ao material bibliográfico, distribuição de material didático impresso, quando é o caso, bem como supervisiona e aplica provas presenciais.

5.5.1 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O processo seletivo do corpo de tutores do UniAtenas leva em consideração um perfil profissional que possa agregar valores ao corpo discente. Por isso é observada a trajetória profissional, a acadêmica e a titulação adequada às áreas de atuação. Todo esse cuidado deve ser tomado porque o tutor é o representante direto da IES para com o aluno e assim, deve estar apto a fornecer o melhor resultado possível.

Nesse viés, precisa estar devidamente capacitado para fornecer todo o suporte necessário ao desenvolvimento adequado das atividades dos docentes, bem como estar disponível e comprometido com o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Além disso, precisa desenvolver um excelente relacionamento com os estudantes, o que facilita o processo de orientação, sugestão de atividades e leituras complementares que auxiliarão sua formação. Esse relacionamento reflete, inclusive, no incremento de

processos de ensino aprendizagem, já que por estar mais próximo dos alunos, mais rapidamente visualiza situações que merecem atenção, levando-as para o docente, coordenação de curso e, se necessário, a gestão da IES.

Importante ressaltar que a busca pela mediação ideal leva o UniAtenas a sempre oferecer capacitações para seus colaboradores. Assim, são oferecidos treinamentos que são compostos de duas partes: a primeira ensinando o tutor a manusear a plataforma D2L e a segunda correspondendo às funções que ele irá exercer.

Ademais, além deste treinamento, a instituição oferece também cursos sobre tutoria e sobre conteúdos relacionados à educação a distância.

5.5.2 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

Assim como o corpo docente, o corpo de tutores do UniAtenas é selecionado de acordo com as orientações emanadas do Estatuto da IES, visando, desta maneira, que o trabalho seja desenvolvido e executado com qualidade.

Para tanto, o UniAtenas contrata todos os seus tutores a distância com, no mínimo, graduação na área dos núcleos formativos pelos quais são responsáveis e que tenham domínio do conteúdo. Ademais, a IES busca que a maioria tenha titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu*, devidamente reconhecida pelo MEC.

5.5.3 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O processo seletivo do corpo docente e de tutores do UniAtenas leva em consideração um perfil profissional que possa agregar valores ao corpo discente. Por isso, observa-se, para ambos os casos, a trajetória profissional, acadêmica e titulação adequada às áreas de atuação. Todo esse cuidado é tomado porque o tutor, assim como o professor, é o promotor das interações interpessoais, responsáveis por realizar as ações de aperfeiçoamento, não só da didática, mas também da habilidade de fazer com que os educandos se sintam motivados e parte deste processo de ensino aprendizagem.

Neste viés, os tutores possuem experiência em educação a distância, o que facilita a identificação das dificuldades dos discentes, permitindo, mais rapidamente, que elas sejam sanadas através da aplicação de métodos e metodologias adequadas. Ademais, eles são constantemente capacitados para atuarem em educação a distância, estando, assim, preparados para exercer plenamente a função para a qual foram contratados.

Ademais, essa experiência ainda os torna capazes de melhor esclarecer o conteúdo mediado, já que permite o uso de linguagem aderente às características da turma trabalhada, enriquecendo o processo de ensino aprendizagem com exemplos práticos e contextualizados com os conteúdos dos núcleos formativos.

Pode o tutor, ainda, em colaboração com o docente, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, já que sua proximidade lhe permite essa condição.

Portanto, o curso de Nutrição do UniAtenas tem um corpo de tutores a distância experiente na Educação a Distância, possuindo algumas características bem delineadas: capacidade de estimular o raciocínio crítico do aluno, levando-o à reflexão. Além de proporcionar a ele um atendimento individualizado, considerando suas especificidades, bem como articulando a teoria ensinada com a prática a ser vivenciada.

5.6 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito do UniAtenas opta por uma gestão democrática e participativa. Nesse viés, oportuniza os diferentes segmentos acadêmicos a entenderem a importância da participação na gestão institucional.

O colegiado do curso de Direito por exemplo, é um órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, devendo ser constituído dos seguintes membros: coordenador de curso, todos os professores do Curso de Direito e um representante do corpo discente do curso, escolhido pelos seus pares, que deve estar regularmente matriculado, não estar em dependência e ter frequência e desempenho acima de 80% nos núcleos formativos cursados.

Esse Colegiado tem como dirigente o Coordenador de Curso e, em seu impedimento e/ou ausência, é designado um substituto dentre os professores do curso. Suas reuniões ocorrem, ordinariamente, uma vez por semestre, e extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem. A cada reunião, o supervisor pedagógico do curso elabora uma ata, na qual se registra todas as decisões discutidas pelo Colegiado. Assim, após a aprovação da mesma (da ata), é coletada assinatura de todos os participantes para, conforme fluxo determinado, ser encaminhada, através da coordenação do curso, para que a Assessoria e Pró-Reitoria Acadêmica do UniAtenas possam tomar conhecimento, bem como providências cabíveis para auxiliar, no que for necessário, o cumprimento de tais determinações. Ressalta-se que o coordenador do curso é o responsável, ainda, pelo acompanhamento da execução de todos os processos decisórios vinculados ao citado colegiado.

Conforme o Estatuto e Portaria do UniAtenas, são competências do Colegiado do Curso de Direito da IES:

a) pronunciar-se sobre o Projeto Pedagógico do Curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da Instituição e com as normas estatutárias;

b) pronunciar-se quanto à organização didático-pedagógica dos planos de ensino dos núcleos formativos, elaboração e/ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino, de avaliação e bibliografia;

c) apreciar a programação acadêmica que estimule a concepção e prática interdisciplinar e atividades de distintos cursos;

d) analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em núcleos formativos com vistas a pronunciamentos didático-pedagógicos, acadêmicos e administrativos;

e) inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional, padrões de qualidade para avaliação de cursos, avaliação de cursos e avaliação de desempenho e rendimento acadêmico dos Alunos no curso com vistas aos procedimentos acadêmicos;

f) analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP;

g) acompanhar e executar, em cada reunião, os processos demandados, além de realizar avaliações periódicas sobre seu desempenho, promovendo ajustes para integração e melhorias contínuas.

Vale ressaltar que o Colegiado do curso realiza avaliações periódicas sobre seu desempenho e sua atuação, para implementação ou ajustes necessários às práticas na gestão.

Portanto, o UniAtenas cumpre, rigorosamente, o seu Estatuto e, sempre que houver necessidade, o colegiado também se reúne extraordinariamente para discutir assuntos de urgência que dependam da sua aprovação ou ciência.

5.7 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES (PRESENCIAIS – QUANDO FOR O CASO – E A DISTÂNCIA), DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

A interação entre, docentes e coordenador do curso de Direito do UniAtenas acontece por intermédio de reuniões periódicas onde esses profissionais, juntamente com a supervisão pedagógica, tem a oportunidade de conversarem sobre o núcleo formativo que estão sob suas responsabilidades. Assim, podem trocar experiências, esclarecer dúvidas, enriquecer o material didático, tratar as fragilidades encontradas, planejar ações futuras, enfim, analisar e tratar questões relacionadas ao curso e, se for o caso, encaminhar para os setores competentes. Para essa mediação e articulação de atividades, podem ser realizados encontros presenciais ou ainda, via plataforma AVA.

Ainda, pode-se destacar a participação do tutor e do professor na reunião do colegiado do curso, envolvendo-se em todas as discussões, decisões e informações que são levantadas na reunião e pertinentes ao curso.

Destaca-se, também, o papel desses atores que trabalham em conjunto com demais envolvidos na equipe multidisciplinar. Essa equipe tem por responsabilidade a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e de recursos educacionais para o ensino a distância, bem como pelo suporte pedagógico e operacional no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

Ressalta-se que como professores, tutores, atividades e materiais didáticos são objetos de avaliação periódica pelos alunos do UniAtenas, essa reunião ainda é utilizada para identificação de possíveis fragilidades, mas, principalmente, para incremento na interação entre seus interlocutores, visando a melhoria contínua de suas atividades.

5.8 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA DO CORPO DOCENTE

Desde a Idade Média, até meados do século XX, a produção científica sempre funcionou como a mola propulsora para a transmissão de conhecimento e divulgação de instrumentos que revolucionaram a pesquisa científica.

É sabido ainda que a publicação é essencial para todos que fazem pesquisa, uma vez que os conhecimentos produzidos nestas atividades precisam ser difundidos para toda a comunidade interessada.

Neste sentido, o UniAtenas, além de prezar por seu corpo docente, valoriza a sua vida acadêmica favorecendo o desenvolvimento científico, cultural, artístico e/ou tecnológico dos seus professores e discentes. Para tanto, adota medidas de incentivo para a progressão de carreira, publicações científicas e divulgação de material acadêmico produzido.

No que tange as publicações, mantem revistas que tem por finalidade publicar os artigos e os trabalhos científicos elaborados por toda a comunidade acadêmica. A existência destas publicações é uma demonstração concreta da filosofia que o UniAtenas possui em aprimorar cada vez mais seu corpo docente discente, seja disponibilizando a eles meios de publicação para os seus trabalhos científicos, seja através do apoio que a instituição concede à contínua formação e pesquisa de seus membros, conforme descrito no Estatuto.

Há que se ressaltar que o UniAtenas apoia e facilita a produção científica, cultural, artística e/ou tecnológica de seu corpo docente. Prova disso são:

a) os programas de Qualificação Docente que tem por objetivo atendê-los em suas necessidades de reciclagem, aperfeiçoamento, capacitação profissional e formação continuada;

b) o Plano de Carreira Docente que prevê uma gratificação adicional sobre o seu valor pecuniário, mediante ascensão em um sistema de níveis de “referências” por sua Produção Científica e Intelectual que seja publicada pelos periódicos ou revistas da IES ou outros externos a ela, porém de interesse institucional, a critério da Reitoria;

c) o apoio técnico à produção acadêmica;

d) a disponibilização de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP);

e) a criação e manutenção das revistas acadêmico-científicas: Revista Jurídica, Revista Científica *On Line*, Revista de Medicina e Revistas Atenas HYGEIA;

f) apoio financeiro para a publicação da dissertação de mestrado ou tese de doutoramento.

PARTE VI – INFRAESTRUTURA

O UniAtenas, sediado à Rua Euridamas Avelino de Barros, nº 1.400, Bairro Prado, na cidade de Paracatu-MG, CEP: 38.602-002 conta com uma infraestrutura ampla, construída em blocos, com espaços padronizados, fiéis a identidade visual do Grupo Atenas. Destaca-se que esses espaços são claros, arejados, confortáveis, acessíveis e equipados com movelaria padronizada e inúmeros recursos tecnológicos.

6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os docentes em Tempo Integral (TI) e os membros do NDE do curso de Direito do UniAtenas possuem instalações adequadas para realização de seu trabalho. Para tanto, contam com um ambiente composto por uma recepção equipada quadro de avisos, mesa, cadeiras, telefone, computador, impressora, lixeira e gaveteiro; 32 (trinta e dois) gabinetes de trabalho individual para professores todos equipados com mesas, cadeiras, computadores, telefones, gaveteiros, armários e lixeiras; 01 (uma) sala de arquivo, 01 (um) sala de reuniões contendo mesa de vidro com cadeiras estofadas, televisor com computador mini PC, lixeira, cortina e 01 (uma) sala para a coordenação do Setor de Pesquisa e Iniciação Científica contendo mesa, cadeiras, armário, gaveteiro, computador e telefone. O espaço conta, ainda, com mobiliário para guardar materiais e equipamentos, inclusive pessoais, com total segurança.

Contam, ainda, com outras salas de reuniões disponíveis pelo Campus.

Ademais, os docentes, possuem um espaço de trabalho dotado de recursos de tecnologias da informação e comunicação, pois a IES coloca à sua disposição, uma

infraestrutura tecnológica diferenciada composta por: ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais; fóruns eletrônicos; blogs; chats; portais educacionais; tecnologias de telefonia; videoconferências; TV; programas específicos de computadores e dispositivos móveis (softwares); objetos de aprendizagem e a disponibilização de conteúdos em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos, voltados para o planejamento didático-pedagógico, que lhes possibilitam ter privacidade, tanto nas realizações daquelas ações, quanto no atendimento de discentes e orientandos.

Todos os espaços citados atendem eficiente e satisfatoriamente em relação ao espaço, ventilação, acessibilidade, conservação, conforto, iluminação e acústica apropriada aos seus fins e são limpos diariamente por uma equipe especializada, gerando locais com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

O coordenador do curso de Direito possui 01 (uma) sala equipada com mesa, cadeiras estofadas, notebook, armários, lixeira, identificação de ambientes, condicionador de ar e materiais diversificados para escritório. A sala oferece infraestrutura adequada para a realização das atividades acadêmico-administrativas, além de inteira privacidade para reuniões com docentes, discentes e demais pessoas, tanto em caráter individual quanto em grupo. Inclusive, se necessário, poderá utilizar as diversas salas de reuniões existentes no campus.

Ressalta-se que a IES coloca à disposição, também da coordenação de curso, uma infraestrutura tecnológica diferenciada composta por: ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais; fóruns eletrônicos; blogs; chats; portais educacionais; videoconferência; tecnologias de telefonia; programas específicos de computadores e dispositivos móveis (softwares); objetos de aprendizagem e a disponibilização de conteúdos em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos. Dentro dessa infraestrutura tecnológica disponibilizada, destacam-se os seguintes recursos diferenciados:

- a) Sala Virtual para a realização de reuniões administrativas e/ou acadêmicas, reduzindo a perda de tempo e facilitando as reuniões por videoconferência, pois independentemente da localização do coordenador, é possível a participação nas reuniões;
- b) a utilização do software de assinatura digital, devidamente compatível com o ICP Brasil, que valida os documentos em todo território brasileiro, propiciando economia de papel e agilidade na tramitação de documentos internos e externos;

c) o aplicativo da TOTVS, o eduCONNECT, que integra toda a comunidade acadêmica da Instituição de Ensino, reunindo diversas funcionalidades (notas, frequência, financeiro, horários regulares e especiais, biblioteca, requerimentos *online*, pesquisas e enquetes, notificações e outras) para potencializar a comunicação e a relação entre comunidade acadêmica e IES;

d) o programa URÂNIA, que é um software especializado em elaboração de horários de aula, apto a observar as particularidades como disponibilidade dos professores, carga horária semanal dos núcleos formativos, número de turmas por período, controlar a utilização de ambientes, dentre outras, além de melhorar o processo de gestão do curso, uma vez que economiza o tempo dos coordenadores nesta atividade, podendo focar suas energias em outros projetos.

Ademais, como a rede de sistemas de informação e comunicação funciona em nível acadêmico, administrativo e social, torna plenamente possível o desenvolvimento institucional e a consequente gestão do curso, proporcionando a todos os integrantes do sistema a plena dinamização do tempo e a possibilidade de distintas formas de trabalho, tais como *home-office* e trabalho remoto.

Portanto, o coordenador do curso de Direito conta com um ambiente que lhe proporciona, de forma satisfatória, a realização de todas as atribuições previstas pela IES.

6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Os docentes do curso de Direito do UniAtenas contam com uma sala de professores, conjugada com ambiente de reuniões, com aproximadamente 150m², devidamente equipada com mesa de centro, cadeiras estofadas, espelho, cortinas, telefone, *Smart Tv*, armários/escaninhos para professores, computadores, mesa de reunião, sala de estar contendo sofás, tapete, ventilador, tribuna para guardar giz e pincel, quadro de avisos.

O espaço dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Dentre eles é possível destacar como recurso tecnológico diferenciado e inovador:

a) *Smart TV touchscreen* conectada à internet com acesso disponível a *streaming* de vídeo (*Netflix*), de música, *podcast* (*Spotify*) e *YouTube*, para que o corpo docente possa distrair e descansar com documentários, séries, filmes e músicas;

b) mural digital (Painel do Professor), dotado de vários aplicativos, ligados a educação, que facilitam o manejo e a gestão das aulas para melhor aprendizagem dos alunos, como: EduConnect, Office365 e base de dados.

Deste modo, a sala de professores é funcionalmente adequada e atende eficiente e satisfatoriamente em relação às condições, espaço, ventilação, acessibilidade, conservação, conforto, iluminação e acústica apropriada aos seus fins e é limpa diariamente por uma equipe especializada, gerando locais com comodidade necessária ao trabalho docente, além de viabilizar seu descanso e integração nos momentos de lazer.

6.4 SALAS DE AULA

Visando ao alcance dos objetivos institucionais, o UniAtenas conta com ambientes (salas de aula) destinados aos discentes que facilitam o trabalho com as metodologias ativas adotadas pela instituição, propiciando aos acadêmicos espaços adequados, acessíveis, confortáveis, equipados com recursos de tecnologias da informação e comunicação e com flexibilidade às configurações espaciais para a execução das atividades do curso, especialmente o trabalho com metodologias ativas e atividades que valorizem a inovação, tais como a sala de aula invertida, Problematização, Aprendizagem baseada em projetos, Estudos de casos, entre outras.

Neste contexto, são disponibilizadas 59 (cinquenta e nove) salas com tamanhos variados entre 70, 100, 120 e 150m². Todos esses ambientes são equipados com carteiras universitárias acolchoadas, mesa para computador, tribuna, lousa, televisões com computadores Mini PC, quadro de avisos, lixeira e ventiladores, além de contarem com conexão e *link* de *internet* disponível, na modalidade *WI-Fi*, com o propósito de apoio à pesquisa como recurso metodológico, bem como diversos pontos de eletricidade, carteiras para canhotos e pessoas com sobrepeso, bem como espaço para cadeirante.

Convém ressaltar, como recurso tecnológico diferenciado e inovador a disponibilização de:

a) “*Smart Tvs*” conectadas em rede, por sala de aula, o que possibilita a realização de videoconferências e interações entre os alunos, professores

b) *ThinkSmart Cam*, uma câmera que transforma salas de aula em espaços ainda mais produtivos. Essas câmeras utilizam Inteligência Artificial projetada para colaboração de vídeo. Sua alta resolução e amplo campo de visão, juntamente com recursos inteligentes, como enquadramento automático, zoom automático e reconhecimento de quadro branco, dão a possibilidade de gravar as aulas ministradas, que ficam disponibilizadas no onedrive para os alunos, professores;

c) microfones de lapela, com transmissão sem fio, dando toda mobilidade ao professor em sala de aula e assim garantindo uma melhor qualidade na captura do áudio no momento da aula do professor. Esse recurso possibilita uma gravação de qualidade, tanto no áudio quanto no vídeo.

A limpeza diária das salas é executada por equipe especializada e os ambientes foram projetados respeitando-se os padrões arquitetônicos de dimensão, acessibilidade, conforto, iluminação, acústica e ventilação.

6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

6.5.1 LABORATÓRIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O UniAtenas conta com 04 (quatro) laboratórios de informática, sendo 02 (dois) com 115 m² e 02 (dois) com 100 m², totalizando assim 430 m², todos com máquinas atualizadas e acesso à internet banda larga, além de 01 (um) laboratório Itinerante que alcança toda a extensão do campus.

Esses laboratórios de Informática têm como objetivo servir de ambiente tecnológico para o desenvolvimento de atividades ligadas aos núcleos formativos dos Cursos, como facilitadores para o domínio das ferramentas de informática e de simulações para os demais núcleos formativos técnicos, sendo também um local fomentador de recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de prática.

Ademais, esses espaços são usados pelos alunos regularmente matriculados durante o período letivo, professores, e pesquisadores vinculados a projetos em prol da comunidade acadêmica.

As atividades desenvolvidas pelos usuários dos laboratórios são:

- a) aulas práticas;
- b) atividades extraclasse, ou seja, resolução de exercícios e trabalhos propostos pelos professores responsáveis por núcleos formativos ministrados no curso;
- c) desenvolvimento de atividades aprovadas em projetos de iniciação à ciência.

Os laboratórios de informática contam com a seguinte estrutura:

- a) Laboratório de informática 1 – 18 estações e seus respectivos computadores;
- b) Laboratório de informática 2 – 28 estações e seus respectivos computadores;
- c) Laboratório de informática 3 – 27 estações e seus respectivos computadores;
- d) Laboratório de informática 4 – 27 estações e seus respectivos computadores;
- e) Laboratório de informática itinerante – Diversos Netbooks. Os aparelhos são transportados até a sala de aula, com agendamento prévio, para facilitar a aplicação da metodologia ativa, pois servem como fontes de pesquisa.

Ademais, os laboratórios são dotados das respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, tribunas, quadros de avisos, bancadas com cadeiras estofadas e reguláveis (o que favorece as condições ergonômicas), bancadas adaptadas para cadeirantes, ventiladores, além de apresentar conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação

adequados às atividades a serem desenvolvidas (inclusive para atender a acessibilidade digital: BR Braille, *Dosvox*, *Easy Voice*, NVDA, Dasher, Motrix, teclado virtual, teclado em braile e com fonte aumentada e fone de ouvido). Os ambientes são limpos diariamente e a manutenção executada por equipe especializada em hardware e software. Os espaços foram projetados respeitando-se os padrões arquitetônicos de dimensão, iluminação, ventilação e acessibilidade.

A IES ainda disponibiliza, em sua biblioteca, vários computadores conectados à internet, que ficam à disposição dos alunos.

Ademais, como recursos inovadores, o UniAtenas disponibiliza, aos discentes, e docentes:

a) uma conta em Nuvem OneDrive Microsoft (Cloud Computing) para facilitar o armazenamento das informações e dados, não sendo necessário a utilização de hardwares de armazenamento, podendo, assim, também melhorar o compartilhamento das informações;

b) licenciamento de aplicações da Microsoft para utilização tanto nos laboratórios de informática quanto em seus dispositivos (notebooks ou smartphones), onde qualquer documento produzido poderá ser compartilhado.

Importante ressaltar que todo o campus do UniAtenas conta com rede *wireless* conectada via fibra óptica, por link dedicado com velocidade de 600 Mbps para uso de toda comunidade acadêmica, favorecendo a comunicação e o acesso à informação.

Ademais, como acontece com outros setores da instituição, os ambientes dos Laboratórios de Informática são constantemente avaliados no que tange a adequação, qualidade e pertinência dos serviços prestados, sendo o resultado dessa avaliação e outras formas de aferição da qualidade tratados através do método do PDCA.

6.5.2 AUDITÓRIO

O UniAtenas é dotado de espaços para a realização das refeições de grau, palestras, fórum, congressos, aulas magnas dentre outros eventos de grandeza interna e/ou externa. Os citados espaços são:

a) 01 (um) Auditório do Hospital Universitário Atenas (HUNA) com 200 m² e capacidade para 200 pessoas sentadas;

b) 01 (uma) Sala de Multimídia com 80 m² e capacidade para 80 pessoas sentadas;

c) 01 (um) anfiteatro com 500 m² e capacidade para 600 pessoas sentadas;

d) 01 (um) Salão Nobre, com mais de 1500 m² e capacidade para 1200 pessoas sentadas.

Estes ambientes atendem eficientemente em relação ao espaço, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação, isolamento e acústica apropriada aos seus fins, sendo limpos diariamente por uma equipe especializada, além de contar com serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Ademais, são devidamente equipados com:

- a) aparelho de reprodução de vídeo;
- b) equipamento de áudio/sistema de som;
- c) equipamento de computação (microcomputador, notebook, laptop);
- d) *Smart Tv's* e/ou projetor multimídia (data show, projetores);
- e) cadeiras estofadas com pranchetas;
- f) tribuna;
- g) condicionador de ar;
- h) acesso à internet *wifi*.

Ademais, como acontece com outros setores da instituição, o Setor de Tecnologia e seus equipamentos são constantemente avaliados no que tange a adequação, qualidade e pertinência dos serviços prestados, sendo o resultado dessa avaliação e outras formas de aferição da qualidade tratados através do método do PDCA.

6.6 BIBLIOTECA

A Biblioteca do UniAtenas possui uma área de aproximadamente 1.600m², suficiente para armazenar o seu acervo e vários computadores disponíveis para os usuários, além de salas de estudos individuais, estudos em grupos e espaços administrativos. Neste sentido, é dotada de:

- a) 01 (uma) recepção com computadores, mesas, balcão para atendimento e empréstimos, cadeiras, poltronas e sofá para espera, armários, impressoras, máquina magnetizadora, mesa de centro, claviculário, identificação de ambiente, antifurto com portal de segurança, *Smart TV* com recurso *touch screen* para divulgação acadêmica e ventiladores;
- b) 01 (uma) sala para a bibliotecária, equipada com mesa, cadeiras, computador, telefone, armários, gaveteiro, claviculário e impressora;
- c) 06 (seis) salas de estudo em grupo equipadas com mesas, cadeiras, identificação de ambiente e ventilador;
- d) 42 (quarenta e dois) gabinetes de estudo individual, equipados com balcão, cadeiras estofadas reguláveis, ventiladores e quadro de aviso;
- e) 02 (dois) estações equipadas com computadores, cadeiras reguláveis, para consulta ao acervo, execução de trabalhos e acesso à internet;

f) 02 (dois) guarda-volumes;

g) 01 (uma) extensão da biblioteca com computadores, mesas, balcão para atendimento e empréstimos, cadeiras, gaveteiros, armários, impressora, máquina magnetizadora, telefone, antifurto com portal de segurança, ventiladores, guarda-volumes e 06 salas de estudo.

O acervo da biblioteca do UniAtenas está composto por aproximadamente 10.000 títulos e 52.000 exemplares físicos, além de mais de 2.700 títulos virtuais da "Biblioteca do Grupo A". Todo acervo referente aos títulos indicados nas bibliografias básicas e complementares é informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da Instituição. Destaca-se o *software* de gestão da empresa TOTVS com conceito de ERP, que permite a consulta *on-line* ao acervo bibliográfico para realizar empréstimo, renovação, devolução, reserva, dentre outras funções.

O acesso à base de dados que contém o acervo da Biblioteca pode ser feito por terminais de computadores instalados em cabines individuais ou pela internet, no site da instituição. Já para o setor de referência, vem sendo constituído por enciclopédias de áreas diversas e especializadas, dicionários, teses, dissertações, monografias, atlas, anuários, coleções especializadas, obras de difícil aquisição ou edições esgotadas, as consultas são realizadas na própria biblioteca.

Os alunos ainda contam com a base de dados de pesquisa EBSCO, que é uma forma eficiente de encontrar e acessar periódicos eletrônicos, assinaturas de revistas, eBooks e serviços de descobertas. Desta forma, através da *Academic Search Premier*, a IES disponibiliza quase 3.200 periódicos e revistas de texto completo ativas, mais de 2.800 periódicos de texto completo com revisão por pares, mais de 1.300 periódicos com texto completo em texto completo sem embargo e mais de 2.200 periódicos em texto completo indexados na *Web of Science ou Scopus*, além de acesso a conteúdo de mais de 67.000 vídeos da *Associated Press*, a principal agência de notícias do mundo.

Além disso, a instituição é unidade participante e conta com as bases do IBICT, como o Catálogo Coletivo Nacional, o Programa de Comutação Bibliográfica e os periódicos online.

Um serviço que também é prestado pela biblioteca é a confecção da Ficha Catalográfica dos trabalhos monográficos. A partir da finalização do Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno preenche os dados necessários num formulário disponível no portal do Aluno visando sua produção.

Para garantir, continuamente, o acesso da comunidade acadêmica a todos os serviços prestados, a biblioteca adota um plano de contingência, devidamente aprovado pelo Conselho competente.

Em parceria com o NAPP, oferece condições adequadas para um atendimento educacional especializado, garantindo-se, acessibilidade atitudinal, comunicacional e

digital para toda a comunidade acadêmica. Dentre estas condições é possível listar, por exemplo, balcões em altura adequada, piso tátil, placas em braile e softwares livres.

A biblioteca funciona todos os dias úteis, das 7h às 23h e aos sábados das 8h às 12h, sob a responsabilidade da bibliotecária Patrícia Adriana de Paula, registro institucional nº 11086 e no CRB nº 3204.

A biblioteca atende eficientemente em relação ao espaço, ventilação, acessibilidade e conforto apropriados ao seu fim, sendo limpa diariamente por uma equipe especializada, além de contar com serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação.

Importante destacar, dentre esses recursos, os inovadores, quais sejam:

a) "Smart Tv" com tecnologia "touch screen", conectada à rede de comunicação interna para comunicação institucional e consulta ao acervo;

b) instalação de tarjetas magnéticas nos livros a fim de auxiliar no controle interno do setor;

c) aplicativo para dispositivos móveis *eduCONNECT* que possibilita o acesso eletrônico para consulta ao acervo da biblioteca, renovação e reserva de livros, bem como para emissão de avisos sobre o prazo de devolução de livros e solicitação/sugestão de compras.

6.6.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

A bibliografia básica do curso de Direito do UniAtenas, prevista no Projeto Pedagógico, é composta de, no mínimo, três títulos por núcleos formativos. Ela foi definida pelo professor, juntamente com o NDE, e está em conformidade com os núcleos formativos e com os conteúdos descritos no Projeto Pedagógico, devendo ser atualizada por período letivo, após discussões com alunos, professores, e bibliotecário, que através de processo institucionalizado de atualização do acervo, o coordenador de curso segue o procedimento estabelecido.

Esse trabalho em equipe é referendado pelo NDE, através de relatório de adequação, devidamente assinado por seus membros, que observa a compatibilidade, em cada bibliografia básica do núcleo formativo, entre o número de alunos que utilizam os títulos e a quantidade de exemplares disponível no acervo.

Todo o acervo é tombado e informatizado através de *software* adquirido pela IES, com registro em nome da mantenedora.

O acervo possui ainda, exemplares e assinaturas de acesso virtual e de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nos núcleos formativos, comprovados através de notas fiscais e/ou contratos. Para acesso a este acervo, há na IES instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via

internet, bem como ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Além do processo normal de atualização do acervo, existe um processo extra, constituído de um formulário existente na biblioteca, utilizado por qualquer membro da comunidade acadêmica, em qualquer momento, de modo a solicitar a aquisição de títulos para atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas no acervo.

O acervo bibliográfico do curso de Direito do UniAtenas é gerenciado e atualizado por meio de iniciativas que promovam a demanda inteligente. Assim, o Bibliotecário, o Coordenador e o Colegiado de curso, bem como o NDE utilizam instrumentos de aferição provenientes de vários setores, tais como os relatórios de solicitação de aquisição de obras, de livros mais procurados e listas de espera da biblioteca, Planos de Ensino Profissionais, reuniões com docentes, e discentes, ouvidorias, avaliação da CPA e outros para obter um diagnóstico preciso que revele a situação do acervo. De posse desses dados, o coordenador de curso, juntamente com sua equipe de trabalho, passa a analisá-los através do método do PDCA, buscando manter atualizada e adequada a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso disponibilizadas a comunidade acadêmica, garantindo-se, assim, acesso a todos os usuários de forma qualificada, atualizada e inovadora.

Para tanto, o curso conta com verba mensal no valor de até 1% da receita bruta.

6.6.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

A bibliografia complementar do curso de Direito, prevista no Projeto Pedagógico, é composta de, no mínimo, 5 (cinco) títulos por núcleo formativo. Ela também foi definida pelo professor, juntamente com o NDE, e está em conformidade com os núcleos formativos e com os conteúdos descritos no Projeto Pedagógico, sendo atualizada por período letivo, após discussões com alunos, professores e bibliotecário, que através de processo institucionalizado de atualização do acervo, o coordenador de curso segue o procedimento estabelecido.

Ressalta-se que todo esse trabalho em equipe é referendado pelo NDE, que através de relatório de adequação, devidamente assinado por seus membros, observa a compatibilidade, em cada bibliografia, entre o número de alunos que utilizam os títulos (do próprio curso e de outros) e a quantidade de exemplares disponíveis no acervo.

Inclusive, todo o acervo (físico e/ou virtual) é tombado e informatizado através de *software* adquirido pela IES, com registro em nome da mantenedora.

O acervo possui, ainda, exemplares e assinaturas de acesso virtual e de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nos núcleos formativos, comprovados através de notas fiscais e contratos. Para utilização desse acervo, a IES

oferece instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Além do processo normal de atualização do acervo, existe um processo extra, constituído de um formulário existente na biblioteca, utilizado por qualquer membro da comunidade acadêmica, em qualquer momento, de modo a solicitar a compra de títulos para atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas no acervo.

Nesse viés, vale ressaltar que o acervo bibliográfico do curso de Direito do UniAtenas é gerenciado e atualizado por meio de iniciativas que promovam a demanda inteligente. Assim, o Bibliotecário, o Coordenador e o Colegiado de curso, bem como o NDE utilizam instrumentos de aferição provenientes de vários setores, tais como os relatórios de solicitação de aquisição de obras, de livros mais procurados e listas de espera da biblioteca, Planos de Ensino Profissionais, reuniões com docentes e discentes, ouvidorias, avaliação da CPA e outros para obter um diagnóstico preciso que revele a situação do acervo. De posse desses dados, o coordenador de curso, juntamente com sua equipe de trabalho, passa a analisá-los através do método do PDCA, buscando manter atualizada e adequada a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso disponibilizadas a comunidade acadêmica, garantindo-se, assim, acesso a todos os usuários de forma qualificada, atualizada e inovadora.

Para tanto, possui verba mensal no valor de até 1% da receita bruta.

6.7 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) do UniAtenas é o local destinado à realização do Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Direito, no qual os discentes realizam práticas jurídicas reais e simuladas, bem como práticas relacionadas as formas consensuais de resolução de conflitos, tais como negociação, mediação, conciliação e arbitragem. Assim, é o ambiente ideal para aplicação das experiências vividas ao longo de sua formação, principalmente no que tange a interdisciplinaridade das matérias legais, já que passa a exercer o papel de mediador entre a formação teórico-profissional e a realidade social.

Esse Núcleo, que é regulamentado por Portaria Normativa Interna, devidamente aprovada pelos órgãos colegiados competentes, conta com recepção, salas de atendimento individual, salas destinadas as sessões de negociação, mediação, conciliação e arbitragem, salas de reuniões, salas administrativas, além de mesas, cadeiras, computadores conectados à internet, telefone e condicionadores de ar.

O coordenador do NPJ, juntamente com o coordenador de curso, Colegiado e NDE ainda tem a atribuição de planejar e ofertar, aos alunos matriculados no curso de Direito, visitas orientadas com a finalidade de levar o aluno a compreender, ainda mais, a inter-relação da teoria e prática bem como a interdisciplinaridade das matérias legais. As visitas abrangem os diversos órgãos jurisdicionados ou não, públicos ou privados, que possuam vinculação com a área jurídica. Para fins de comprovação, o aluno deve apresentar ao professor responsável o competente relatório circunstanciado de visita.

O NPJ foi projetado respeitando-se os padrões arquitetônicos de dimensão, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriada aos seus fins e é limpo diariamente por equipe especializada.

Ademais, apresenta conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas.

Conta, ainda, com insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos disponibilizados e o número de alunos que os utilizam.

Por fim, destaca-se que o NPJ também é constantemente avaliado por toda a comunidade acadêmica no que tange às demandas, serviços prestados e qualidade, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e dos serviços prestados.

Trazer mais detalhes sobre esse local tendo em vista tratar-se de um reconhecimento.

6.8 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

Como já citado antes, cada núcleo formativo previsto na matriz curricular possui um conjunto de materiais instrucionais que auxiliam no processo de construção do conhecimento e na interação entre os envolvidos (supervisão pedagógica, docentes, tutores e discentes). Esses materiais instrucionais ou didáticos são fornecidos pelo Grupo A e passam por uma vistoria do professor conteudista ou, quando necessário, são elaborados pela equipe de professores conteudistas da IES, especializados em suas áreas de formação, sob supervisão e validação da equipe multidisciplinar da Instituição.

Em sua elaboração e seleção, a equipe do UniAtenas leva em consideração os objetivos do curso, a acessibilidade metodológica e instrumental, o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, a atualização da área e a adequação da bibliografia de modo que melhor possa explorar sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica. Os materiais elaborados contêm, ainda, uma linguagem inclusiva e acessível para que todo e qualquer aluno possa dele usufruir.

Ressalta-se que todo esse processo é devidamente validado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), colegiado de Curso e equipe multidisciplinar, sempre atentos à verificação do atendimento de cada uma daquelas exigências.

Uma vez validado, o material didático do curso fica disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do UniAtenas, permitindo, assim, aos alunos, que possam acessá-los, de onde estiver e em qualquer dia e horário. Esse acesso, que pode ser feito por diferentes mídias, suportes e linguagens, acontece mediante senha disponibilizada logo após a efetivação da matrícula no curso.

Neste sentido, visando garantir a alta disponibilidade dos recursos tecnológicos indispensáveis ao funcionamento do curso e da Instituição como o todo, o UniAtenas esclarece que seu mantenedor é detentor de uma infraestrutura tecnológica que garante a disponibilidade de seus recursos 24 horas por dia e 7 dias por semana. Inclusive, conta com uma Rede Lógica de alta velocidade, onde seu *backbone* trabalha com uma tecnologia de transmissão de 10/100/1000 bits/segundo e uma velocidade de internet de 600Mbps via link dedicado, sendo assim, distribuído por todo o campus por meio de cabeamento metálico e também com cobertura completa via *WI-FI*.

Ressalta-se que o UniAtenas ainda disponibiliza um setor de suporte técnico dentro do campus para as áreas de *Hardware*, Infraestrutura e *Software*, afim de mitigar o tempo por alguma falha no sistema ou em dispositivos. Nesse sentido, a própria IES, com sua mão de obra especializada, garante a resolução de problemas relacionadas à tecnologia, não dependendo de empresas terceirizadas para tal situação. Assim, o Acordo de Nível de Serviço para suporte, manutenção e melhorias nos recursos de tecnologia são previstos pelo próprio setor de Tecnologia da Instituição.

Para garantir a Segurança da Informação, a rede lógica, tanto interna quanto externa, é monitorada 24/7, através de um serviço contratado junto à empresa Algar Telecom (CTBC), que faz o monitoramento *on-line* por meio de um *firewall FortiGate 500E*. Esse equipamento consegue proteger e blindar qualquer tipo de informação, dando assim, maior confidencialidade no tráfego de informações da Instituição. Além disso, um ponto importante é a integridade das informações em que quaisquer atos de modificação só podem ser feitos por pessoas autorizadas, isso porque conta, em seu sistema ERP, de permissões de acesso, onde são definidos os perfis de acesso às informações para cada usuário.

Inclusive, esse aparato é utilizado para o gerenciamento do processo de distribuição do material didático, contando, inclusive com seus indicadores para a busca da melhoria contínua.

Por fim, o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação do UniAtenas conta com um Plano de Contingência, com procedimentos bem definidos e ações preventivas para qualquer emergência, garantindo-se, assim, a funcionalidade e alta disponibilidade

dos recursos tecnológicos e de comunicação das informações, bem como evita, ao máximo, que eventuais ocorrências impossibilitem a utilização parcial ou total dos recursos tecnológicos.

6.9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA

O UniAtenas, imbuído da mais alta visão democrática e de igualdade social, proporciona em todas as estruturas (físicas e mobiliária), condições indispensáveis à acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Cumprir destacar que o projeto arquitetônico da IES foi elaborado de forma a garantir a acessibilidade, em conformidade com o que determina o Decreto n. 5.296/2004.

Nesta perspectiva, o UniAtenas possui em suas dependências: rampas, corrimãos, piso tátil, placas de braile, vagas especiais em estacionamento, bebedouros e balcões de atendimento em altura adequada, banheiros adaptados para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, áreas de circulação amplas, sistema de controle de entrada, com espaço adaptado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como disponibilização de cadeira de rodas para facilitar a circulação nas dependências da IES, atendendo aos padrões exigidos da NBR 9.050/2004, como demonstra o Plano de Garantia de Acessibilidade do UniAtenas, devidamente protocolado no sistema e-MEC.

Ainda com vista à promoção da infraestrutura acessível, o UniAtenas conta com o Programa de *Check list*, realizado diariamente, por um Auxiliar de Educação, que percorre toda a Infraestrutura da IES para levantamento de possíveis instalações e equipamentos com restrição da autonomia, obstáculos arquitetônicos ou sinalização danificada em vagas de estacionamento, mobiliários e computadores preferenciais. Neste viés, as não conformidades identificadas pelo são repassadas à equipe de manutenção e acompanhadas pela Auxiliar de Educação para que as adequações sejam realizadas de forma célere e assertiva.

Ademais, a Instituição possui Tecnologias de Informação e Comunicação inovadoras (hardwares e softwares) que contribuem, de maneira substancial, para a independência, autonomia e inclusão social. Assim, possui instalado em seus computadores softwares livres para auxiliar o acadêmico em suas atividades, garantindo acessibilidade e, atendendo assim, questões ligadas à deficiência visual, auditiva, motora e dificuldades de comunicação. Os softwares e hardwares são os seguintes:

- a) BR Braille: programa de computador que transcreve textos escritos em braille para textos escritos no alfabeto convencional (sistema óptico), em língua portuguesa;
- b) Dosvox: programa de computador que realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz, em Português ou outro idioma;
- c) Easy Voice: aplicativo que captura áudios de reuniões, notas pessoais, aulas, canções e muito mais, sem limites de tempo;
- d) NVDA: Software que permite que deficientes visuais possam usar um computador, comunicando o que está na tela através de uma voz sintética ou braille;
- e) Dasher: Aplicativo de entrada de texto. É um software que permite aos usuários escreverem sem utilizar o teclado. Pode ser adaptado para ser usado com o mouse convencional ou outros dispositivos;
- f) Motrix: Software que permite que pessoas com deficiências motoras graves, possam ter acesso a microcomputadores, permitindo um acesso amplo à escrita, leitura e comunicação, por intermédio da internet;
- g) teclado virtual: ferramenta que pode ser usada no lugar de um teclado físico para se movimentar na tela do computador ou inserir texto;
- h) teclado em braille e com fonte aumentada: Teclado com teclas em Braille e com caracteres ampliados e de alto contraste.
- i) Fone de ouvido: A função amplifica o som ambiente, auxiliando a compreensão de conversas ou um alto-falante, e torna-se uma opção muito útil para pessoas com deficiência auditiva.

Conta, ainda, o setor do NAPP:

- a) com a presença de ledores para atuarem no processo seletivo (Vestibular) e nas avaliações ou com fontes ampliadas, de acordo com as necessidades do discente;
- b) com equipamentos e materiais adaptados as mais diversas deficiências;
- c) com equipe profissional multidisciplinar para garantir o atendimento educacional especializado (psicólogo, pedagogo, auxiliar de educação, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, quando for o caso). Inclusive, esse interprete, é fundamental para mediar a comunicação, transmitindo a mensagem do professor regente da língua portuguesa para a LIBRAS, de modo que o aluno deficiente possa compreendê-la. Quando for necessário, o professor regente e o professor-intérprete irão trabalhar juntos, ou seja, as aulas terão recursos que facilitarão a interação do aluno com o professor.
- d) auxiliar de educação capacitada no manejo de alunos com deficiências. Essa profissional atua nos corredores, oportunizando, aos alunos, acesso com autonomia à toda a Infraestrutura da IES.

Vale destacar que o UniAtenas possui o curso de LIBRAS em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem, oferecendo-o, gratuitamente, à toda a comunidade acadêmica (discentes, docentes, equipe administrativa...) e incentivando sua realização.

Nesse sentido, o UniAtenas promove acessibilidade, com excelência, e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas, meios de comunicação e informação, o que demonstra o seu respeito à dignidade da pessoa humana, já que garante a inclusão social através da acessibilidade atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica.

PARTE VII – COMITÊ DE ÉTICA

7.1 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Centro Educacional HYARTE ML Ltda, mantenedor do UniAtenas é integrante do Sistema Federal de Ensino possuindo um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Esse Comitê foi concebido em conformidade com a Carta nº 1020/2020/CONEP/SECNS/MS de 10/12/2020, onde a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) aprovou o registro inicial do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do UniAtenas, por 03 anos.

Considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos e o desenvolvimento e o engajamento ético, que são inerentes ao desenvolvimento científico e tecnológico, o Comitê de Ética em humanos do UniAtenas tem como objetivo defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, guardando-lhe os direitos, a segurança e o bem-estar, de modo a contribuir para o desenvolvimento dentro de padrões éticos.

Atualmente, esse Comitê é constituído por um colegiado de 11 (onze) membros, sendo, 07 (sete) doutores e 04 (quatro) mestres, todos professores da Instituição, e 1 (um) membro representante do usuário, com um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a recondução para todos os membros.

As atribuições do colegiado são:

a) avaliar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, emitindo parecer, devidamente justificado, sempre orientado, dentre outros, pelos princípios da impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência;

b) desempenhar papel consultivo e educativo, promovendo a educação e debate sobre ética em pesquisa envolvendo seres humanos em todos os níveis na Instituição ou fora dela;

c) expedir instruções com normas técnicas para orientar os pesquisadores a respeito dos aspectos éticos;

d) garantir a manutenção dos aspectos éticos de pesquisa;

e) zelar pela obtenção e adequação de consentimento livre e esclarecido dos sujeitos ou grupos para sua participação na pesquisa;

f) acompanhar o desenvolvimento de projetos através de relatórios semestrais e/ou anuais dos pesquisadores, nas situações exigidas pela legislação;

g) manter comunicação regular e permanente com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS), encaminhando para sua apreciação os casos previstos na regulamentação;

h) manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo;

i) receber denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, solicitar a adequação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

j) requerer a instauração de apuração à direção da instituição e/ou organização, ou ao órgão público competente, em caso de conhecimento ou de denúncias de irregularidades nas pesquisas envolvendo seres humanos e, havendo comprovação, ou se pertinente, comunicar o fato à CONEP/MS e, quando couber, ao Ministério Público;

k) disponibilizar capacitação periódica aos membros deste Comitê, bem como à comunidade acadêmica.

O Comitê de Ética em Pesquisa do UniAtenas, além de avaliar protocolos de pesquisa provenientes da própria Instituição, e realizar as outras atribuições pertinentes, também presta atendimento a instituições parceiras.